



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 106 - QUARTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Silhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 789, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 414, de 14 de agosto de 2003, que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 113ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 7, de 2005-CN..... 24820

1.2.1 – Designação dos Srs. e Sr^{as} Senadores e Deputados para compor a referida Comissão

1.2.2 – Fala do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros 24821

1.2.3 – Oradores

Senador José Jorge..... 24822

Senador Antonio Carlos Magalhães 24822

Senador Eduardo Suplicy 24822

Senador Aloizio Mercadante..... 24823

Senador Fernando Bezerra 24824

Senador José Agripino 24825

Senador Leonel Pavan..... 24826

Senador Romeu Tuma 24827

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 114ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE JULHO DE 2005

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 785, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. 24828

Nº 786, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso em homenagem ao Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelos 41 anos de emancipação. 24828

2.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2005, de autoria do Senador Nezinho Alencar, que autoriza a criação de campi universitários nas cidades de Guarái e Colinas, como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins..... 24829

2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre a reforma política. 24830

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Leitura de e-mail contendo ameaças a S. Ex^a 24834

2.2.4 – Ofícios

Nº 254/2005, de 19 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, encaminhando a nova composição dos membros suplentes da Bancada do PMDB para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN. 24834

Nº 920/2005, de 19 do corrente, de substituição de membro na Comissão Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. 24835

Nº 167/2005, de 19 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos..... 24835

Nº 168/2005, de 19 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos..... 24835

Nº 392/2005, de 19 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substi-

tução de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.....	24835	do no Senado para se discutir o andamento das CPI's.....	24837
Nº 718/2005, de 19 do corrente, da Liderança em exercício do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.....	24836	SENADORA HELOISA HELENA, como Líder – Proposta de que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta, destacando a importância dos trabalhos das CPI para o País.....	24837
Nº 752/2005, de 19 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.....	24836	SENADOR PAPALÉO PAES – Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena. Impropriedade de que se discuta, na atual conjuntura, o tema da reforma política.....	24838
Nº 300/2005, de 18 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito denominada “CPI dos Bingos”.....	24836	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Homenagem pelo cinquentenário da Diocese de Parintins. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Parecerias Brasil – EUA na Amazônia”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , de autoria do Embaixador dos Estados Unidos, Sr. John J. Danilovich. Considerações a respeito das denúncias de corrupção no Governo Lula e sobre a crise política do Partido dos Trabalhadores.....	24841
Nº 301/2005, de 18 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.....	24836	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre a corrupção que envolve o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores.....	24850
2.2.5 – Comunicação da Presidência		SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Explicação pessoal sobre o financiamento de sua campanha ao Senado.....	24857
Deferimento do Requerimento nº 783, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes.....	24836	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Referências ao pronunciamento do Sr. Jefferson Péres.....	24858
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Mentiras que exemplificam que o Governo Lula não fala a verdade.....	24860
SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Sugestão de reunião de Lideranças de Parti-		SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Protesto contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo.....	24861
		SENADOR JOSÉ JORGE – Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.....	24863
		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.....	24863
		SENADOR ALOISIO MERCADANTE – Tréplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio.....	24865
		SENADOR ALBERTO SILVA – Comentários sobre a atual crise política no país. Defesa da utilização da soja no combate à fome.....	24866
		SENADOR CÉSAR BORGES – Críticas ao Ministro Ciro Gomes, que defendeu a transposição das águas do rio São Francisco, em reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada ontem em Fortaleza – CE.....	24869
		SENADOR SERYS SLHESARENKO – Importância da apuração das denúncias de pagamento de dinheiro a parlamentares, por intermédio da CPMI do “Mensalão”. Defesa da expulsão sumária do Sr. Delúbio Soares do Partido dos Trabalhadores.	

Registro do I Encontro Nacional de Software Livre para Municípios.	24872	Vinicius Torres Freire, publicado no jornal Folha de S. Paulo , em sua edição de 11 do corrente.	24894
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Louvor à sanção do projeto de lei, de sua autoria, que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Realização, no mês de novembro da Marcha Zumbi + 10. Expectativas com a votação da medida provisória que define o novo salário mínimo. A questão da redução da jornada de trabalho como forma de geração de novos empregos.	24874	SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentários ao artigo do professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , de 11 do corrente, sob o título “A morte da esperança”.....	24894
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Comentários à entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida em Paris a uma TV Francesa. Casos de corrupção no Governo Lula.	24877	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Artigo intitulado “A ética da cueca dos dólares”, de autoria do ex-Presidente do STF, Dr. Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , do último dia 17 do corrente.....	24895
SENADORA <i>ANA JÚLIA CAREPA</i> , como Líder – Importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Defesa da honra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	24880	SENADOR <i>EDUARDO AZEREDO</i> – Registro do artigo intitulado “Foco de tensão”, publicado na seção opinião do jornal O Globo , edição de 12 de julho do corrente.....	24896
SENADOR <i>ANTONIO LEITE</i> – Justificativas para apresentação de projeto de lei que altera a Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa..	24882	2.2.10 – Comunicação da Presidência Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 20, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	24897
2.2.7 – Leitura de projeto Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2005, de autoria do Senador Antonio Leite, que acrescenta um art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa e dá outras providências. À CCJ-DT.	24882	2.3 – ENCERRAMENTO 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 19-7-2005 4 – ATA DE REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 5ª reunião, realizada em 13 de julho de 2005.....	24898
2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR <i>EDUARDO SUPPLY</i> – Necessidade de que se apure as denúncias de corrupção contra o Governo Lula e o eventual envolvimento do Partido dos Trabalhadores.	24883	5 – TERMOS DE REUNIÕES Referente ao Veto Parcial nº 2, de 2005, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 57, de 2004 (MPV nº 210/2004).	24901
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Elogio à conduta do Senador Eduardo Suplicy. Comentários à entrevista do Presidente Lula concedida em Paris, para uma TV Francesa. Considerações sobre os trabalhos das CPI em funcionamento no Congresso Nacional.	24884	Referente ao Veto Parcial nº 3, de 2005, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 58, de 2004 (MPV nº 212/2004).	24902
SENADOR <i>PAULO OCTÁVIO</i> – Regozijo com a aprovação de projeto que concedeu reajuste salarial aos policiais civis e militares e aos bombeiros do Distrito Federal.	24887	Referente ao Veto Parcial nº 4, de 2005, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 59, de 2004 (MPV nº 213/2004).	24903
2.2.9 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Registro, nos Anais do Senado, de artigos publicados na Folha de S. Paulo , intitulados “A culpa de Lula” e “Não acerta uma”, edições de 5 e 7 do corrente mês.	24889	Referente ao Veto Parcial nº 5, de 2005, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 60, de 2004 (MPV nº 214/2004).	24903
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Registro do artigo “A mula-sem-cabeça do PT”, de autoria do articulista		Referente ao Veto Parcial nº 20, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 2004-CN.....	24904
		Referente ao Veto Parcial nº 22, de 2004, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 2004 (MPV nº 186/2004).	24904
		Referente ao Veto Parcial nº 25, de 2004, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003.....	24905
		Referente ao Veto Total nº 26, de 2004, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002.	24905
		Referente ao Veto Parcial nº 27, de 2004, apostado ao Projeto de Lei nº 28, de 2004-CN.....	24906
		Referente ao Veto Parcial nº 28, de 2004, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004.....	24906

Referente ao Veto Parcial nº 29, de 2004,
aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 110, de
1988..... 24907

Referente ao Veto Parcial nº 30, de 2004,
aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 63, de
2004 (MPV nº 219/2004). 24907

SENADO FEDERAL

**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA**

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

**10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**14 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL**

**15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 113ª Sessão Extraordinária, em 19 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 11 horas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tendo em vista a criação, por meio do Requerimento nº 7, de 2005 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES

TITULARES

José Jorge
Romeu Tuma
Jorge Bornhausen
Almeida Lima
Leonel Pavan
Teotônio Vilela Filho

PMDB

Maguito Vilela
João Batista Motta
Amir Lando
Wellington Salgado de Oliveira
Ney Suassuna

SUPLENTES

José Agripino
Heráclito Fortes
Paulo Octávio
Alvaro Dias
Reginaldo Duarte
Sérgio Guerra

Valdir Raupp
Pedro Simon
Gilberto Mestrinho
Alberto Silva

Bloco (PT – PSB – PL)

Sibá Machado	Eduardo Suplicy
Ana Júlia Carepa	Nezinho Alencar
Serys Silhessarenko	
Fátima Cleide	

PDT

Augusto Botelho	Juvêncio da Fonseca
-----------------	---------------------

PTB

Sérgio Zambiasi	Fernando Bezerra
-----------------	------------------

PP

Valmir Amaral

De acordo com o rodízio estabelecido pela Secretaria da Mesa do Senado Federal, da outra vez, a indicação coube à Senadora Heloísa Helena, do P-SOL. Agora, cabe ao Senador Valmir Amaral, pelo PP.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foram indicados também para compor a Comissão Mista os seguintes Deputados:

DEPUTADOS

TITULARES

Odair Cunha
Paulo Pimenta
Professor Luizinho

PT

SUPLENTES

Iriny Lopes
Luiz Sérgio

PMDB

João Correia	Almerinda de Carvalho
Mauro Lopes	Gastão Vieira
Zé Gerardo	José Divino

Bloco (PFL – PRONA)

José Rocha	Eliseu Rezende
Moroni Torgan	Paulo Magalhães

PSDB

Júlio Redecker
Zulaiê Cobra

<u>PP</u>	
Agnaldo Muniz Ibrahim Abi-Ackel	Darci Coelho Pedro Canedo
<u>PTB</u>	
Arnaldo Faria de Sá Luiz Antônio Fleury	Carlos Dunga Marcus Vicente
<u>PL</u>	
José Carlos Araújo	Neucimar Fraga
<u>PPS</u>	
Raul Jungmann	Fernando Coruja
<u>PSB</u>	
Renato Casagrande	Sr. Ribamar Alves
<u>PCdoB</u>	
Daniel Almeida	Perpétua Almeida

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, diante da grave crise política que atravessamos, venho me orientando – e não poderia me comportar diferentemente – pelo equilíbrio, pela isenção, pela responsabilidade e pela absoluta transparência. Todos são testemunhas de ter estimulado que as denúncias sobre supostos pagamentos de mesadas fossem investigadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Em todos os momentos procurei compartilhar as ações e decisões com os líderes partidários, do Governo e da Oposição.

Nas reuniões com os Líderes sempre deixei claro que, pelas circunstâncias, seria, repito, melhor a Câmara desenvolver a apuração, uma vez que havendo casos inscritos na possibilidade de perda de mandato, o Senado não os votaria.

Sempre disse e repeti várias vezes, e queria mais uma vez dizer, que não ficaria bem que o Senado, por exemplo, instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar quebra de decoro parlamentar de Deputados.

Como não prosperou o entendimento para a instalação de uma CPI apenas na Câmara dos Deputados, fizemos a leitura do requerimento de CPI Mista no Congresso Nacional, uma vez que o pedido para instalação da Comissão preenche os pressupostos legais: fato determinado, número suficiente de assinaturas e prazo estabelecido para seu funcionamento.

Rigorosamente, o Senado tem acompanhado, a Câmara também, o mesmo critério adotado no pedido anterior da CPI dos Correios.

Em momentos tão delicados como o atual, nossas referências inseparáveis são o respeito irrestrito

à Constituição brasileira, obediência ao Regimento e total atenção às expectativas da sociedade. Apenas a investigação isenta, séria, profunda, responsável e sem paixões políticas contribuirá para mantermos a respeitabilidade e credibilidade de nossas instituições.

A História não perdoa omissões e nem a sociedade absolve tentativas de acobertamento.

Esta Casa já deu um passo vital para manter sua relação com a sociedade ao assumir o papel de protagonista da investigação. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém está autorizado a confundir o Congresso com uma funilaria. Aqui não se fará blindagens. Quem tiver culpa, se houver culpa, pagará por ela.

As denúncias e a multiplicidade delas são de extrema gravidade, e a sociedade continua a exigir esclarecimentos. Só assim o Congresso Nacional se afirma. A responsabilidade que está em cada um de nós pode ser traduzida no fato de que 90% da sociedade quer ver resultados a partir das investigações do Congresso através de seu mais eficaz instrumento de fiscalização – as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Tenho convicção de que o Congresso Nacional – que nunca se negou a combater a corrupção, dentro ou fora de seu corpo – não hesitará. Se houver parlamentares que rebaixaram seus mandatos e suas consciências em troca de subvenções ilegítimas, se houver, e contra eles forem produzidas provas, eles deverão ser punidos emblematicamente, estejam onde estiverem, em qualquer legenda, em qualquer Estado. Não prejuízo ninguém, nunca o fiz, mas ninguém poderá se considerar inalcançável. Só o trabalho autônomo das CPIs permitirá à sociedade ter elementos para separar os bons dos maus homens públicos. Generalizações são sempre desaconselháveis e perigosas.

As investigações das CPIs poderão convergir em determinado momento, dado as coincidências dos personagens citados. Por isso, faço um apelo aos integrantes das duas Comissões, a seus presidentes e relatores.

No objetivo da racionalidade, eficiência e agilidade das investigações, vamos promover um permanente intercâmbio de informações, de depoimentos e até, se oportuno for, vamos inovar, e fazer, respeitando o objeto de investigação de cada uma, sessões conjuntas para agilizar a investigação e evitar sobreposições e redundâncias.

Creio que esse é também um anseio da sociedade, que esperava ver os resultados das investigações o mais rápido possível, sem prejuízo da qualidade da apuração e do direito sagrado da defesa.

As CPIs têm poderes suficientes e os instrumentos necessários para evitar tentativas de transformá-las em laboratórios para testes de versões.

A sociedade e nós queremos a verdade, nada além e nada aquém da verdade. Vamos perseguir a verdade, só a verdade, para evitar que mergulhemos em um Estado regido pelas suposições.

Era o que tinha a dizer, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Muito Obrigado!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na realidade, não vou usar esse tempo todo, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^a pela instalação desta CPI hoje. V. Ex^a está fazendo exatamente aquilo que disse que faria. Todos nós sabemos que V. Ex^a preferia que houvesse uma CPI sobre este tema apenas na Câmara. Mas, na realidade, as condições políticas ensejaram a realização desta CPI também aqui no Senado.

Agora já são três CPIs aqui no Senado, além de CPIs sobre outros temas. Temos a CPI dos Correios, a dos Bingos e a do Mensalão. Então, eu gostaria de fazer um apelo às Lideranças do Governo para que nesta CPI, ao contrário do que ocorreu na CPI dos Bingos, possamos fazer um acordo em torno da relatoria, da Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Isso foi feito na CPI dos Correios, na qual fomos majoritários; elegemos o Presidente, o Senador Efraim. Mas, naquela CPI, mesmo podendo indicar o Relator, fizemos questão de que ele fosse indicado pela Liderança do Governo. Por que fazemos esse pedido? Por entendermos que, sendo o Presidente e o Relator, um do Governo e outro da Oposição respectivamente, teremos melhores condições de encaminhar os trabalhos da Comissão.

A partir da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, desde a gravação do Sr. Roberto Marinho, infelizmente, a cada dia novas denúncias vão surgindo, novas pessoas são comprometidas, pessoas estão sendo retiradas do Governo. Infelizmente, tudo aquilo que o Deputado Roberto Jefferson disse em sua entrevista e, posteriormente, nas declarações na Câmara e no Senado estão se confirmando. É necessário que

tenhamos muito sangue frio e muita competência para que possamos condenar aqueles que erraram e inocular os que efetivamente não participaram dessas irregularidades. Mas acho que, para que a Comissão se inicie com o pé direito, tem de haver consenso, mostrando que o queremos é apurar. Para isso, é necessário que tenhamos Relator e Presidente, um da base do Governo e outro da base da Oposição.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Eu gostaria de, mais uma vez, reforçá-la. Se houver acordo, se houver entendimento, se houver convergência, com certeza vamos ter mais agilidade, mais celeridade da própria investigação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães e inscrevo o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ponto de vista que V. Ex^a esposou teve, na ocasião, o meu total apoio, no sentido de que esta Comissão fosse exclusivamente da Câmara dos Deputados. V. Ex^a lutou por isso e não conseguiu. Entretanto, ainda hoje pela manhã, na CPI dos Correios, falava-se em uma CPI única. Isso hoje acho impossível diante da nossa posição favorável, mas a do Governo contrária, manifestada na reunião de Líderes, da qual tive a honra de participar, não como Líder. De modo que quero dizer a V. Ex^a que, a essa altura, a CPI tem de ser mista mesmo, que foi o decidido, em relação à qual foram agora indicados os nomes. Mas não foi por nossa culpa. Estávamos com o seu pensamento, mas o Governo deve ter razões de sobra para não pensar como nós e no dia da reunião de Líderes não aceitar essa sugestão. Daí por que acho extravagante hoje, na CPI dos Correios, tentar-se ainda fazer uma comissão mista. E o pior: foi um Líder atuante do PT que pediu que isso ocorresse, quando, na realidade, o próprio Governo manifestou-se contrariamente na reunião de Líderes, presidida por V. Ex^a com muita eficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra e Leonel Pavan.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, primeiramente manifesto o meu apoio ao sentido maior das suas palavras sobre a importância de o Congresso Nacional e o Senado Federal estarem empenhados no esclarecimento

total dos fatos que hoje são objeto seja da CPI dos Correios, seja da CPI do chamado “mensalão”, seja a respeito de procedimentos indevidos neste Governo ou no anterior.

Pondero que a posição de V. Ex^a, quando avaliava que não caberia ao Senado examinar o que porventura teria ocorrido de irregularidade com os Deputados, fazia um certo sentido. Mas há que se considerar também um outro aspecto, Senador Renan Calheiros, com respeito à responsabilidade das direções dos Partidos, na medida em que aqui no Senado há inúmeros membros de direção de partidos, presidentes de partidos, membros de executiva e de diretórios regionais dos diversos partidos envolvidos. De alguma maneira, é positivo que a apuração sobre o Mensalão tenha também a participação não apenas dos Deputados mas também dos Senadores. Acho que isso acabará sendo adequado.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar que ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral, eu me dispus a participar, seja na qualidade de titular ou de suplente, na CPI dos Correios e nesta, agora, do Mensalão, na qual fui designado como primeiro suplente. Tenho alguma experiência na participação em CPIs, como, por exemplo, em 1992, quando, até por ter sido o autor do requerimento, juntamente com o Deputado José Dirceu, sobre os atos de PC Farias, o então Líder do PMDB – em que pese eu fosse o único Senador do PT, que, portanto, não teria a proporção devida para participar como membro titular – honrou-me, nomeando-me como um dos suplentes daquela CPI. Assim, pude verificar que o suplente participa praticamente em igualdade de condições em relação aos Senadores titulares.

Espero, então, poder colaborar com o propósito expresso por V. Ex^a de apurar completamente todos esses episódios e, sobretudo, cooperar na reflexão do que fazer, daqui para frente, para conseguirmos extirpar dos costumes da vida política brasileira os problemas que agora estão vindo à tona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, em primeiro lugar, parabênizo a iniciativa de V. Ex^a. Nós, que acompanhamos de perto todo esse processo, defendíamos desde o início que a CPI dos Correios fosse instalada a partir de fato concreto, determinado: as denúncias relativas à corrupção naquela instituição – nos Correios. Sendo assim, a CPI seria instalada e foi instalada com a denúncia apresentada pelo Sr. Roberto Jefferson. S. Ex^a o Deputado

Roberto Jefferson originalmente é réu, é denunciado e apresentado na CPI dos Correios, naquele depoimento, como um dos envolvidos no episódio. Quando se apresentou ao Conselho de Ética, ele apresentou outras denúncias referentes a indícios de corrupção que envolveriam uma lista de Parlamentares.

Esse novo fato, que sequer existia quando foi proposta a CPI dos Correios, deu início a alguns pedidos de CPIs. A Oposição propôs uma CPI exclusiva no Senado, liderada pelo Senador José Agripino. A Oposição propôs, sobretudo através do PDT, PV e PPS, uma CPI Mista, e a base propôs uma CPI na Câmara. Defendi, desde o início, da mesma forma que já se manifestaram o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Renan Calheiros e a ampla maioria dos Senadores, que essa CPI fosse feita na Câmara dos Deputados, porque basicamente dizia respeito ao decoro parlamentar de Deputados. Se, realmente, esse fato existiu, se houve compra de Parlamentares, recursos transferidos indevidamente ou o que quer que seja, até o momento, todas as denúncias e os indícios dizem respeito a envolvimento de Parlamentares da Câmara dos Deputados.

O Regimento é muito claro: o Senado não pode se envolver em matérias referentes à Câmara dos Deputados. Por isso, amparado no Regimento, amparado na história parlamentar, e, no meu entender, em um episódio que diz respeito ao decoro parlamentar de Deputados, sempre defendi que essa CPI fosse exclusiva da Câmara. Tentamos acordo para isso com a Oposição, que foi absolutamente intransigente e obstruiu a aprovação dessa CPI na Câmara. Assim sendo, foi apresentada à Mesa uma CPI mista.

V. Ex^a deu prazo de uma semana, depois deu mais um prazo e marcou: “Terça-feira, às 20 horas, será lido o requerimento”. Mesmo havendo sessão na Câmara, aguardamos e foi lido o requerimento. Lido o requerimento, os membros da CPI têm que ser indicados e ela tem que ser instalada. Portanto, essa tese está superada pela própria iniciativa da Oposição, que não apenas propôs a CPI mista como, naquela terça-feira, denunciava que havia uma obstrução do Presidente da Câmara, que não queria a instalação da CPI. O tempo e o fato demonstraram que não era assim, que a CPI seria instalada, que a investigação seria feita. Portanto, agora temos uma CPI mista, e o acordo foi cumprido – acordo esse feito com a Oposição, feito com o Presidente, e todos os partícipes têm obrigação de cumpri-lo.

Por último, quero discutir a questão da Presidência e da Relatoria. Primeiro, durante oito anos de mandato, as CPIs não eram instaladas; nem com um milhão de assinaturas conseguíamos instalá-las. E, quando instaladas, jamais tivemos oportunidade de negociar a Presidência e a Relatoria. Nunca! Jamais! Em nenhuma

oportunidade! Entretanto, por acordo, podemos ceder à Oposição, eventualmente, a relatoria. Por que cabe a Presidência à Base do Governo? Porque ela é maioria. Por que cabe ao PMDB no Senado? Porque é o Partido mais votado. É por isto que o Presidente Renan é o Presidente do Senado, porque o Partido mais votado é o PMDB. E nunca usamos para a composição de Presidência de comissão o critério de bloco. Desde o início da legislatura passada, fizemos um acordo pelo qual os blocos não iriam interceder na indicação da Presidência da Mesa nem das comissões. Então, no Senado, esse argumento não procede. E, na Câmara dos Deputados, a maior Bancada é do PT. Portanto, no nosso entendimento, pelo voto popular, pelo voto nas urnas, pela vontade do povo, as duas maiores Bancadas são do PMDB e do PT, ou seja, Presidência e Relatoria. Por acordo, nós podemos compor.

A experiência de composição que tivemos na CPI do Banestado não foi positiva. Nem sequer chegamos a um relatório final, à conclusão da CPI, uma CPI importantíssima, exatamente pela disputa entre Relator e Presidente, fato que prejudicou a imagem do Congresso e a eficiência da CPI.

Quando nós discutimos a CPI dos Correios, tentamos alguns nomes com a Oposição, mas não foi possível chegar a um acordo quanto aos nomes da própria Oposição. Nós estávamos dispostos a construir um acordo, mas não foi possível. Fomos a voto. Foi uma disputa democrática, e nós ganhamos no voto secreto, com a vontade dos Parlamentares. A pergunta que faço hoje é: não foi boa a escolha da Presidência e da Relatoria? Essa CPI não está funcionando com total isenção, com equilíbrio, com moderação? Está funcionando. Tanto está, que a Oposição agora queria uma CPI apenas. Tanto está, que ela propõe que aquela CPI se transforme em única – quer dizer, uma parte da Oposição porque a outra apresentou requerimento e assinaturas do Senado e da Câmara – a Oposição não está muito unificada sobre esse encaminhamento. Isso mostra que, quando escolhemos bem, pessoas equilibradas, responsáveis, democráticas, plurais, os trabalhos evoluem. Não que as outras indicações não chegassem a isso; poderia, eventualmente, o nome da Oposição ter conduzido o trabalho com o mesmo equilíbrio, mas estamos tendo uma boa experiência na CPI dos Correios.

Então nós podemos fazer um acordo se houver nomes de consenso. Se não houver, nós vamos a voto, que é a forma democrática. O Regimento recomenda as maiores Bancadas, que, no nosso entendimento, são PT e PMDB. Se houver acordo, nós faremos; se não, nós vamos a voto.

Tenho certeza de que estamos abertos ao diálogo, como sempre estivemos em todas as matérias; não há

que ser diferente nessa. A única reivindicação que faço é que instalemos imediatamente a CPI, que não protemos esta investigação. O País todo quer que tudo seja apurado, e apurado com rigor, com profundidade, apurado até o final. Por isso, é muito importante que essa CPI se instale o mais rapidamente possível.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Fernando Bezerra.

Em seguida, darei a palavra ao Líder José Agripino.

Estão inscritos também os Senadores Leonel Pavan e Romeu Tuma.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela forma equilibrada, corajosa, competente, em perfeita sintonia com a sociedade. Temos que apurar a verdade, nada além e nada aquém, como V. Ex^a disse em seu discurso inicial.

A sociedade não nos perdoaria, em hipótese nenhuma, se fôssemos omissos em relação a desvio de conduta de quem quer que seja, do Governo ou do Parlamento.

O Parlamento, hoje, está, na visão da sociedade, numa situação extremamente delicada, e nós temos que ser rigorosos conosco mesmos na apuração desses fatos.

Esta comissão parlamentar mista que deveria, também no meu entendimento, ter sido criada no âmbito exclusivo da Câmara dos Deputados para que não nos crie o constrangimento de investigar denúncia contra Deputados, infelizmente deságua aqui. Então, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e externar o meu ponto de vista.

Ouvi o Senador José Jorge propor um acordo. Acordo é um bom caminho para tudo, mas não o considero relevante. Penso que é absolutamente irrelevante quem vai ficar à frente desses trabalhos, porque eu não acredito que haja alguém que tenha a coragem, a falta de bom senso de não buscar a fundo as investigações a fim de punirmos aqueles que se desviaram. O exemplo disso é o comportamento do Senador Delcídio Amaral, equilibrado, sereno, paciente. Todos reconhecem esse ponto, e nós vamos investigar a fundo as denúncias dos Correios.

Na verdade, quero dizer que sou favorável ao acordo. O pior dos acordos é sempre a melhor solução de todos os problemas. Se nós tivermos a oportunidade de, por acordo, escolher Presidente e Relator desta

comissão, vou ficar muito contente. Caso contrário, ouvi aqui a manifestação do Líder do Governo no Senado no sentido de irmos a voto. Não me preocupo porque, mesmo havendo essa disputa, tenho certeza de que vai prevalecer o equilíbrio de quem for escolhido Presidente e de quem for Relator na busca da verdade, que V. Ex^a também aqui persegue.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, declaro que a posição do PFL é a da unificação. A proposta que fizemos, e V. Ex^a é testemunha disso, foi a da unificação das CPIs e CPMLs que estão em funcionamento, pelo inevitável das conclusões.

Não há nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que mensalão, compra de voto, CPML dos Correios, corrupção, tudo vai desaguar apenas numa vertente. Então, na minha opinião, dividirmos as investigações em CPI dos Bingos, CPML dos Correios, CPML do Mensalão é dispêndio de energia, pela evidência dos fatos, desnecessário. Nós propusemos juntar tudo. Não tivemos nossa proposta aceita. Humildade diante dos fatos, porque a proposta está feita, a indicação dos nomes está feita, e vamos aos fatos, vamos às investigações. Vai haver uma trabalhadeira infernal, e vamos trabalhar para chegar às conclusões que a sociedade exige.

Que fique, portanto, muito claro que, em nome da eficácia, do pragmatismo e da objetividade, propusemos a unificação de todas as CPIs e CPMLs em torno de uma só, mas não tivemos nossa tese aceita. Fizemos mais, propusemos que a CPML do Mensalão fosse aditada à CPML dos Correios, mantendo-se o Presidente e o Relator, por uma razão muito simples: não se trata de confiar ou não no Senador Delcídio, mas porque, com o esquema de vigilância da sociedade, com o acompanhamento pelos meios de comunicação, é impossível alguém, Sr. Presidente, ousar ser faccioso. É impossível! Seria o supra-sumo da irresponsabilidade cívica alguém ser faccioso. A moderação e o equilíbrio são imperativos da vigilância, são determinados por ela.

Confiamos não só no Senador Delcídio Amaral e no Relator Osmar Serraglio, mas também, e acima de tudo, na vigilância da sociedade, nos meios de comunicação, nas rádios, nas televisões, na eficiência dos membros da Comissão, que estão trabalhando com abnegação, com denodo, com dedicação exclusiva, para se chegar àquilo de que a sociedade não vai abrir mão: a investigação e a conclusão dos fatos.

Com relação à indicação de membros, volto a discordar frontalmente do Senador Aloizio Mercadante. S.

Ex^a está desconhecendo algo chamado direito das minorias, está desconhecendo os expedientes que V. Ex^a, Sr. Presidente, endereçou aos partidos e aos blocos. Tanto os blocos são considerados que V. Ex^a, quando pediu a indicação dos membros, dirigiu-se ao Bloco da Minoria no Senado, pedindo a indicação de cinco Senadores. Pediu a indicação de quatro Senadores ao PMDB e de quatro Senadores ao Bloco do Governo. Quem é maioria? É claro que é o Bloco da Minoria, a quem V. Ex^a pede a indicação de cinco membros. Isso é cristalino.

Se não querem respeitar o direito das minorias, essa é outra questão. Não vamos argumentar com fatos pretéritos, mas com os do presente, que são: o PFL, o PSDB e o PDT respeitam os direitos democráticos previstos na Constituição, nos Regimentos e também os direitos das minorias. Tanto respeitam que na eleição para a presidência e para a relatoria da CPI dos Bingos foi eleito um presidente do bloco majoritário, o Senador Efraim Morais, que, cavalheirescamente, convidou um integrante das hostes governistas para ser seu vice-presidente e pediu ao PMDB ou ao Bloco do Governo a indicação do nome do relator, um respeito claro à tradição, ao Regimento, a tudo que vem acontecendo; diferente do acontecido na CPML dos Correios, onde fomos a votos.

Se o Bloco do Governo se propõe e se dispõe a um entendimento, nós temos entendimento. Pela nossa convicção, caberia, pelo rodízio, ao PSDB a indicação do Presidente da CPML do Mensalão.

Conversei com o Senador Arthur Virgílio, Líder no Senado, que me propôs a indicação do nome de um Deputado que nem das hostes do PSDB o é, o Deputado Raul Jungmann. Manifestei a minha posição favorável. Já que a posição pertence ou é da responsabilidade da indicação do PSDB, S. Ex^a indicaria, com o de acordo do PFL do Senado. Consultei o Líder Rodrigo Maia, que também concorda com esse nome. É o nome que submetemos à apreciação.

Se quiserem chegar a um entendimento em torno de um nome que reputo confiável, esse é o nome que sugerimos para a administração das investigações de um fato da maior importância, um parlamentar que está, na minha opinião, acima do bem e do mal e que deseja, como nós desejamos, a correta investigação dos fatos.

Ficam aqui os esclarecimentos e a proposta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, na forma do art. 14, ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, darei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, serei muito breve. Primeiro, o respeito à Minoria sempre existiu nesta Casa e, de nossa parte, jamais foi questionado em qualquer Comissão ou em qualquer outro funcionamento. Mas nem o Regimento, nem a história do Parlamento estabelece que presidência ou relatoria seja um direito da Minoria. O que o Regimento diz é que cabe a presidência ao maior partido, e cabe a relatoria ao maior partido da outra Casa. É verdade que o Bloco tem indicações proporcionais aos Senadores do bloco. Mas V. Ex^a há de reconhecer que, desde o início desta Legislatura e da anterior, nós acordamos que presidência de comissão não seria definida por bloco. Tanto que o Presidente da Casa é do PMDB, Senador Renan Calheiros – o anterior também o era, o Senador José Sarney; a Presidência da CAE, que é a primeira indicação, é do PMDB; a segunda, do PFL; a terceira, do PT; a quarta, do PSDB. Sempre o fizemos por partido, por voto. Exatamente para evitar troca-troca à véspera de final de Legislatura, como ocorre em outras Casas para composição da Mesa ou comissão. Então, está respeitado. Por acordo ou entendimento, nós podemos chegar a qualquer solução. A minha preocupação fundamental é que seja um Presidente bastante equilibrado e que dê segurança aos trabalhos, e que seja um Relator que tenha uma excelente formação jurídica, para que não se cometa qualquer tipo de arbitrariedade ou açodamento nessa investigação. Alguém que tenha uma boa formação jurídica e que seja capaz de sustentar, no amparo da lei, da Constituição, do Código de Processo, do Regimento da Casa, o seu parecer. Eu acho que este é o espírito da Casa: o direito de defesa, o contraditório, apurar com rigor e profundidade, mas sempre com o amparo da lei. Eu acho que essa é a sugestão que nós queremos construir. Mas vamos sentar, vamos conversar e ver se conseguimos celebrar acordos. Se não, nós iremos a voto, como é democrático, e a Oposição disputou, bravamente, na CPI dos Correios. O voto é secreto. A vontade dos Senadores e dos Deputados é que vai estabelecer a Presidência da Comissão, como já aconteceu em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De acordo com o art. 14, concedo a palavra a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero entrar na discussão estéril que está se colocando; eu prefiro ficar com a tradição de 10 anos, 15 anos do que foi feito aqui no preenchimento dos cargos de CPIs. Eu

prefiro ficar com 10 anos, 15 anos a ficar com seis meses. Não vamos entrar em discussão estéril. Se o Bloco do Governo quiser uma composição, vamos fazer a composição, e o nome que sugerimos é o do Deputado Raul Jungmann; senão vamos à fiscalização da opinião pública, seja quem for o Presidente, seja quem for o Relator, fiscalização da opinião pública e dos membros – Deputados e Senadores – que desejam, como nós, a investigação profunda e a elucidação dos fatos anunciados.

O Sr. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos deixar também registrado aqui que o PSDB sempre trabalhou aqui no Senado para que as coisas caminhem dentro do que a sociedade quer: coisas claras, transparentes e que tudo seja fiscalizado.

Quando surgiu a denúncia dos Bingos, o PSDB, junto com o PFL, junto com o PDT trabalharam, e trabalharam muito, para que a CPI dos Bingos fossem instalada. Infelizmente, houve de parte do Governo, inclusive encampada pelo próprio Presidente, pelo ex-todo-poderoso José Dirceu, um trabalho para que a CPI dos Bingos não fosse instalada. Foi preciso recorrer à Justiça para que tivéssemos o direito de instalar a CPI. O PSDB também trabalhou, contrariando aquelas afirmações do Líder Aloizio Mercadante, também trabalhou junto com o PFL, para que essas CPIMs ou CPIs fossem unificadas, para que não houvesse várias CPIs, porque precisamos agilizar a fiscalização. Em todo os momentos, em todas as discussões, o PSDB se comportou dessa maneira, fazendo com que as coisas ficassem claras, independentemente se for A ou B o presidente, mas que se respeitasse àquilo que era comum nesta Casa, os acordos no sentido de que quando fosse nomeado o presidente do partido do Governo, o relator seria da Oposição, ou vice-versa. Hoje nós poderíamos, tranquilamente, ter apenas uma CPMI, ou CPI, apenas a dos Bingos, se não tivesse o Governo, no passado, trabalhado para retirarem as assinaturas. Com certeza, funcionando a CPI dos Bingos, que hoje funciona, todos os escândalos, certamente, teriam sido investigados. Ao não permitirem que a CPI dos Bingos fosse instalada, abriu-se a porteira, o dono da fazenda deixou uma fresta, deixou a porta um pouco aberta e passou um boi, depois passou a boiada. A corrupção ficou realmente descontrolada para o Governo, e hoje temos CPI dos Correios, CPI dos Bingos, CPI do Mensalão. Daqui a pouco, vem a CPI do Celso Daniel também, e vamos ficar aí passando este ano e o ano que vem apenas tentando tratar das CPIs.

Eu mesmo faço parte da CPI da Emigração Ilegal, faço parte da CPI da Terra, faço parte da CPMI

dos Correios, da CPI dos Bingos e, agora, vou participar também da CPI do Mensalão. Vai ficar realmente difícil fazer um trabalho mais claro, mais ágil, transparente. Estou falando isso porque vamos ouvir as mesmas pessoas, Sr. Presidente. O Sr. Delúbio, o Sílvio, o Marcos Valério também vão ser ouvidos na CPI do Mensalão. O Roberto Jefferson também será ouvido. Já foram ouvidos na dos Correios e, certamente, vão ser ouvidos de novo. Veja que podíamos ter aproveitado tudo isso em apenas uma CPMI. A sociedade, Sr. Presidente, quer agilidade.

Vejam só: antes, quando contestavam as CPIs, quando diziam que não tinham provas, que era falácia, que era golpe, que falavam por falar, hoje, aqueles mesmos que diziam que era golpe da direita, que era golpe não sei de quem, eles mesmos estão confessando. Já há réu confesso, Senador Antonio Carlos Magalhães. Aquele que chorou e disse que era golpe da direita foi dizer agora, confirmado pelo Presidente Lula, confirmado por Marcos Valério, que há um Caixa 2. Um Caixa 2! Se não houvesse as CPIs, certamente não saberíamos de tudo isso.

Cadê aquelas pessoas que diziam que era golpe? Cadê aquelas pessoas que diziam que era mentira, que não havia provas? E nós da Oposição não estamos conseguindo mostrar as verdadeiras provas, exceto nos debates, exceto nas investigações da CPI. Mas a própria Base do Governo está se denunciando, está se contradizendo – aliás, tinham que combinar com o Presidente Lula para dizer na França uma coisa e para o outro dizer a mesma coisa aqui no Brasil. Só que não combinaram o horário.

Há uma confusão, estão batendo cabeça. Não se encontram mais. Isso é mentira ou é real? Isso é real. O Brasil ouviu. A quem querem enganar? Para que esconder o jogo? Será que ainda dirão que é golpe? Será que ainda dirão que é jogo eleitoral? Que querem antecipar as eleições? Não pode mesmo isso acontecer no período eleitoral. Tem que acontecer agora a fiscalização. É agora que temos que apurar.

Sr. Presidente, infelizmente, não vamos conseguir apurar tudo neste ano e vai acabar indo para o ano que vem porque três meses não resolvem. Serão quatro ou cinco, vão prorrogar essas datas.

Lamento profundamente. Falavam tanto em lavagem de dinheiro, que temos de apurar, que precisamos apurar, e o PT está usando a legenda, a sigla, para lavagem de dinheiro.

Eu não quero usar a questão política, mas é preciso esclarecer que há muita gente boa no PT, muita gente séria, e essas pessoas também querem clarear a questão. Mas há muitos que diziam que era golpe, que era antecipação de eleição e agora têm que se curvar,

e são coniventes com a corrupção. Lamentavelmente, isso está bastante claro através da Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pedi ao Secretário, Dr. Carreiro, uma cópia do pronunciamento feito por V. Ex^a ao abrir a reunião de instalação desta CPMI. E vi uma aula de ética e de respeito aos Parlamentares nas considerações feitas por V. Ex^a e testemunhadas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que compareceu à reunião dos Líderes. Lá ficou patente que deveria haver uma CPI na Câmara, em razão do volume de acusações iniciadas pelo Deputado Roberto Jefferson, que atingem alguns Parlamentares, ainda não comprovadamente, de participação em “mensalão”. Mas houve por bem V. Ex^a, em razão da pressão da sociedade, instalar uma CPMI.

Mas o que me leva a falar sobre esse problema, Senador, é que eu acho que, dentro do critério apontado por V. Ex^a e testemunhado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – não vou entrar no mérito, porque o meu Líder já está cuidando disso e é um homem equilibrado –, a Câmara deveria indicar a Presidência, até em respeito ao que V. Ex^a disse preliminarmente, da importância da direção dos trabalhos ser oferecida à Câmara dos Deputados. É isso que me leva a fazer essa proposta.

Sei que alguns Parlamentares acham que o mais importante é a Relatoria. Só que o Presidente é eleito e o Relator é indicado pelo Presidente. Então, digo isso buscando subsídio no discurso de V. Ex^a, tão bem elaborado, na instalação desta CPMI.

Então, fica aqui a minha sugestão a V. Ex^a e aos demais Líderes de que é importante que a Presidência da CPMI, por ser escolhida por eleição, seja oferecida à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a. A sugestão que faz é realmente pertinente, racional. O ideal, repito, era que nós tivéssemos condições de fazer um acordo, para construir uma convergência, um consenso, com relação à eleição do Presidente e à conseqüente designação do Relator, coerentemente com o que, no início, todos nós defendemos.

Está cumprida a finalidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 8 minutos.)

Ata da 114ª Sessão Não Deliberativa, 19 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, da Srª Serys Slhessarenko, dos Srs. Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Augusto Botelho

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeu Cavalcante Silva, o presente requerimento para que forneça informações a respeito dos contratos de prestação de serviço de publicidade, propaganda e patrocínios estabelecidos pelas empresas Eletrobras, Eletronorte, Chesf e Furnas, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2005 inclusive.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

a) Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução de cada licitação;

b) Cópia do contrato assinado entre as subsidiárias deste ministério e a respectiva empresa vencedora da licitação;

c) O valor total de cada contrato;

d) Cópia dos contratos e convênios de patrocínio e sua respectiva execução;

e) Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data.

Justificação

Tendo em vista os recentes escândalos na área de comunicação do Governo Federal, cabe ao legislador exercer também a incumbência constitucional de fiscalizar os atos emanados do Poder Executivo.

Considerando, portanto, que os gastos das empresas públicas nas atividades de divulgação e patrocínio não são previstos no Orçamento Geral da União, mas são deliberados internamente, faz-se necessário o

acompanhamento detalhado e rigoroso das licitações e dos contratos executados pelas mesmas, com vistas a evitar eventuais danos ao patrimônio público.

Dessa forma, solicito aos Nobres Pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviços de publicidade, propaganda e patrocínios.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(Mesa para decisão).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 786, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado Voto de Aplauso em homenagem ao Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelos seus 41 anos de emancipação.

Justificação

Balneário Camboriú completará amanhã, dia 20 de julho de 2005, 41 anos, pouco, por tudo que representa.

De uma vila de pescadores à capital turística do Mercosul, Balneário Camboriú, atrai pela natureza e infra-estrutura.

Ao completar 41 anos, neste dia 20 de julho de 2005 os indicadores oficiais favoráveis em termos de qualidade de vida colocam a cidade entre as 10 melhores do Brasil para se viver e comprovam que o processo de desenvolvimento econômico e social resultante do investimento no turismo em Balneário Camboriú, não é circunstancial à presença do litoral, mas resultado da vontade política aliada às parcerias com todos os setores da comunidade.

O turismo e a boa receptividade aos visitantes é prática comum nas ruas e no cotidiano da administração municipal deste município catarinense, do qual já tive a satisfação e oportunidade de administrar por três mandatos.

Grande parte da sua arrecadação é investida em infra-estrutura, saneamento, saúde, educação, projetos e ações sociais permanentes, além de desenvolver e aprimorar cada vez mais as parcerias para tornar realidade projetos arrojados no desenvolvimento e modernização do setor turístico.

Como resultado dessas ações públicas e por viver exclusivamente da “indústria” do turismo, a população se conscientizou deste potencial e recebe muito bem o turista.

Conhecer e, por isso, retornar á Balneário Camboriú, é desfrutar de uma hospitalidade e de uma excelente infra-estrutura que se traduz em modernos equipamentos turísticos, ruas limpas, comércio diversificado, serviço eficiente, sistema viário em fase de modernização e humanização, além da natureza exuberante com obras de urbanização integradas à paisagem e que socializam o acesso à todos os recantos turísticos, sem falar em atrações e gastronomia diversificada.

Por todas essas razões, a população de Balneário Camboriú e todos nós catarinenses, temos orgulho e enorme alegria em comemorar essa data.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Leonel Pavan**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2005

Autoriza a criação de *campi* universitários nas cidades de Guaraí e Colinas, como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nas cidades de Guaraí e Colinas, **campi** da Fundação Universidade Federal do Tocantins, podendo, para tanto, absorver o patrimônio das instituições de educação superior ali existentes.

Art. 2º Os referidos **campi** terão como objetivo desenvolver, sem promover indissociação, atividades de ensino superior, pesquisa e extensão.

Art. 3º A estrutura organizativa e a forma de funcionamento dos **campi**, bem como as condições de parceria com outras instituições locais, serão definidas no estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e em outras normas legais pertinentes.

Art. 4º A criação dos **campi** subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas décadas, ocorreu no Brasil intenso e veloz movimento de universalização do ensino fundamental, com a conseqüente expansão da escolaridade para a última etapa da educação básica, o ensino médio. Em 1993, foram 615 mil os concluintes do ensino de 2º grau. Em 2003, esse número ultrapassou dois milhões, na grande maioria estudantes de escolas públicas e gratuitas.

No Estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988, a história não foi diferente. Em 1994, havia cerca de 30 mil alunos no ensino médio; em 2004 eles já eram quase 76 mil. Também não é diferente, hoje, a composição social dos alunos: a imensa maioria das matrículas é das escolas estaduais gratuitas (71,6 mil), o que indica, no quadro atual, serem oriundos das classes populares.

Ora, esse mesmo dado mostra, com toda eloqüência, a necessidade de oferta de mais vagas na educação superior pública e gratuita. O Estado do Tocantins só recentemente ganhou uma universidade federal, que oferece, anualmente, menos de mil vagas em seus cursos de graduação. Enquanto isso, concluíram o ensino médio, em 2004, aproximadamente 25 mil estudantes, nos cursos regulares e supletivos. Não é por acaso que nas maiores cidades, como Palmas, Araguaína e Gurupi, multiplicam-se as instituições privadas, acessíveis, entretanto, somente aos que dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com as respectivas mensalidades.

Nesse contexto, nada mais justo que a expansão da universidade federal para as áreas de maior densidade populacional, conforme o mandato constitucional originário e a atual política do Ministério da Educação. Sem dúvida, a disseminação da pesquisa e do ensino superior, com a conseqüente difusão da cultura científica e tecnológica, fará com que o atraso econômico do interior seja superado. As oportunidades de profissionalização mais especializada ajudarão

a debelar o desemprego que se estende aos campos antes primitivos ou desabitados.

A presente proposição, portanto, visa a dar maior concretude às intenções dos Poderes Públicos em responder, com qualidade, às necessidades culturais da população do Tocantins, nos municípios de Guaraí e Tocantinópolis, reconhecidamente pólos demográficos e econômicos de suas respectivas regiões, evitando também a excessiva concentração da oferta de cursos superiores na sede da universidade, que agrava o êxodo das populações interioranas e o inchaço da capital.

Finalmente, lembramos que se trata de um projeto que segue o modelo de tantos outros que visam apenas a autorizar o Poder Executivo a praticar ato determinado. Modelo esse que já se tornou tradicional, pelo qual se exerce a missão de representar os interesses dos estados brasileiros e, assim, sensibilizar o Poder Executivo para seu dever de dar resposta às necessidades da população.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Nezinho Alencar**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e cidadania e de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel. Hoje, não sendo sessão deliberativa, V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, li, quando jovem, a **Oração aos Moços**, de Rui Barbosa. Nela, o autor observa haver patrocinado a causa de três verdades – a democrática, a republicana e a eleitoral, lamentando, contudo, não terem elas conseguido, no tribunal da política, melhor tratamento do que Deus Vivo no julgamento de Pilatos. Sem ter a veleidade nem a pretensão de aproximar-me do estuante jurista e político – aliás, homenageado nesta Casa com o busto no plenário – ousou proclamar haver consumido longos tempos de minha vida pública a refletir sobre esses temas e a propor a efetivação de medida para questões tão transcendentais para as instituições brasileiras.

Faço tais observações, Sr. Presidente, em virtude do instante em que o Brasil é alcançado por grave crise política, conquanto não deva sua intensidade

afetar as nossas instituições, hoje robustas, mercê dos avanços obtidos nos últimos tempos, mormente após a promulgação da Constituição de 1988.

Os tempos, portanto, parecem indicar ser este o instante de apurar os fatos, como o está fazendo com diligência o Congresso Nacional e, após sua conclusão, adotar as medidas cabíveis estatuídas na Constituição, nas leis e nos Regimentos da Câmara e do Senado, corrigindo-lhes desvios e prevenindo a repetição de condutas não republicanas.

É de se supor que – uma vez que o Parlamento, além de órgão legislativo e fiscalizador, o é igualmente grande fórum de debate dos problemas nacionais – brotem, entre outras, sugestões também para melhorar o desempenho de nosso sistema político.

Considero, porém, que somente depois da apuração dos fatos, será o momento de o Congresso Nacional centrar seus cuidados na adoção de medidas voltadas para aprimorar as instituições, aprovando a Reforma Política, aliás fundamental para restaurar a credibilidade e a legitimidade de que carecem os Poderes da República.

Aliás, o Velho Testamento, na sabedoria do Eclesiastes, lembra que “para tudo tem o seu tempo”. Não convém, pois, colocar o depois antes do antes.

“As coisas políticas têm por principal condição a oportunidade”, lecionou Nabuco de Araújo, em discurso proferido nesta Casa em 1870, para acrescentar: “As reformas, por pouco que sejam, valem muito na ocasião, não satisfazem depois, ainda que sejam amplas”.

Ora, Sr. Presidente, discutir questões institucionais em períodos eleitorais pode parecer um convite à nociva prática do casuísmo, e tanto mais inconveniente será proceder a mudanças em períodos de instabilidade política como a que atravessamos. Configuraria, ao meu ver, uma atitude, mais que arriscada, temerária. A administração do tempo – friso – é certamente o maior desafio para o homem público: cabe-lhe saber que o momento oportuno não é qualquer momento.

Por isso, se pensamos em soluções que não sejam precárias e ocasionais, a reforma política há de ser pautada para instante que permita fazê-la de forma refletida, para que não venha a Nação, em seu discernimento, nos apodar de procedimento ousado ou precipitado. Ousadia e precipitação não são boas companheiras, especialmente no sáfaro território da política. Receio até que a antecipação deste tema finde por converter uma mera crise política – conjuntural, portanto – numa crise sistêmica, com viés institucional.

Há mais de três décadas tanto no exercício dos mandatos legislativos, de funções nos órgãos de dire-

ção partidária, quanto no desempenho de cargos no Executivo – estadual e federal – venho me dedicando ao cumprimento de agenda que concorra para o *ag-giornamento* de nosso modelo institucional. A persistência com que tenho abordado as questões dessa natureza se quadra na convicção de que a reforma política – sempre preconizada, nunca priorizada – é a mais relevante das transformações de que necessita o País, posto que indispensável à governabilidade, de que depende, em última análise, o sucesso de todas as demais. A governabilidade, em nosso como em qualquer outro país, insista-se, será, pois, sempre decorrência direta e imediata da racionalidade da engenharia política adotada.

Embora tenhamos avançado em alguns itens dessa agenda, devemos reconhecer, constata-se que as mudanças institucionais brasileiras têm sido historicamente mais fruto de nossas dificuldades conjunturais do que de nossas deficiências estruturais.

O Brasil, Sr. Presidente, é um dos poucos países do mundo ocidental que virtualmente experimentou todas as modalidades possíveis, tanto na forma de Estado quanto na forma de Governo. Tanto com relação ao sistema de Governo quanto em relação ao regime político. Por outro lado, já utilizamos em períodos sucessivos tanto o sistema eleitoral majoritário quanto o proporcional, atualmente em vigor. Já tivemos fase de bipartidarismo e de pluralismo e, por consequência, também utilizamos o sistema decisório majoritário tanto quanto o consensual. Fomos Estado unitário de 1824, com a primeira Constituição do Império, a 1889. E temos federalismo – que padece de debilidade congênita –, dessa data (1889) até hoje, com exceção obviamente no Estado Novo, de 1937 a 1945, em que vivemos sob a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas. Vivemos pendularmente sob regimes democráticos e autocráticos. Já conhecemos voto facultativo e adotamos a obrigatoriedade do voto hoje em vigor. Já concedemos, negamos e voltamos a conceder – acertadamente, a meu ver – o voto ao analfabeto. Asseguramos o sufrágio feminino no Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de 30, embora a efetiva participação da mulher somente tenha ocorrido em 1945, quando também a França adotou o voto feminino. Praticamos o presidencialismo a partir de 1889 e, de modo especial, com a Constituição de 1891, que criou as instituições republicanas, e adotamos um efêmero e improvisado parlamentarismo entre 1961 e 1963.

É bom lembrar que esse parlamentarismo não pode ser classificado como tal, posto que foi produto da moldura de uma circunstância extremamente difícil pela qual passava o País, tendo em vista a renúncia de Jânio Quadros. Portanto, adotou-se, por meio

de uma emenda constitucional, que Afonso Arinos denominou de Ato Adicional, um regime que não é a expressão correta de um verdadeiro e autêntico parlamentarismo.

Entre outras conquistas, saímos do voto restrito e censitário para o voto universalizado, constituindo hoje o segundo colégio eleitoral do mundo ocidental e o único, apesar de nossas enormes dimensões territoriais, sistema inteiramente informatizado. Isso leva a dizer que, hoje, as eleições no Brasil são feitas sem a mácula da fraude, ou seja, obtendo o que os especialistas chamam de verdade eleitoral.

Praticamos um calendário eleitoral muito próximo de um modelo dos mais antigos do mundo, que é o dos Estados Unidos, em que se vota, aqui como lá, a cada dois anos, alternado-se eleições municipais e eleições gerais, o que evita tanto a federalização das disputas locais quanto a municipalização das eleições federais.

Ao longo destes quase dois séculos de vida independente – vamos completar 200 anos de nossa Independência muito brevemente, no ano 2022 –, passamos também por momentos de graves rupturas de natureza econômica, de cunho financeiro e de origem cambial em nosso balanço de pagamentos, gerando incertezas e inquietações sociais, sempre, e é bom salientar, salvo raríssimas exceções, com o Congresso Nacional em pleno funcionamento. . Registre-se, também que houve nos últimos tempos progressos na busca da estabilidade econômica (vide Plano Real e desdobramentos), no campo social (especialmente na educação e saúde) e da inserção do País no plano internacional, inclusive pelo Mercosul.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) –V. Ex^a me concede um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, estamos no ano de 2005, 505 anos de Brasil! Tivemos capitânias hereditárias, governo geral, Império, Pedro I e Pedro II, governos militares no começo da República, depois, ditadura civil, ditadura militar. Mas em nenhum governo a corrupção foi tão grande. V. Ex^a começou bem, citando Rui Barbosa, “Oração aos Moços”. Eu li e reli, dezenas de vezes, agora pergunto: Lula, você leu “Oração aos Moços”, de Rui Barbosa? Pois então quero ensinar ao Presidente, a Sua Excelência. Aprender requer humildade; é bom. E vou sintetizar o que foi dito por Rui Barbosa para orientar o Lula, que não leu a Oração, que não a aprendeu. O que ele diz? Só há um caminho: a lei e a justiça. Este não é um Estado democrático de direito, essa é a verdade. O mesmo determinam as leis de Deus, Senador Marco

Maciel, V. Ex^a que é cristão. Está escrito lá: “Não roubarás”. E nunca se roubou tanto neste País como agora. Essa é a vergonha. Nós já pecamos contra as leis de Deus e contra as leis. E Rui Barbosa foi mais adiante: Vai chegar o tempo em que, de tanto ver as nulidades prosperarem, a corrupção se alastrar, vamos rir de ter honra e vamos ter vergonha de ser honestos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora quero dizer algo a V. Ex^a e ao Presidente, que é do PT: Não segura! Eu ouço a voz rouca das ruas e eu vi, lá no Piauí, motoqueiros, sábado, tomando uma cervejinha – **in vino veritas** –, virarem para a repartição, para o palácio do Governo e dizerem: “Malandros, vagabundos, ladrões!” Eu vi homens aposentados que trabalham sentirem vergonha. Senador, está na hora dos “verdinhos”. V. Ex^a sabe o que são “verdinhos”? O povo não acredita. Como Winston Churchill disse, a democracia não é boa, é ruim, mas ele não conhece nenhum sistema melhor. Mas democracia é respeito à lei, é não-impunidade, é não admitir roubo e corrupção. Está uma lama de corrupção no Congresso Nacional. Isso é uma vergonha! E eu acho que o povo deve começar a sua revolução.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, ouvi o seu aparte – como sempre palavras candentes – e recolho as observações que V. Ex^a faz. Agradeço também o apoio que V. Ex^a dá à importância de instituições republicanas sonhadas por Rui Barbosa, cujo busto se encontra aqui no plenário a inspirar as nossas ações e propostas.

Ouçó, com prazer, o nobre Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, concederei, com satisfação, o aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, há poucos dias, comentei com V. Ex^a que, na rádio CBN, o Governador Jorge Viana, irmão do nosso Presidente, chamava a atenção para que nós, do PT, deveríamos dialogar com V. Ex^a a respeito sobretudo da reforma eleitoral, dado que V. Ex^a tem um acúmulo altamente respeitável de estudo e de reflexão sobre o tema. E confirma isso com o pronunciamento que faz nesta tarde, trazendo aqui uma história de reflexões a respeito. Quero ponderar uma preocupação relativamente àquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados, pelo menos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Creio que ainda falta a conclusão da votação. Preocupa-me, dentre outros aspectos, o que foi ali votado, ou seja, o voto por lista, sobretudo da maneira como ali foi designado, para que a primeira lista na próxima eleição corresponda à constituição da

Câmara dos Deputados, isto é, à ordem dos deputados federais que estão exercendo o seu mandato.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ora, parece-me que isso constitui um absurdo. Não estou ainda persuadido de que o voto em lista seja o melhor. Tenho a impressão de que devemos perguntar aos eleitores se preferem continuar a escolher os seus próprios vereadores, deputados federais ou estaduais ou se preferem que a direção indique a ordem dos que ingressarão, para que a Convenção aprove, e, daí, eles votem no partido simplesmente. Imagino que o melhor será que os eleitores continuem a escolher o seu representante diretamente, obviamente de partido definido e – o que avalio como muito importante – com a respectiva fidelidade partidária, durante o seu mandato.

Trago essa preocupação porque gostaria muito de ouvir a sua reflexão a respeito, porque nós, do Senado, caso a reforma venha com essa característica, teremos que procurar aperfeiçoá-la.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer as palavras contidas no aparte de V. Ex^a. Devo acrescentar que concordo com a opinião de V. Ex^a no que diz respeito à proposta aprovada na Câmara com relação à introdução das listas. Tendo em vista a limitação do tempo, gostaria de depois conversar com V. Ex^a pessoalmente sobre como vejo essa questão no âmbito da reforma política.

Não desejo encerrar sem dar oportunidade de aparte ao Senador Papaléo Paes, para depois ouvir também o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB.

Ouçó o aparte do nobre Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, é com muita honra que faço um aparte ao discurso de V. Ex^a, primeiro, parabenizando-o pela brilhante exposição sobre sua idéia, sobre o que V. Ex^a pensa da reforma política. Lamentavelmente, observamos que este tema surgiu exatamente agora, em um momento em que o País passa por uma situação muito difícil, com muitas denúncias de corrupção, com o povo vendo que os Poderes, principalmente o Executivo e o Legislativo, estão jogados em um mar de lama. Enfim, essa reforma poderia estar soando para a população como sendo uma alternativa para tentar encobrir a imagem que o povo tem dos políticos, que é uma imagem bastante desgastada. No entanto, quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema, que é muito importante, lamentando que tenha surgido apenas neste momento.

Vejo que essa reforma política, necessária para o País, poderia não ser a nossa grande esperança. A nossa grande esperança deveria ser uma reforma de caráter, o povo saber escolher seus representantes. Não adianta mudarmos de regime, mudarmos as regras, e os palhaços, as pessoas serem as mesmas em circos diferentes. É o que penso. Mais uma vez, parabênizo V. Ex^a. Preocupo-me muito com a situação por que passa o País, principalmente na área política. É muito preocupante, mas temos que continuar tendo forças para lutar a favor dos bons políticos, da boa política e da democracia. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Papaléo Paes, ao tempo em que agradeço o aparte de V. Ex^a, quero recolher também, por ser muito importante, a manifestação do ilustre representante do Amapá nesta Casa, no que diz respeito à necessidade de refletirmos um pouco sobre a reforma política e não fazê-la agora.

Ouço o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, o meu Partido, o PSDB, como V. Ex^a sabe, defende a reforma política há muito tempo. Neste início de ano, tive uma esperança maior. V. Ex^a participou de várias reuniões em que conseguimos fazer uma agenda mínima de alguns pontos para vigorarem já no próximo ano e outros em 2008. Depois tivemos, na Câmara, a aprovação de um projeto global, que tem alguns retrocessos, como a questão da cláusula de desempenho. Mas, ainda assim, o PSDB, e eu, pessoalmente, mantenho a minha esperança, porque a reforma política está realmente na origem. A origem dos problemas que enfrentamos no Brasil está no nosso sistema político atual. Precisamos fazer algumas mudanças de maneira urgente. Não é possível o País ter 37 partidos! Não se consegue governar com esse número de partidos. Como se fazer uma reunião inicial com presidentes de 37 partidos? Isso não pode continuar assim. Da mesma maneira, os partidos têm que ter representatividade, para não serem partidos de aluguel, como acontece de fato nas eleições. Às vezes um partido maior usa um partido menor para atacar os adversários. Temos os horários de televisão que são usados por outros partidos, por pretensos candidatos. Então, eu queria trazer a V. Ex^a o apoio total do PSDB. Já estive com mais esperança de aprovar uma reforma política de verdade, mas mantemos a nossa vontade, a nossa disposição. O PSDB deseja uma reforma política e acredita que ela é fundamental para o Brasil. E V. Ex^a, como uma das pessoas mais entendidas do assunto, como um dos maiores conhecedores dos sistemas políticos existentes no mundo todo, sabe muito bem os caminhos a nos dar.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, o aparte de V. Ex^a foi muito generoso com relação às minhas preocupações referentes a esse tema, mas devo dizer que concordo integralmente quando V. Ex^a diz que a reforma política deveria ter sido a primeira reforma, ou seja, ela deveria ter sido a mãe de todas as demais. E vou mais além: uma vez Roosevelt disse, com propriedade, que era necessário fazer primeiro as primeiras coisas. Isso deveríamos ter feito logo no início. Se tivéssemos feito essas reformas, certamente a instituição congressual e os entes públicos, de modo mais geral, estariam em situação muito melhor perante a sociedade brasileira.

Penso que, de alguma forma, o fato de não termos realizado tempestivamente as reformas políticas ajuda a explicar a crise política por que passamos neste instante, com graves danos à imagem do Parlamento e dos Poderes da República, de modo geral.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar dizendo...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não. Ouço, com satisfação, o nobre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Vice-Presidente, Senador, Governador, mas principalmente nosso querido amigo Marco Maciel, o discurso de V. Ex^a vem a calhar – e não é a primeira vez que V. Ex^a o faz – em uma hora de tantas atribulações. Tivéssemos feito o que V. Ex^a já preconizou há tanto tempo, não estaríamos passando por todos esses vexames. Atualmente, estamos vendo o que a hipocrisia, o que a mentira no campo da política gerou. Dizem que a televisão é gratuita, mas ninguém bota um programa para funcionar em um Estado por menos de R\$1 milhão. Dizer que não se gasta dinheiro em campanha não é verdade. Quem for fazer algumas camisas, dependendo da cor, gasta em média R\$4,00 por cada uma. Então, morro de rir quando alguém diz que, em São Paulo, gastou R\$700 mil, porque, para fazer um milhão de camisas – o que, em São Paulo, não significa nada, porque são 28 milhões de habitantes – gastam-se R\$4 milhões. Então, essas questões todas precisam ser repassadas. E V. Ex^a vem insistindo na necessidade de se fazer essa reforma. Quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que já passou até do tempo. Temos que fazer já, embora tardiamente, as reformas que V. Ex^a tão bem preconizou na área política do nosso País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Líder Senador Ney Suassuna, agradeço o aparte de V.

Ex^a e o apoio que traz à causa que venho defendendo há longos tempos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, concluo.

Em que pesem as conquistas alcançadas, as transformações que temos logrado obter resultam insuficientes. Daí a importância, insisto, das reformas políticas que têm um espectro bem mais abrangente do que se cogita. Na concepção orgânica de governo, os sistemas – o eleitoral-partidário, o de governo, o federativo e o republicano – devem ser mecanismos capazes de produzir, permanentemente, decisões que atendam as demandas da sociedade, de forma racional e tempestiva.

A capacidade de tomar decisões articuladas e congruentes, e como tal serem efetivamente aplicadas, é o que modernamente se denomina governabilidade. Enfim, as reformas políticas, que optaria por designá-las como institucionais, são imprescindíveis sob pena de o País mermar, adiando o nosso querer coletivo de viver em nação democrática, desenvolvida e socialmente justa. Para isso, Sr. Presidente, é necessário ter plena convicção de que a realização de nosso destino não é algo que se deva esperar, mas algo que se impõe alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a política é cheia de fatos pitorescos. Recebi, no meu gabinete, um *e-mail* assinado por Friedrich Nietzsche. Eu disse que não é do bom PT, porque o PT não escolheria um filósofo genial, porém de direita. Poderia assinar sob o pseudônimo de Karl Marx; isso o velho PT, pelo menos.

De Friedrich Nietzsche, dirigido para mim. Assunto: Informação do Partido ao Líder – Urgente. E coloca quinhentos sinais de exclamação. Mostrei ao Senador Romeu Tuma, que fez carreira brilhante da Polícia Federal, e ontem, no almoço, comuniquei isso ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Sr. Presidente, leio o texto do *e-mail*: “Olá, Excelentíssimo Arthur Virgílio. Preste muita atenção no que vou lhe dizer, vou ser direto. Renuncie imediatamente ao mandato de Senador” – vírgula – “caso contrário” – aí ele esqueceu a vírgula – “se não obedecer esta ordem” – ele esqueceu o “a”; seria “a esta ordem” – “sofrerá...” E aí é que devemos começar a procurar suspeitos, pois, ao invés de “represálias”, o nosso filósofo escreveu “represárias” – vírgula – “incluindo o Seqüestro” – com “s” maiúsculo; a pessoa é do crime, porque seqüestro é com letra minúscula, mas quando alguém é criminoso de bom coturno, esse valoriza a figura do seqüestro – “... de sua família”. Quer dizer, vai seqüestrar toda a minha família. Minha família é enorme. Tenho um primo que, se ele seqüestrar, ele se arrepende; o rapaz vai chateá-lo tanto que ele vai querer devolvê-lo para mim. Continuo: vírgula – “pois conheço muito bem sua vida” – ponto. Aí baixou o santo do Osama bin Laden nele: “Anuncie em rede nacional esta minha ordem – vírgula; não precisava da vírgula – e o senhor não se arrependerá” – vírgula; essas vírgulas dele estão complicadas. “O senhor fará em nome da nação” – ele coloca “seqüestro” com letra maiúscula e nação com ene minúsculo; é uma inversão de valores do nosso filósofo Nietzsche. Aí ele diz assim: “Esta mensagem – sei que ele quis dizer “é absolutamente séria”, mas esqueceu o acento agudo em “e” e colocou: “Essa mensagem e absolutamente séria” – ele teria que ter dito “é absolutamente séria”. E termina exclamando novamente.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, de qualquer maneira, encaminhe isso não para a Polícia Federal, mas para o Macaco Simão, da **Folha de S. Paulo**. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda cópia da manifestação de V. Ex^a.

Senador Ney Suassuna, a Mesa pede uns segundos para fazer a leitura de expediente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. GLPMDB nº 254/2005

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, encaminho a Vossa Excelência a nova composição dos membros suplentes da bancada do PMDB, integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005 – CN – para apurar denúncias de recebimento de vantagens patrimoniais indevidas por

membros do Congresso Nacional), ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Maguito Vilela
João Batista Motta
Amir Lando
Wellington Salgado
Ney Suassuna

Suplentes

Valdir Raupp
Gilberto Mestrinho
Alberto Silva
Pedro Simon

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Ney Suassuna – Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) –
O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. GAB/I/Nº 920

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Aníbal Gomes passa a participar, na qualidade de titular, da comissão mista de inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membro do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição ao Deputado Zé Gerardo.

Quanto à suplência informamos que a ordem será a seguinte:

Suplente

1º Gastão Vieira
2º José Divino
3º Almerinda de Carvalho

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB, em exercício.

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Ofício nº167/Plen

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Zezéu Ribeiro – PT/BA em substituição ao Deputado Odair Cunha – PT/MG para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por

membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Eduardo Greenthalgh**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Façam-se as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Ofício nº 168/Plen

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente o Deputado Devanir Ribeiro – PT/SP, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Eduardo Greenthalgh**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Deputado Devanir Ribeiro como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membro do Congresso Nacional, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 0392-L-PFL/05

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Chico Sardelli para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos”, em substituição ao Deputado Eliseu Resende.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

Of. nº 718/05-BLP.

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex^a, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, que irá apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do poder executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, como suplente, o Deputado Miguel de Souza (PL/RO) em substituição ao Deputado Neucimar Fraga (PL/ES).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Miguel de Souza**, Líder em exercício do Partido Liberal – PL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. PSDB Nº 752/2005

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 300/2005 – GLDBAG.

Brasília, 18 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Tião Viana para integrar, como Titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada “CPI dos Bingos”, em substituição à Senadora Fátima Cleide, que passa a compor a referida Comissão na qualidade de Suplente.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 301/2005 – GLDBAG.

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Eduardo Suplicy para integrar, como Titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko, que passa a compor a referida Comissão na qualidade de Suplente.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tendo em vista que a pauta encontra-se sobrestada em obediência ao §6º do art. 62 da Constituição Federal, a Presidência defere o **Requerimento nº 783, de 2005**, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder, por até sete minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

Permita-me, Senador Ney Suassuna, falarei apenas trinta segundo sobre esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, a Mesa pede a V. Ex^a que fale após o orador, porque eu já o anunciei por duas vezes. Assim que S. Ex^a falar, terá V. Ex^a o direito de falar sobre o episódio pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não

me incomodo. Pode fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas uma sugestão, Sr. Presidente.

Embora possa isto ser uma brincadeira de mau gosto, como ela contém uma ameaça, além de encaminhar ao Macaco Simão, conforme solicitou o Senador Arthur Virgílio, quero aqui sugerir à Mesa que V. Ex^a a encaminhe ao Ministro da Justiça, porque há aqui meios de... O Senador Romeu Tuma poderá fazer uma sugestão. Que seja enviado ao Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal examine a origem, porque se trata de um Colega do Senado que está sendo ameaçado e temos que tratar isso com a devida solidariedade e seriedade.

Penso que o nobre Senador Ney Suassuna me perdoará pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Mesa adota a decisão de encaminhar cópia ao eminente corregedor, Senador Romeu Tuma, que adotará as medidas pertinentes ao caso.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, a orientação de V. Ex^a, com toda certeza, não deve ser deixada de lado. Mas se qualquer um de nós fosse temer todas as ameaças que já recebemos na vida, nenhum de nós estaria aqui. Isto é natural, é normal, faz parte do jogo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma CPI se instala hoje: a CPI do Mensalão. Mais uma CPI que vai tumultuar a nossa rotina e vai dificultar, sobremaneira, a tramitação dos processos e o cumprimento dos nossos compromissos para com a população. Não que este não seja um compromisso importante, o desvendar de todas as coisas erradas que foram feitas e a punição dos culpados, mas o PMDB, que é a maior Bancada nesta Casa e que sempre está sintonizado com as aspirações da sociedade e que está sempre preocupado, também, com os valores republicanos, vai fazer uma tentativa amanhã. Convido todos os Líderes de Partido do Senado para que nós, amanhã, no almoço – convido, inclusive, à minha amiga Heloísa Helena – busquemos a discussão desarmada para vermos se encontramos alguma solução para minorar essa tramitação. Não sei se unindo uma a outra, não sei se deixando apenas duas, sem parâmetros. Vamos, com o espírito desarmado, analisar toda esta situação, porque falta ser instalada outra CPI, e eu me preocupo. Hoje eu já tive – e peço desculpas ao meu querido amigo Alberto Silva – que colocar S. Ex^a no “banco de reserva” de uma das CPIs por falta de

elementos. Quero poupar meu amigo, que tem uma cabeça maravilhosa, que pode dar contribuições muito boas. Se está ficando pequeno o maior “time” da Casa, imaginem os partidos menores. Por isso, quero convidar os Líderes partidários para, amanhã, na Liderança do PMDB, almoçarmos e tentarmos encontrar alguma solução, sem parâmetros, sem **parti-pris**, sem coisa nenhuma. Vamos conversar para ver se é possível, com o raciocínio desarmado, mas eficiente, encontrarmos uma forma de destravar o nosso dia-dia, que não será fácil a partir de agora.

Era este o pedido que eu queria fazer. Encaminharei o convite a todos os Líderes. Se for possível, ótimo; se não, continua tudo como antes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. Pela ordem.) – Eu gostaria de falar pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra pela Liderança do P-SOL, por até sete minutos.

Em seguida, terá a palavra o Senador Papaléo Paes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não quero fazer nenhuma provocação ao Senador Ney Suassuna, até por que S. Ex^a foi bom, mandando chocolate neste instante, convidando-nos para um almoço, mas quero apenas tratar do tema que S. Ex^a trouxe ao plenário.

Sei que existe uma preocupação muito grande de todos os Senadores, sei que existe uma preocupação grande da sociedade com relação aos trabalhos legislativos. É evidente que todos nós que somos honestos intelectualmente, que sabemos que uma CPI não paralisa os trabalhos da Casa, não paralisa o País, todos sabemos que sequer poderá funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito havendo votação no plenário. Entendo que as CPIs são extremamente necessárias – infelizmente, estão três CPIs instaladas porque o Governo e sua respectiva base de bajulação infernizou a ponto de não tratar a CPI dos Correios junto com a CPI do Mensalão. Se a CPI dos Correios é a CPI que investiga a água suja que moveu e que move o moinho da corrupção e do mensalão, nada mais lógico, até do ponto de vista da lógica formal, que pudéssemos estar em apenas uma CPI investigando todos os indícios relevantes e crimes contra a Administração Pública.

Se há muitas CPIs instaladas, a responsabilidade é do Governo, duplamente do Governo. Primeiro, porque foi o Governo que estabeleceu a promiscuidade com o Congresso Nacional, ao montar aqui um balcão de ne-

gócios sujos, distribuindo cargos, prestígios, liberação de emenda, poder e mensalão. Então, o Governo já foi o responsável por usar a mesma metodologia que, ao longo da nossa história, condenamos com veemência, que é de implantar no Congresso Nacional um balcão de negócios sujos para estabelecer a promiscuidade nas relações com o Palácio do Planalto e para estabelecer a subserviência, a subordinação e a covardia do Congresso Nacional diante dos interesses do Executivo. Segundo, porque fez um esforço gigantesco, ora para não instalar a CPI, ora para instalar muitas CPIs. Ao instalar muitas CPIs, pulveriza as investigações, pulveriza o controle dos meios de comunicação e da sociedade de uma forma geral.

A proposta concreta que faço é trabalharmos de segunda a sexta. Pronto: trabalhar de segunda a sexta. Ninguém pode reclamar de cansaço nem de salário, porque, se alguém falar de salário e de cansaço, vai comparar com o salário mínimo e vai comparar com a angústia e o sofrimento da grande maioria da população em relação ao Congresso Nacional, mais desmoralizado do que estava anteriormente.

Em vez de estabelecermos mecanismos para obstaculizar as investigações ou obstaculizar a tramitação de projetos na Casa, é uma proposta muito objetiva a de trabalhar de segunda a sexta, como qualquer trabalhador faz, com um salário muito menor do que o nosso de Parlamentar. Essa é a proposta que deixo.

Certamente, hoje tem reunião de Líderes e amanhã também haverá. Vou estar na CPI, e nosso Vice-Líder, Senador Geraldo Mesquita, representará a Liderança do P-SOL, mas deixo absolutamente claro que CPI não paralisa o Congresso Nacional, não paralisa o País. CPI é essencial para diminuir a desmoralização que já é grande do Congresso Nacional na sua promiscuidade com o Palácio do Planalto.

Se queremos agilizar os trabalhos do Congresso Nacional, tenhamos a coragem e a vergonha de trabalhar de segunda a sexta, como trabalha a grande maioria do povo brasileiro. Assim, estaremos legislando, fiscalizando e estabelecendo procedimentos investigatórios no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era só, Sr^a Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Registro que está inscrito para uma

comunicação inadiável o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Continuando com a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por dez minutos, mais cinco de tolerância.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que é sobre a violência urbana, gostaria de prestar minha solidariedade à Senadora Heloísa Helena pelas suas palavras. Realmente, o que a Senadora disse ainda há pouco, em seu discurso, é a nossa realidade. Não podemos deixar que esta Casa e a Câmara dos Deputados se deixem desmoralizar por determinadas manobras políticas do Poder Executivo no sentido de que o Congresso Nacional deixe de ter a força que tem, deixe de exercer os seus deveres e suas obrigações, por meio, principalmente, de medidas provisórias e daquilo que nos parece muito evidente, o fortalecimento da base.

Não entendemos por que determinados partidos, partidos pequenos – sem desmerecê-los –, começam com uma bancada de 27 Deputados e, de repente, com um ou dois meses depois, tenham multiplicada sua bancada para 54 Deputados. Vejam o próprio PT, o PMDB e o PSDB, que, apesar de ter sido detentor do Governo passado e de ser um Partido forte, diminuiu sua bancada na Câmara pois perdeu deputado para um outro partido que, comparativamente, era bem menor.

Justificam-se, sim, as CPIs, mas não se justifica só hoje termos a CPI dos Bingos, que já deveria ter sido até encerrada, concluída. É mais uma a contribuir para que ocorra o que a Senadora disse, para diluir, para fazer com que a imprensa tenha vários focos de ação. Assim, as causas mais importantes perdem a força da imprensa, que colabora cada vez mais na absorção das ações, das determinações das CPIs.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V. Ex^a desenvolve no Senado. Santa Catarina é um Estado distante do seu, e lá há muitos catarinenses que, de vez em quando, quando conversamos sobre o Senado, fazem elogios ao seu trabalho nesta Casa. V. Ex^a, assim como nós, assim como o PSDB, quis, desde o começo, a instalação da CPI dos Bingos. Quando surgiu, quando foi gravada a denúncia, queríamos levar para a população brasileira o que estava ocorrendo, o que ocorreu, de forma mais clara. Infelizmente, o Governo fez tudo para impedir essa CPI. O Governo, por meio do seu técnico, o Presidente Lula, e do seu melhor Ministro, José Dirceu – digo

melhor porque parecia que era o que mandava, que era o todo-poderoso –, não instalou a CPI. Precisou-se de uma decisão da Justiça para que a CPI fosse instalada. Se, naquela época, essa CPI tivesse sido instalada – tenho a certeza, Senador Papaléo –, não estávamos hoje discutindo CPIMs como a do Mensalão, como a dos Correios. Quando liberaram aquela, quando deixaram a coisa correr solta, liberaram a corrupção: “podem gravar, podem meter a mão, porque o Governo vai trancar tudo”. Essa CPI que hoje é instalada, dos Bingos, teria que ser instalada naquela época. Com relação ao mensalão, eu acredito que ele existe, porque não é possível que Partidos, como o PSDB, tenham perdido tantos Parlamentares justamente no período de votação de projetos importantes. Quando havia algum projeto importante para ser votado no Congresso Nacional, alguns Partidos de Oposição perdiam integrantes. Certamente, havia alguns benefícios. É por isso que se fala das coincidências entre valores sacados em determinados bancos e período de alguns projetos que foram votados no Congresso. Acredito que realmente alguns Deputados Federais se beneficiaram – é uma minoria – em relação aos votos em projetos apresentados pelo Governo Federal.

O SR. PAPALEÓ PAES (PMDB – AP) – Obrigada, Senador Leonel Pavan.

Concedo o aparte ao nobre Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Papaléo Paes, concordo plenamente com V. Ex^a quando diz que é CPI de mais. Tudo poderia ser apurado na CPI dos Correios. Aliás, até mesmo o mensalão, porque muitos dos que foram citados e que falaram sobre o mensalão já estão sendo ouvidos na CPI dos Correios. É humanamente impossível trabalhar ao mesmo tempo em três, quatro CPIMs, que é o número de CPIMs atualmente instaladas no Senado Federal. Conforme já disse em aparte ao Senador Maguito Vilela, se não me falha a memória na semana passada, não acredito em mensalão em larga escala. Para mim, o fato está mais concentrado em algumas lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no troca-troca de partidos, o que a reforma política poderia ter evitado se tivesse sido realizada há dois, três anos. Neste momento, o Congresso tem que envidar todos os esforços a fim de aprovar o mais rápido possível a reforma político-eleitoral, sob pena de continuar o troca-troca de partidos, o que ninguém agüenta mais. Votaria cem vezes, se possível e permitido fosse, a favor da fidelidade partidária. Nunca é tarde. Ainda é tempo de aprovarmos

uma reforma política nesta Casa. Não acredito, repito, em mensalão em larga escala. As denúncias têm que ser apuradas com rigor o mais rápido possível, a fim de que inocentes não paguem, por meio da opinião pública, pelo fato de que a grande maioria da Câmara dos Deputados tenha recebido o mensalão. Obrigada, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Valdir Raupp, agradeço a participação de V. Ex^a, que é semelhante à intervenção do Senador Leonel Pavan. Ainda há pouco, o Senador Marco Maciel proferiu um belo discurso a respeito de reforma política, que é muito importante. O momento é que não é adequado para se discutir o assunto. Até porque quando surgiram as denúncias sobre corrupção, a primeira ação – acredito que tenha sido do Governo – foi jogar para a população a reforma política como sendo a salvação da lavoura. Mas não podemos discutir um tema tão importante de maneira afobada, de maneira que nos desconcentre no sentido de provar à opinião pública que estamos fazendo algo a fim de tentar minimizar a questão da corrupção.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a tocou no ponto nevrálgico da questão. Todos nós concordamos que é preciso fazer uma reforma política. Há mais de dois anos, aprovamos no Senado Federal pontos da reforma política que estão na Câmara dos Deputados, e lá não foram aprovados. Por quê? Porque o Governo não teve interesse em aprovar. Do contrário, mobilizaria sua Base e aprovaria. Como disse V. Ex^a, no quadro de convulsão e de perplexidade em que se encontra a Nação, pensar em fazer um arremedo de reforma política, é algo completamente descabido. V. Ex^a é médico, assim como eu, e sabe que não há condições de fazer uma cirurgia calculada, planejada, em um momento de emergência, de trauma. Agora, temos que cuidar da emergência, tomar as providências que estamos tomando de investigação profunda dos fatos e, ao mesmo tempo, discutir. Entendo que a reforma política tem que ser aberta para a discussão popular. Não é somente porque temos um mandato representando a população que vamos inventar que modalidade de reforma queremos, e a população vai aceitar, pura e simplesmente. Temos de discutir se o sistema de listas

e o financiamento público são aceitos pela população e como a população vê a questão da fidelidade partidária. Temos de abrir o debate e realizar uma reforma profunda e para valer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti. É muito interessante o que V. Ex^a diz ser fundamental: a consulta à população. Não podemos discutir reforma política a toque de caixa, repito, apenas para dar uma satisfação à população, para dizer que estamos fazendo alguma coisa. Devemos apurar muito bem os fatos, dar uma informação da realidade de nossas ações para a população, e participar das CPIs com a dedicação que pudermos, sem protelar, a fim de não chegarmos a uma conclusão que venha a ser um verdadeiro vexame para nós mesmos.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento, muito equilibrado. V. Ex^a sempre traz assuntos da maior importância à tribuna. O País está preocupado e se debruça nas denúncias que trazem inquietação à vida política nacional. O Governo, no primeiro momento, procurou desconsiderar a crise, dizendo que se limitava a um funcionário dos Correios de quinto escalão que recebeu R\$3 mil. Posteriormente, pressionou tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal a fim de que não houvesse o número necessário de assinaturas para que a CPMI dos Correios fosse instalada. Em seguida, mudou de postura, que não é mais a de impedir, mas de proliferar as CPIs. A intenção, o fim, é o mesmo, Senador Papaléo, é tentar confundir a opinião pública, é tentar que os fatos não sejam apurados. Atualmente – e ontem participei de um debate, inclusive com membros do Governo, no programa Roda Viva, na TV Cultura –, a idéia é trazer a questão central da reforma política e do financiamento de campanha. Mas, neste momento, não é isso que a população brasileira deseja. A população quer a apuração dos fatos que enlameiam a vida pública nacional. Portanto, na CPI, temos a obrigação de oferecer resultados concretos à população, identificando e punindo os culpados, e inocentando os que não têm culpa. Aí sim, teremos como produto da CPI uma reforma política ampla que trate inclusive do financiamento de campanha. Do contrário, Senador Papaléo Paes,

é cortina de fumaça, é tentar fazer com que os fatos não possam ser investigados como devem. Portanto, ao parabenizar V. Ex^a, faço essas considerações, que, penso, vêm ao encontro do seu pensamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges, pela importante intervenção.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a traduz o que deve ser esta Casa. V. Ex^a foi, primeiro, laureado na profissão, e esse prestígio profissional o fez líder, prefeito e, em seguida, V. Ex^a veio para cá. Assim deve ser a entrada da porta estreita de um trabalho de dignidade. Mas o que entendo está no livro de Deus: “Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito”. O tempo agora é de limpar. Pois está uma sujeira, uma porcaria, uma lama, uma vergonha! Estamos aqui simbolizando os 181 anos de Senado, que, ao longo dos anos, durante toda a crise, recebeu uma luz, pelo menos para evitar a guerra civil. E está para haver guerra civil, porque a população não aceita esse mar de corrupção. O culpado – e tem que assumir – é Sua Excelência, o Presidente da República. Não tem dor, não! Primeiro, Sua Excelência tem que saber o mínimo de administração. Não basta dizer que é bonzinho, que é gente boa. O Zezinho e o João, assim como Sua Excelência, são gente boa. Gostaria de saber se o Presidente aprendeu o que Henri Fayol trouxe ao mundo moderno: os princípios de administração, de unidade, de comando, de direção – não sabemos quem manda no País –, assim como os de planejar, orientar, coordenar e controlar. Sua Excelência não fez o controle, que é o fundamento da administração, e levou o País à desordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT. Fazendo soar a campanha.) – Senador Papaléo Paes, eu gostaria de informar a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o tempo do aparte é de dois minutos, previsto pelo Regimento Interno. Peço aos Srs. Senadores que, quando estiverem a dois minutos do término da fala, não concedam aparte, porque fica muito complicado.

Concederei mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Essa excepcionalidade é importante, e agradeço muito a V. Ex^a. Não costumo ultrapassar

meu tempo, sabendo que temas importantes como este, geralmente, atropelam o Regimento da Casa, como ocorreu com o Senador Marco Maciel, que proferiu um discurso muito brilhante a respeito de reforma política e teve seu tempo prolongado em até 29 minutos, o que eu achei que foi até pouco para S. Ex^a.

Mas agradeço muito os apartes, que foram todos importantes para o que nós estávamos nos propondo hoje a trazer como mensagem.

O meu discurso sobre violência urbana no Brasil, um tema que eu levava para a questão do meu Amapá, fica para a próxima oportunidade, considerando que o tema nacional que ora discutimos, relativo à apuração das corrupções no País, nos domina, nos prende a atenção. Se Deus quiser, o resultado dessas CPIs, que são as nossas grandes esperanças, vai trazer a punição para quem deve ser punido.

Senador Mão Santa, quando iniciávamos aqui a nossa sessão, havia quatro médicos presentes e éramos a maioria; depois nós fizemos um comentário, que V. Ex^a repetiu. Nós fomos eleitos, o povo nos escolheu pela dignidade, pela forma correta como nós exercemos a nossa profissão de médico. Disso não tenho nenhuma dúvida. O povo do Amapá me elegeu Senador, como me elegeu Prefeito, pela forma com que exerci, com muita responsabilidade, a minha profissão de médico. E não seria por eu ter um mandato eletivo, por eu estar representando o povo, que trairia essa confiança. Por isso, quero que apurem e que saibam dividir quem é o bom político e quem é o mau político.

Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a está inscrito, é o próximo orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, sim, mas antes de mais nada, peço a V. Ex^a que considere como lido o discurso que comemora o Cinquentenário da Diocese de Parintins, anexando aos Anais o artigo sobre esse Município progressista do meu Estado, publicado na **Folha de S. Paulo** pelo Embaixador dos

Estados Unidos, ao mesmo tempo ressaltando o trabalho do Prefeito Bi Garcia, que vem sendo mudancista, progressista, correto, ético naquela cidade.

Assumo a tribuna, portanto, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parintins, com seu Festival Folclórico, é um espetáculo tão grandioso e brasileiro quanto a própria Floresta Amazônica.

Essas são as palavras escolhidas pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil para definir a cidade de Parintins, onde estive no último final de semana. O Embaixador John J. Danilovich também lá esteve. Viu a Amazônia, viu Parintins e se encantou.

O Embaixador deve ter se referido a Parintins com um sonoro *Wonderfull e*, em bom português, referindo-se à viagem, definiu o Festival Folclórico como “um final à altura para uma jornada de dez dias por uma região cuja importância é reconhecida em todo o mundo, mas que será brasileira para sempre.”

Todos os anos vou a Parintins. Este ano minha visita coincidiu com a festa de meio século da Diocese de Parintins. Foi, por isso, uma festa ainda mais expressiva, com a procissão em louvor à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo.

Li, depois, que participaram a procissão 40 mil pessoas. Segundo o registro jornalístico, o povo saiu às ruas, pedindo, de mãos dadas, proteção para mais um ano de trabalho e prosperidade.

Administrada com empenho pelo Prefeito Bi Garcia, Parintins prepara-se agora para a Festa do Peixe Liso. Essa festa, no arquipélago das Ilhas Tupinambaranas, já é tradicional no Município. Na época de cheia, formam-se lagos na várzea, com imensa quantidade de peixes surubins e dourados.

Sr. Presidente, ao encerrar, peço a anexação a este pronunciamento do artigo de autoria do Embaixador dos Estados Unidos e publicado no jornal **Folha de S. Paulo**. O Embaixador percorreu a Amazônia por dez dias e, no artigo, dá um testemunho do que ali viu.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Parcerias Brasil-EUA na Amazônia

ENTRE OS dias 17 e 26 de junho, fiz uma memorável visita à Amazônia brasileira. Conheci projetos de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e pesquisa científica copatrocinados pelo governo dos Estados Unidos, sempre em parceria com instituições brasileiras. Além de conhecer as maravilhas naturais e culturais da região, também tive a oportunidade de conversar com lideranças do governo, da sociedade civil e do empresariado em Macapá (AP), em Belém e Santarém (PA), e em Manaus e Parintins (AM).

Nessas conversas, identifiquei nos interlocutores o desejo de construir um Brasil ambientalmente protegido, socialmente justo e economicamente próspero, que seja inclusivo para toda a Amazônia. Também percebi uma preocupação com a presença estrangeira na região e com a absurda teoria conspiratória de que, no futuro, poderia haver uma "invasão" ou alguma forma de "internacionalização" da Amazônia.

Ressaltei — e gostaria de enfatizar para todos os brasileiros — que tais temores são totalmente infundados. A Amazônia é um magnífico patrimônio do Brasil, um presente da natureza para os brasileiros. Acredito que o Brasil está preparado para enfrentar os problemas daquela região e os desafios do desenvolvimento sustentável, mas o mundo se preocupa com o que acontece na Amazônia e quer ajudar os brasileiros a preservá-la.

Gostaria de exemplificar aqui como alguns projetos copatrocinados pelos EUA que visitei estão contribuindo para o conhecimento científico, a conservação ambiental e o desenvolvimento humano da região amazônica.

Em Santarém, participei, com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, da abertura do segundo Seminário Nacional do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no dia 21 de junho. Meu país contribui, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), com esse esforço internacional para o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e a redução dos gases do efeito estufa. A massa de conhecimentos acumulados pelo PPG-7 já começa a ficar evidente no planejamento de políticas para a região, como os planos Amazônia Sustentável e BR-163 Sustentável.

A Amazônia é um magnífico patrimônio do Brasil, mas o mundo se preocupa e quer ajudar os brasileiros a preservá-la

Com o mesmo espírito de cooperação para a preservação da Amazônia, os EUA copatrocinam importantes projetos de pesquisa científica na região de Santarém. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) é uma iniciativa de pesquisa internacional liderada pelo Brasil que conta com a participação da Nasa e estuda as interações físicas, químicas e biológicas entre biosfera e atmosfera da Amazônia e de todo o planeta.

Outro projeto de grande impacto científico é o "Seca-Floresta", estudo conduzido em cooperação entre o Woods Hole Research Center, dos EUA, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e o Ibama, com apoio da Nasa, da Usaid, da Fundação Nacional de Ciência (NSF) e de outras agências do governo dos EUA para entender a resposta da floresta a condições controladas de seca. Ambos os projetos oferecem grandes avanços tanto ao entendimento da "ciência pura" sobre a ecologia do planeta como à preservação imediata das riquezas da floresta.

Também trabalhamos com as pessoas, não apenas com a floresta, em projetos como a Clínica da Fundação Esperança, que oferece educação e cuidados médicos para a população da região há

30 anos, com apoio da Usaid. A poucos quilômetros de Santarém, subindo o rio Tapajós, a Usaid apóia as Oficinas Caboclas dos Tapajós, projeto do Ipam dentro da Reserva Extrativista de Tapajós-Arapiuns. Esse projeto é um exemplo de pequenas comunidades manejando seus recursos florestais de maneira sustentável por meio da extração de madeira em pequena escala para a produção de móveis e objetos decorativos.

Em Belém, participei do lançamento de um programa de fomento à exportação do açaí: uma parceria entre a Usaid e a Federação das Indústrias do Estado do Pará, que vai dar assistência técnica para aumentar a participação das micro e pequenas empresas paraenses nas exportações. Por meio desse programa, a Usaid aposta na geração de empregos e no aumento das exportações de todo o setor açaqueiro do Pará de forma ambiental e economicamente sustentável.

Ainda no Pará, visitei a empresa madeireira Cikel, que tem um programa de exploração florestal de impacto reduzido que segue os rigorosos critérios de certificação do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC-Brasil), afiliado ao Forest Stewardship Council, ONG com atuação em mais de 40 países. Entre os princípios exigidos para certificação pelo FSC, que oferece condição privilegiada para exportação de produtos madeireiros para os Estados Unidos e a Europa, estão: obediência à legislação ambiental, respeito aos direitos dos povos indígenas, investimento na comunidade local, observância da legislação trabalhista e cumprimento de um plano de manejo que proteja a integridade e a produtividade da floresta.

A Cikel e a Usaid apóiam ainda os esforços de um centro de treinamento do Instituto Floresta Tropical, que treina profissionais em vários níveis de especialização nas melhores técnicas de manejo e exploração florestal.

Concluí minha visita à Amazônia pelo Festival Folclórico de Parintins, um espetáculo tão grandioso e brasileiro quanto a própria floresta amazônica. Foi um final à altura para uma jornada de dez dias por uma região cuja importância é reconhecida em todo o mundo, mas que será brasileira sempre.

John J. Danilovich, 55, cientista político, mestre em relações internacionais, é o embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será dado como lido, na forma do Regimento.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, a Oposição formaliza hoje, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, pedido visando à pronta suspensão dos repasses do Fundo Partidário ao Partido dos Trabalhadores. Exagero? A base governista-petista talvez ache que sim. Mas não é. Definitivamente, não é.

Exagero é o que se passa no Brasil do Governo petista do Presidente Lula, transformado em lama, em malas, propinas e mensalão.

O Brasil virou ou não a República da Lama Serena? Virou, sim. É só abrir os jornais do dia. Lá está a lama nossa de cada dia nessa estranha República, que não é a nossa. Fica do outro lado da rua.

Até nos jornais estrangeiros há notícias dessa anomalia que atormenta o povo brasileiro. Leio na edição de ontem do **Financial Times**, de Londres: Título: “É o pior quadro desde a queda de Collor”.

O texto:

O jornal britânico **Financial Times** destaca que a crise política enfrentada pelo Governo Lula – “a pior desde o **impeachment** do Presidente Fernando Collor” – aprofunda-se a cada dia e arranha cada vez mais a imagem do Partido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É um complemento. Sou estudioso de História. Desde as capitânias hereditárias até hoje, é a maior vergonha, a maior corrupção, o maior mar de lama. Por menos que isso, tiraram Collor, e Getúlio teve coragem de se afastar até da Terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque não havia mar de lama no episódio de Getúlio. Incorporo, com concordância, o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Diz ainda o **Financial Times**: “A percepção da corrupção é particularmente danosa para um Partido que prometeu mais ética na política”. E mais, o artigo lembra desde o vídeo do ex-diretor dos Correios Mau-

riço Marinho recebendo propina até a prisão do petista cearense José Adalberto Vieira da Silva com 100 mil dólares na cueca. “A cada dia, surgem novas e mais estranhas acusações”. Segundo o **Financial Times**, a maioria das denúncias abala o PT e aliados, mas “políticos de Oposição também estão sob fogo cerrado”. Falta explicar quais.

Essa é a imagem com que, por obra e graça do Governo petista do Presidente Lula, o Brasil já é visto lá fora. É a imagem real. Diferente e irreal é a crônica da farsa montada nos jardins de um palácio de França, em meio a flores e tantas árvores. O cenário do irreal foi mostrado, como convém, no melhor estilo Duda Mendonça. Nele, o Presidente Lula se prestou a uma encenação que o jornalista Clovis Rossi rotulou de patética. Para começar, lugar de sofá não é em gramado de jardim. Aí já começava o irreal, tão irreal quanto o fraseado do Presidente tentando colocar panos quentes na crise de que é um dos responsáveis e diz de nada saber. O articulista da **Folha** chamou o Presidente de alienado e foi em frente dizendo que além de alienado, Lula foi covarde.

Quem diz isso não sou eu, notem bem. Deus me livre! Quem diz isso é o jornalista Clovis Rossi. Ele explica a razão: “Foi covarde ao botar a bomba no colo da antiga direção petista, como se ele não tivesse nada com ela, como se ela não fosse formada de velhos companheiro – aí pergunta Clovis Rossi – de armas ou de malas?”

Houve exagero? Não parece. E ainda há quem diga que eu exagerei nos adjetivos empregados na quinta-feira última aqui deste Plenário. Naquela manhã, a Nação ainda não havia visto o Presidente muito à vontade no sofazão de Paris. E Sua Excelência estava tranqüilo, estava seguro de que não viriam perguntas do tipo se ele sabia ou não? Ser ou não ser? O velho imortal drama Hameletiano. Na fase pós-sofá do gramado, Lula ganhou mais um adjetivo: “leviano”. É o que diz em artigo hoje publicado na **Folha** o advogado Fábio Konder Comparato – ele vem a ser o Presidente da Comissão de Defesa da República da Democracia da Ordem dos Advogados do Brasil Nacional. Por que Lula teria sido leviano? Segundo Comparato, Lula foi leviano ao chancelar dirigentes do PT que movimentaram o dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral. Para usar o latim clássico, dinheiro não declarado é o chamado caixa dois, hoje em pleno cartaz na República petista. Muito parecido com os lançamentos cintilantes da Broadway, no caso petista um Broadway tupiniquim, com direito àquele sofá na grama verde.

Começo a achar que até usei um certo tom brando e afetuoso na sessão daquela quinta-feira. Afeto, sim, principalmente diante da gravidade da crise que aí está e que ocupa todos os espaços da imprensa brasileira. Até mesmo aqui, no Senado da República, é penetra esse ar que somos obrigados a respirar. É pesado o ar da República petista.

Não foi por acaso que, nesta manhã, tivemos uma sessão extraordinária para o pregão da CPI do Mensalão. Na oportunidade, o Presidente Renan Calheiros fez breve alocução e muito oportuna, firme, altiva e que, ao meu ver, serve também para afastar o mau agouro. O nosso ilustre Presidente começou com frases bem atualizadas: “Diante da grave crise que atravessamos...”, “em momentos delicados como o atual...”, “...a história não perdoa missões...”, “...aqui não se fará blindagens porque o Senado não é uma funilaria...”, “...90% da sociedade brasileira querem ver, o mais rápido possível, os resultados através dos instrumentos do Congresso como as CPIs...”, “...Vamos seguir a verdade, só a verdade...”. E eu fecho aspas para o Presidente Renan Calheiros.

Na imprensa, a preocupação é a mesma que prevalece no Congresso Nacional. O jornal **O Estado de S. Paulo** já tem até uma espécie de editoria para cuidar do noticiário sobre a crise. Na edição de hoje, essa editoria transitória inclui, nada menos, de três notícias. Aí, diz o **Estadão**: “Crise no Governo Lula: BB afasta mais dois e decide antecipar auditoria”; “Secretaria atua fundo para operação no Banco Santos”; “Operações do BMG com o BNDES crescem 755%”; “Outro Assessor desmente irmão de Genoíno”; “Lula oferece Previdência. PP recusa e pede Cidades”; “Severino quer que PF investigue lista do Mensalão”; “Mais um petista pede a cassação do Líder do PFL”; “Dinheiro foi dado por amigo e não estava na cueca”; “CPI deve adiar depoimento de publicitário para analisar papéis”; “Justiça Federal pode prender Valério por destruir provas”; “Depoimento de Silvio Pereira preocupa Planalto”; “Sívio e Delúbio obtêm **habeas corpus** para não serem presos pela CPI”.

É aquele filme de James Bond às avessas. *My name is Bond. James Bond*. Licença para matar dada por Sua Majestade a Rainha de Inglaterra. *My name is Delúbio*. Licença para mentir na CPI, amparado em **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, que há crise, há. A dúvida deixou de existir há bastante tempo. Já agora, a crise que se extirpa, é a gravidade gravíssima da crise criada pelo Governo Petista do Presidente Lula.

Já temos, como resultado dessa enxurrada de lama petista uma relação de caídos. E não vamos confundir os caídos da crise petista com nada parecido com o *Vale de los caídos*, das proximidades de Madri. A brava Madri. A brava Madri republicana de Gabriel Garcia Lorca. Lá, o *Vale de Los Caídos* é um monumento em memória dos mortos, heróicos, na guerra civil espanhola.

Aqui não é nada disso. Os nossos caídos não são melhores que os caídos dos outros (os de Espanha). Vamos à relação dos caídos daqui:

OS CAÍDOS

- 7/6 – Diretoria dos Correios;
- 7/6 – Diretoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB);
- 16/6 – José Dirceu, Chefe da Casa Civil;
- 30/6 – Três diretores de Furnas Centrais Elétricas;
- 4/7 – Glênio Guedes, procurador da Fazenda Nacional, membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro;
- 4/7 – Silvio Pereira, Secretário/Geral do PT;
- 5/7 – Delúbio Soares, Tesoureiro do PT;
- 6/7 – Deputado José Borba (PR), Líder do PMDB na Câmara;
- 7/7 – Luiz Eduardo Franco de Abreu, Vice/Presidente de Finanças e Edson Monteiro, responsável pela área de varejo e distribuição do Banco do Brasil;
- 9/7 – Marcelo Sereno, Secretário de Comunicação do PT;
- 9/7 – José Genoíno, Presidente do PT;
- 11/7 – José Adalberto Vieira da Silva, Secretário de Organização do PT do Ceará e Assessor do Deputado Estadual José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno.
- 12/7 – José Nobre Guimarães, Líder do PT na Assembleia Legislativa do Ceará. Desligamento do PT com perda da liderança.
- 12/7 – Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação do Governo, em nível de Ministério e Gestão Estratégica. Perdeu o status de Ministro.
- 13/7 – Mauro Marcelo de Lima e Silva, Diretor/Geral da Abin.
- 14/7 – Henrique Pizzolato, Diretor de Marketing do Banco do Brasil e figura emblemática para nós ligarmos Partido, Valério, ou seja, público, Diretor do Banco do Brasil, conselheiro da Previ, Valério, mais de 300 mil que ele retirou de Valério, vinculação partidária.
- 18/7 – Sandra Rodrigues Cabral, Assessora Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil. Antônio Batista

Brito, Diretor de Marketing da Brasil Veículos, empresa subsidiária do Banco do Brasil.

18/7 – Josenilton Alves Rodrigues, gerente de núcleo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Esses são os primeiros resultados, antes mesmo das conclusões iniciais das CPIs em curso. Se fôssemos rotular a crise, teríamos que usar um Aurélio inteiro de adjetivos. Limito-me a repetir aqui palavras do eminente Senador Pedro Simon: “*O nome disso é formação de quadrilha.*”

Concordo com o representante gaúcho, cujo nome é dos mais respeitados neste plenário e na política brasileira.

Afinal, é ou não formação de quadrilha ceder uma sala no Palácio do Planalto para Sílvio Pereira e Delúbio Soares, os ex-secretário-geral e ex-tesoureiro do PT? Os dois aprontaram e aprontaram. Eram, no Planalto, esses, sim, os autênticos reis da cocada.

Será que o Presidente Lula não sabia da existência dessa sala e do modus operandi dos dois petistas? Sabia ou não sabia? É ou não é formação de quadrilha deixar rolar à solta as indicações de nomes para nomeações que faziam Sílvio Pereira e Delúbio. É. É sim. Mas Sílvio Pereira disse esta manhã na CPI que apenas indicava nomes; não os nomeava. Uma graça, boa graça sem graça.

É ou não é formação de quadrilha o Marcos Valério se travestir de dono da república petista, a ponto de dar um contrato de publicidade com os Correios como garantia de empréstimo junto ao BMG? Dinheiro evidente e sabidamente para o PT com o aval do Governo.

Digo mais, repetindo o que falam Brasil adentro: o Presidente Lula e o PT são uma coisa só. Esse é um casamento igual ao que o Papa costuma pregar como ideal, um casamento indissolúvel para todo o sempre, até que a morte os separe.

E, para não dizer que não falei de flores, serei bondoso, insistindo: a república petista tem data marcada para engrossar a lista dos caídos, e, se Deus quiser, vai até o final: no máximo 31 de dezembro de 2006. (*)

Sr. Presidente, solicito que sejam parte integrante do meu discurso e constem nos Anais do Senado as matérias de Flávia Marreiro “Lula foi Leviano, afirma Comparato”; “Lula endossa farsa”; “O nome disso é formação de quadrilha”, de Fabiano Rampazzo. “Na coletiva, Lula não quis falar de crise”, de Reali Júnior correspondente de Paris; “Para Financial Times, é o pior quadro desde a queda de Collor” e, finalmente,

de Fabiano Rampazzo, também do Uruguai, “O nome disso é formação de quadrilha”.

De quantos minutos ainda disponho, Sr.^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – De três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tudo o que eu gostaria, Senador Antonio Carlos, é que se amanhã ou depois eu tivesse que fazer um discurso desses, ele se esgotasse em dez minutos, ou seja, sinal de que a crise estaria diminuindo.

Temo que, daqui a uns dias, do jeito que a coisa vai, 15 minutos não bastem para arrolarmos todos os mal-feitos! Temo que, daqui a pouco, estejamos nos acostumando – e penso sempre nas novas gerações – com esta anomalia que virou normalidade de lermos as revistas semanais e os jornais brasileiros, entendendo que política internacional tem que ter espaço pequeno; política econômica, espaço mínimo; esportes, inclusive a paixão nacional, que é o futebol, espaço insignificante relativamente; política, com “P” maiúsculo, para tratarmos as estratégias de País, um espaço quase que inexistente, e os jornais cuidando de corrupção, de corrupção, de corrupção e de corrupção o tempo inteiro! Não é normal! Não é essa a tradição das revistas brasileiras. Em épocas normais da vida republicana brasileira, temos espaço para tudo, inclusive para esse fenômeno antigo da vida pública brasileira que é a corrupção, mas não só a corrupção!

Havia um político do Amazonas que era conhecido por ser brilhante e, ao mesmo tempo, um bom copo. Uma vez uma figura perguntou a ele: “Quanto tempo daqui para Manaus?” Em vez de dizer duas horas e quarenta minutos, duas horas e trinta minutos, falou 6 uísques, ou 8 uísques, algo assim. Se alguém me perguntar: “Quanto tempo de Manaus para Brasília, nos aviões de hoje?” Em vez de dizer duas horas e vinte minutos, digo: uma leitura completa de uma das revistas e uma leitura pela metade de outra, neste quadro. Antigamente, em duas horas e quarenta minutos, duas horas e trinta minutos, daria para se lerem todas as revistas e os jornais que, por ventura, contivesse o avião.

(A Sr.^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O quadro é grave, o quadro se deteriora, está virando uma cantilena.

Mas aqui está, Sr.^a Presidente, o artigo em que falo do *Vale de los Caídos*, que, infelizmente, não tem o ar heróico nem limpo dos que resistiram à ditadura de

Franco; tem o ar impuro dos que caíram porque, seja no PT, seja no Governo, tem pairado toda a dúvida ética, tem pairado toda a sensação de uma impunidade que não vai se completar, tem pairado toda a sensação de uma podridão que precisa ser posta a cobro.

Hoje vejo quatro tipos de petistas, com clareza. Primeiro petista, o que está acusado, acuado; segundo petista, o que está amedrontado, aquele que está com medo de ver o seu nome no jornal; terceiro petista, aquele que está defendendo os cargos e que finge que está solidário; quarto petista, aquele que efetivamente está indignado e que quer, sim, resgatar o nome desse grande Partido, e que quer, sim, dar novos rumos para este Governo que, com tanto amor, ajudou a construir, Sr^a Presidenta. Eu me solidarizo com esse, mas, sobretudo, me solidarizo com o sentimento do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula foi leviano, afirma Comparato

Lávia Marreiro

Da Reportagem Local

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi ao menos leviano, segundo declarações dos próprios integrantes do partido.

A opinião é do advogado Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ele afirma que, até estourar a crise, o presidente reiterou sua confiança na cúpula partidária. “Não sei se ele não sabia. Se não sabia, ele deveria ter sabido. Estando numa situação de explicável honestidade, ele foi pelo menos leviano ao concordar com essa designação de ministros e dirigentes do partido”, diz o professor emérito da USP.

“Era preciso mais prudência, muito embora ele possa ter agido com boa fé”, ressalva o advogado. Anteontem, em entrevista exibida pelo “Fantástico”, Lula culpou a antiga diretoria do PT pelo confesso uso de caixa dois. Além de alienado, o presidente foi covarde, ao botar a bomba no colo da antiga direção petista, como se ele não tivesse nada com ela, como se ela

não fosse formada de velhos companheiros (de armas ou de malas?).

Delúbio Soares, é bom deixar claro, era o tesoureiro do partido durante a campanha eleitoral de 2002, aquela que levou Lula ao poder. Se o tesoureiro “não pensou direito no que estava fazendo”, conforme a desculpinha dada por Lula, o candidato paga também o preço.

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a TV Globo levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, transmitidas no sábado à noite pela mesma emissora – as quais, por sua vez, avalizam a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela mesma emissora.

No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensalão denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Eles negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os empréstimos “pessoais” de Valério, ou intermediados por ele, coisa de R\$ 39 milhões, com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004.

Os empréstimos irrigaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eletivos – menos o de presidente da República – do PT, PP, PL, PTB, PSB, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admitir delitos piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confessou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos

de todas as legendas – o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratégia, a que decerto não ficou alheia a criatividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruínosa ao seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ameaça: se a oposição for longe demais nas investigações, tampouco sairá ilesa.

Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de depor na CPI dos Correios, poderá “arrastar junto o Brasil”? E não disse o presidente Lula em Paris que “o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feito no Brasil sistematicamente”?

E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que “o Brasil não merece o que está acontecendo” (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida **free-lancer** brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista.

Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela Rede Globo para exibição no Fantástico. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria ao risco de um embaraço. E isso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que “o PT está sendo vítima do seu crescimento”, que as atuais denúncias “não chegaram ao governo”, que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que “a direção ficou muito enfraquecida” (porque os “melhores quadros” foram para o governo) e “possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos”. É o caso de invocar o ditado do “pior a emenda”.

Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armação cuja fragilidade é gritante (daí o rótulo Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não

pela oposição, com certeza pela mídia – para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos.

A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser “poupado dos detalhes”. Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.

O nome disso é formação de quadrilha

Fabiano Rampazzo

Dentro do Governo: Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), os escândalos que envolvem o governo e o PT são mais graves do que os fatos que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor. “A coisa lá, Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas para fazer transações ilícitas, favorecendo essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido”, afirmou o senador, em entrevista à Rádio Jovem Pan. “O nome disso é peculato, é formação de quadrilha. Tudo o que se pode imaginar de corrupção política eleitoral está somada nessa questão.”

Simon afirmou ainda que a cada dia que passa as acusações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolvendo o PT se confirmam. “E a CPI tem de parar de ouvir tanta gente. Pessoas que vão lá e contam a história que querem e, como a comissão não tem o levantamento do sigilo bancário, não pode contestar. Temos de fazer esses levantamentos de uma vez por todas, mas acho que isso deve acontecer essa semana”, concluiu.

Na coletiva, Lula não quis falar de crise

Logo depois de atender a repórter, ele não quis tocar no tema com imprensa brasileira

Realí Júnior Correspondente Paris

O presidente Lula mentiu na última sexta-feira, em Paris, quando afirmou durante entrevista coletiva à imprensa brasileira e francesa que só trataria de questões políticas quando retornasse ao Brasil. Essa declaração foi feita por volta de 13 horas. Duas horas antes, o presidente Lula havia recebido no Hotel Marigny, residência de hóspedes do governo francês, a jornalista Melissa Monteiro, à qual falou, à vontade, sobre política brasileira, principalmente para limitar toda a recente crise aos malfeitos do PT.

O acesso ao Hotel Marigny, onde o presidente se hospedou, é dos mais controlados por seguranças franceses e, desta vez, também por brasileiros. No momento em que Lula dava a entrevista, os demais jornalistas estavam no pátio do Palácio do Eliseu, aguardando-o para o encontro com Chirac.

Melissa Monteiro, que furou centenas de jornalistas brasileiros – os quais, durante 30 meses tentaram uma exclusiva e receberam sempre um “não” presidencial -, é responsável por uma pequena empresa de produção, a Melting Pot, e trabalha, eventualmente, como operadora de câmera para a TV Globo. Ela faz serviços também para o canal francês France 2, mas a direção dessa emissora e do programa *Oeil sur le Planète* (De Olho no Planeta) diz que não a contratou para nenhum trabalho ultimamente. Até ontem à noite, esse canal – cujo nome ela mencionou para conseguir a entrevista – não divulgou sequer uma imagem da conversa e já anunciou que não está interessado nela.

Melissa, ao falar da sua “feliz aventura”, revelou ontem que há tempos tentava fazer um programa sobre o governo Lula para as emissoras francesas e chegou a viajar ao Brasil com tal objetivo. Nada conseguiu, mas reativou a idéia às vésperas da visita de Lula a Paris. A Embaixada do Brasil informa, porém, que o nome dela não constava na numerosa lista de pedidos de jornalistas franceses encaminhada ao presidente.

Essa lista inclui as duas principais emissoras de TV, France 2 e TF1, que queriam o presidente brasileiro no jornal das 8 – mas ele rejeitou. Também os jornais *Le Monde* e *Le Figaro* reivindicaram exclusivas, igualmente sem sucesso. Mais que isso: a própria Embaixada

do Brasil chegou a pedir que Lula falasse ao canal France 2, que havia dado generosa cobertura ao Ano do Brasil na França. A resposta à Embaixada: não.

Tantas negativas, seguidas de um “sim” a uma free lance que não representa nenhum órgão de comunicação, só podiam complementar-se com um trabalho que, montado para ser vendido a uma TV francesa, nada perguntou sobre relações Brasil-França, nada sobre conversas de Lula com Chirac, nada sobre subsídios agrícolas ou apoio francês ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Por sinal, a palavra “França” não aparece uma única vez na conversa. Por fim, é um caso intrigante de entrevista para a TV francesa exibida primeiro em um outro canal, de outro país. SP Entrevista de Lula causa desconfiança Declarações do presidente coincidem em conteúdo com versões apresentadas ao “Jornal Nacional” por Valério e Delúbio OPERAÇÃO PARAGUAI Ariosto Teixeira BRASÍLIA A entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma jornalista brasileira, em Paris, pode ter sido parte de uma articulação entre o governo e a nova direção nacional do PT. As declarações do presidente, transmitidas domingo pelo “Fantástico”, da TV Globo, coincidem em conteúdo com as entrevistas dadas ao Jornal Nacional pelo publicitário Marcos Valério de Souza, na sexta-feira, e no sábado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Lula falou a Melissa Monteiro pouco antes de meio-dia de sexta-feira, nos jardins da Résidence Marigny, e atribuiu a crise no Brasil a erros do PT e ao sistema de financiamento das campanhas eleitorais, que seria permeável à corrupção.

A constatação de que a entrevistadora é uma cinegrafista e produtora de vídeo independente, e não uma repórter da TV francesa, deixou a impressão de que Lula pode ter participado de uma estratégia destinada a amenizar as implicações judiciais dos escândalos. De acordo com fontes diplomáticas ouvidas pelo Estado, não é usual que chefes de governo concedam entrevistas a jornalistas independentes. Melissa, no entanto, passou à frente dos centenas de jornalistas brasileiros, além

dos europeus, que há 30 meses vêm tentando, sem sucesso, uma exclusiva com Lula.

A desconfiança aumentou ao se constatar que Lula gravou a entrevista quando eram 7 horas no Brasil – bem antes, portanto, da entrevista que Valério daria à noite, na TV Globo, e da Delúbio, que falou no sábado.

A cientista política Lúcia Hipólito percebeu a coincidência: “Na entrevista concedida em Paris, o presidente Lula indica que sabia do caixa dois do PT ao afirmar que isso era feito sistematicamente pelos partidos” disse ela à Agência Estado.

SEM MENSALÃO

Embora pouco veraz – a ponto de ter sido comparada à farsa da Operação Uruguai, inventada em 1992 para explicar os gastos pessoais do ex-presidente Fernando Collor -, a versão de que não existe nenhum mensalão, mas apenas o uso de empréstimos bancários para financiar campanhas eleitorais, parece ter um objetivo claro: se o que Valério e Delúbio fizeram foi transgredir regras do sistema político, eles não podem ser punidos se também os outros não o forem. Ou então, que todos sejam inocentados e que o sistema de financiamento das campanhas seja reformado.

A linha de defesa adotada coincide com a do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ): a culpa pela vida partidária nebulosa é inerente a um sistema corrompido na origem. “Somos todos iguais”, disse ele na CPI dos Correios, mostrando a mala onde estariam as declarações de gastos de campanha de todos os membros da comissão.

Valério confessou, de fato, um crime eleitoral advindo de empréstimos feitos a pedido do ex-tesoureiro do PT. Delúbio confirmou as declarações e ressaltou que estava assumindo uma irregularidade perante a lei eleitoral.

Além disso, a fala de Lula no domingo coincide quase literalmente com parágrafos inteiros do artigo que José Genoíno publicou no sábado, no Estado. Lula disse: “Houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda no Brasil eram dirigentes do PT. (...) grande parte desses quadros vieram para o governo e a direção (partidária) ficou muito fragilizada (...) possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos”.

Genoíno escreveu: “O PT cresceu muito em sua estrutura política e administrativa. (...) Não adequamos o PT aos novos desafios que se apresentaram a partir da vitória de 2002. E, como muitos dos seus quadros dirigentes históricos assumiram tarefas no governo, o partido se enfraqueceu em sua capacidade dirigente”.

Para Financial Times, é o pior quadro desde a queda de Collor

O jornal britânico **Financial Times** destaca, na edição de ontem, que a crise política enfrentada pelo governo Lula – “a pior desde o **impeachment** do presidente Fernando Collor” – aprofunda-se a cada dia e arranha cada vez mais a imagem do partido. “A percepção da corrupção é particularmente danosa para um partido que prometeu mais ética na política”, avalia.

O artigo lembra desde o vídeo do ex-diretor dos Correios Maurício Marinho recebendo propina à prisão do petista cearense José Adalberto Vieira da Silva com US\$ 100 mil na cueca. “A cada dia, surgem novas e mais estranhas acusações.” Segundo o FT, a maioria das denúncias abala o PT e aliados, mas “políticos de oposição também estão sob fogo cerrado”.

“Foi uma grande surpresa para nós”, comenta, na reportagem, o editor-chefe do Estado, Flávio Pinheiro. “E acho que teremos novas surpresas.”

A extensa cobertura da imprensa brasileira é destaque no artigo, que alerta para o risco de uma onda de acusações não comprovadas. “Há a tendência de divulgar acusações sem nenhum acompanhamento”, diz Alberto Dines, do Observatório da Imprensa. Pinheiro considera importante trazer à tona casos de corrupção, mas também alerta contra o “denuncismo”.

Segundo o FT, a relação do governo com a imprensa “não é boa”. Ressalta que, ao surgirem as denúncias, a primeira reação do PT foi acusar a mídia de inspirar “uma conspiração de direita”. E lembra que Lula deu apenas uma entrevista coletiva em três anos de mandato, embora falasse constantemente com jornalistas antes de ser eleito.

Para que a visita de Lula seja tranqüila, sem acesso dos manifestantes, pelo menos cem policiais militares foram escalados para ajudar o Exército na segurança da comitiva. Policiais civis também participam do esquema de segurança. A visita de Lula está marcada para às 14 horas. Em Taubaté ele inaugura a fábrica de telefones celulares da LG Electronics, que teve um investimento de US\$60 milhões e vai criar 950

empregos diretos e indiretos. Depois, Lula participa das comemorações dos 50 anos da Alston

Simon: ‘O nome disso é formação de quadrilha’

Fabiano Rampazzo

URUGUAI: Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), os escândalos que envolvem o governo e o PT são mais graves do que os fatos que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor. “A coisa lá, Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas para fazer transações ilícitas, favorecendo essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido”, afirmou o senador, em entrevista à Rádio Jovem Pan. “O nome disso é peculato, é formação de quadrilha. Tudo o que se pode imaginar de corrupção política eleitoral está somada nessa questão.” Simon afirmou ainda que a cada dia que passa as acusações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolvendo o PT se confirmam. “E a CPI tem de parar de ouvir tanta gente.”

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr^a. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PDT tão logo seja possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em seguida ao uso da palavra pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, a palavra estará com o Senador Jefferson Péres.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, seguidos de mais dois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que dizíamos aqui, e éramos contestados, está tudo provado. As evidentes provas das falcaturas coman-

dados pelo Partido dos Trabalhadores estão totalmente asseguradas como verdadeiras. Eu queria, neste instante, me solidarizar com a Bancada do PT, com os dirigentes que foram expulsos do PT, pois todos eles foram atacados pelo Presidente da República e acusados de incompetentes e imorais. Na França, o Presidente da República atacou. Mas fica a se perguntar: quem os colocou lá? O mesmo Presidente da República. Como estará hoje o José Dirceu, o José Genoíno e tantos josés que o PT tem? Como ficaram esses homens quando foram expulsos e quando o Presidente disse que eles estavam lá porque eram os piores quadros?

Mas o Presidente fez uma reforma ministerial e não modificou nada, apenas colocou um Senador na Previdência e agora o demitiu, também acusado de corrupção, antes mesmo do julgamento do Supremo.

O Presidente, todos sabem, não morria de amores pelo Sr. Tarso Genro, muito pelo contrário. E agora o Sr. Tarso Genro assume a Presidência do PT e ele louva Tarso Genro e bota para fora Olívio Dutra.

A situação no Partido dos Trabalhadores é caótica. Todos aqueles que defendiam aqui, sem exceção, a direção do PT e o Partido dos Trabalhadores não podem aceitar as palavras do Presidente Lula. Ele que é o responsável por tudo que está existindo aí.

Revolta-me quando um Senador, da tribuna, diz que o Lula não tem nada com isso. Ele sabia de tudo, está provado que ele sabia. E agora ele vem com um discurso diferente, totalmente acusatório ao seu Partido e, na realidade, quer se desligar do Partido porque não quer ser maculado pelos seus componentes.

Quando eu dizia que o dinheiro correu à solta nas eleições municipais em todo o Brasil e, em particular, na Bahia, vinham respostas defendendo os vampiros, os salteadores dos cofres públicos. Era dinheiro da Petrobras, e hoje está demitido o Sr. José Eduardo Dutra; era dinheiro do Ministério da Saúde, e hoje está demitido o Sr. Humberto Costa; assim, era também dinheiro do Ministério da Cidade, e está demitido o Sr. Olívio Dutra.

Conseqüentemente, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos saber ainda muita coisa deste Senado. A Polícia Federal, que é tão eficiente, que tem um grande dirigente, que é o Sr. Paulo Lacerda, tem de saber – não aceito que não saiba – de quem são e de onde foram tirados aqueles dólares encontrados na cueca do assessor e aquele dinheiro que estava na mala. A coisa chegou a tal ponto que qualquer pessoa que for hoje comprar uma cueca, vai perguntar: qual é

o tamanho? Médio, grande ou PT? (Risos.) Chegou a esse ponto a desmoralização do Governo.

Ora, meus senhores, a Polícia Federal sabe. O Dr. Márcio não pode ocultar, tem que dizer de onde saiu o dinheiro que está no Ceará e que foi para as mãos do irmão do Genoíno. Ninguém vai acreditar que aquele boboca que apareceu na televisão tenha crédito para pegar aquele dinheiro de alguém. Aquele não pega nem R\$100,00 emprestado, quem dirá US\$100 mil. Ora, meus senhores, vamos saber a origem desse dinheiro. Vamos saber. Está mal explicado.

E o dinheiro da Telemar para a empresa do filho de Luiz Inácio Lula Pereira da Silva? Isso está passando em branco. A própria imprensa, que aqui está diante de mim, não trata deste assunto. Deveria tratar. Não sei se a culpa é dos repórteres ou dos redatores...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mais um minuto, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sou tão bondoso com V. Ex^a na Comissão..

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas eu já lhe fiz todas as concessões. Estou indo além das concessões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quando presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ela não tem tempo determinado, mas não me arrependo.

Mas nós queremos saber do filho do Lula por que aquele dinheiro de US\$2,5 milhões, US\$5 milhões. Que gênio! Será que o Lula não vê que o seu filho não pode estar assim com US\$5 milhões? E ele não trata disso. Ele disse: “O meu filho é meu filho. Eu não tenho nada com isso”. É muito engraçada essa afirmação. Evidentemente isso não pode continuar.

Temos de saber tudo dos empréstimos do PT. Temos de saber tudo da vida de Marcos Valério...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... temos que abrir os cofres da Petrobras para saber tudo que existe por lá, e existe muita coisa! Por isso, foi o Sr. Sérgio Gabrielli para poder encobrir as coisas do Dr. José Eduardo Dutra, que virá aqui como valente, que era tido como bom, e era um bom Senador, mas a Petrobras hoje é um antro. Não há dúvida disso. Ele pode até dizer que é um conluio com o PMDB que deu nesse resultado. Isso aí cabe ao Sr. Renan Calhei-

ros e ao meu amigo José Sarney responderem, porque são eles os responsáveis pelas nomeações.

Nós queremos saber do IRB, nós queremos saber da Infraero, nós queremos saber de tudo, principalmente dos fundos previdenciários, porque há uma grande reportagem, cuja transcrição vou pedir aqui: “Um pente-fino dos fundos”. Vou pedir também a transcrição, Sr^a Presidente – não quero me demorar muito além do tempo –, de duas peças extraordinárias, publicadas em **O Estado de S. Paulo** de domingo. Primeiro, o artigo: “Limites de ação da PF”, que é realmente muito bem feito e diz tudo que se deve dizer em relação à Polícia Federal. Segundo, um artigo de Gaudêncio Torquato, excelente, tão bem escrito como há muito tempo não se vê, como hoje escreveu Clóvis Rossi. Esse é realmente um artigo que merece ser lido: “Pornéia e Mixórdia”. Esse artigo...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...do ponto de vista literário e moral...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Magalhães, um instante, por favor. V. Ex^a já usou todo o tempo que lhe era permitido. Já prorroguei por mais três minutos. Vou lhe dar mais um minuto e pedir a sua compreensão.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um minuto apenas, Sr^a Presidente, e terei o cuidado de lhe dar sempre o dobro do que V. Ex^a merece.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – “Pornéia e Mixórdia”. Leiam esse artigo. Do ponto de vista literário, moral, jornalístico, dificilmente já saiu algo igual. Daí eu pedir a transcrição, neste instante, desses artigos.

Voltarei aqui, se não for com cinco minutos, com sete, com oito, com dez, com vinte, com trinta minutos, com o tempo que puder, para mostrar ao Brasil que o tempo é pouco para mostrar as imoralidades do Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO MENSALÃO

Um pente-fino nos fundos

CPI dos Correios suspeita de fraude e enriquecimento ilícito envolvendo aliados do governo

José Casado

Enviado especial • BRASÍLIA

A CPI dos Correios vai quebrar o sigilo dos fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Postalís (Correios), Petros (Petrobras) e Real Grandeza (Furnas e Eletronuclear), cujas diretorias foram partilhadas entre PT, PTB, PP, PL e PMDB. A decisão será tomada em votação prevista para esta semana.

A comissão quer examinar as negociações com títulos financeiros realizadas durante os últimos 24 meses para identificar vendedores e intermediários. No alvo estão os investimentos milionários em títulos pós-fixados (remunerados com base na variação do IGP-M e no IPCA) e transações com os bancos Santos, Rural, BIC, BMC, BMG, Pine e Panamericano.

Há suspeita de fraudes, enriquecimento ilícito de diretores e pagamento de altas taxas de corretagem a intermediários ligados a partidos aliados do governo. Em alguns casos, fundos de estatais teriam comprado papéis de remuneração baixa — na base do IGP-M mais zero de juros, ou seja, apenas a correção da inflação e mais nada. Em outros, como ocor-

re na Fundação Real Grandeza, compras de títulos (CDBs, principalmente) chegaram a 25% do patrimônio do Banco Santos, 20% do Rural e 15% do BMG.

A CPI pretende, também, dimensionar eventuais perdas dos fundos de catatão em negociações de investimentos, nos quais teriam assumido até 100% do capital total e votante de empresas cujas ações sequer têm valor no mercado.

Partidos de oposição, PFL e PSDB preparam uma ação paralela e específica sobre a Petrobras, por causa de gastos de R\$ 850 milhões com publicidade no ano passado — o triplo do ano anterior — e de encomendas de plataformas marítimas (US\$ 1 bilhão) a fornecedores nacionais. Há suspeita de superfaturamento.

No setor de energia, síntese dos negócios

• Integrantes da CPI estão reconstituindo em detalhes o mapa do uso político de empresas públicas e de fundos de pensão. Eles encontraram no setor energético uma síntese dos negócios entre estatais e consultorias, corretoras e bancos privados, que resultaram em benefícios financeiros a integrantes de PT, PTB, PP e PMDB — intermediados por Marcos Valério de Souza, o suposto pagador do mensalão a parlamentares.

Logo após a posse, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, dividiu áreas-chave do comando das estatais Furnas e Eletronuclear entre o seu PT, o PTB do deputado Roberto Jefferson e o PP do deputado José Janene. São empresas com um fluxo de caixa mensal de R\$ 400 milhões e 12 usinas (dez hidrelétricas e duas atômicas), que fornecem energia à região onde se concentram 65% do Produto Interno Bruto.

O acordo se estendeu ao controle do fundo de pensão dos empregados dessas estatais, a Fundação Real Grandeza, cujos ativos somam R\$ 4,8 bilhões. A presidência da entidade foi entregue a uma ala de sindicalistas do PT do Rio, liderada pelo deputado Jorge Bittar. O governo nomeou diretores indicados por PTB, PP e PMDB.

Como chefe da Casa Civil, Dirceu Furnas e da Infraero — estatais entregues por Dirceu ao PTB de Jefferson e ao PP de Janene.

Os documentos já reunidos pela CPI sugerem que o dinheiro do mensalão saía tanto de empresas públicas quanto privadas, fornecedoras de bens e serviços. A cobertura da coleta financeira era feita por uma das três empresas de Marcos Valério. O governo lhe dera contratos com estatais diferentes. No setor elétrico, um de seus clientes era a Eletronorte, que chegou a criar uma "assessoria parlamentar de resultados políticos", como informa o último balanço. Para empresas privadas, fornecedoras das estatais, a cobertura dada por Valério era com emissão de notas fiscais sobre serviços supostamente prestados. ■

A partir do primeiro semestre do governo Lula os negócios de Furnas, Eletronuclear e Real Grandeza mudaram de rumo. O milionário resseguro de Furnas e da Eletronuclear, por exemplo, foi entregue à corretora Assurê, do empresário carioca Henrique Brandão, habitual financiador de campanhas de Roberto Jefferson, então

presidência do PTB. É proibida a atuação de corretoras privadas em negócios de resseguro na área nuclear. Mas isso não significou problema. A Assurê foi aceita por José Marcos Castilho, prefeito de Angra dos Reis pelo PT, e escolhido para a diretoria financeira da Eletronuclear por Marcelo Sereno, então assessor da Casa Civil.

Dirceu também entregará o comando do Instituto de Resseguros do Brasil a Jefferson e a Janene. O presidente do PTB indicou o então presidente, Lídio Duarte, e o líder do PP na Câmara conseguiu a nomeação do diretor comercial, Luiz Eduardo Lucena.

O corretor amigo de Jefferson queria ser escolhido pelo IRB para atuar no segmento de resseguros. Associou-se à Acordia, subsidiária do grupo norte-americano Wells Fargo e foi escolhido pelo IRB. No fim do primeiro ano de operação faturava mais de R\$ 15 milhões e garantiria os contratos de resseguro da Eletronuclear, de

► **NO GLOBO ONLINE:**
Veja a distribuição de cargos nos fundos
<http://oglobo.globo.com/pais>

Os limites da ação da PF

Embora integrantes da Procuradoria-Geral da República e a direção da Polícia Federal em São Paulo tenham, nas entrevistas que têm dado à imprensa, insistido em enumerar as sanções penais aplicáveis aos acionistas da fábrica de cervejas Schincariol e aos proprietários da Daslu pelos crimes tributários de que são acusados, nos meios jurídicos a opinião dominante é a de que são remotas as possibilidades de condenação judicial das duas empresas. Isto porque, segundo a legislação em vigor, em matéria de sonegação as ações penais só poderiam ser propostas pela Fazenda Nacional depois de concluídos os procedimentos na esfera administrativa nos quais a validade da autuação é julgada. E isso não teria ocorrido nem com a Schincariol nem com a Daslu.

“Pela investigação ainda incipiente, as prisões parecem simbólicas, para marcar posição”, disse ao jornal *Valor* a criminalista Dora Marzo Cavalcanti de Albuquerque, titular de um dos mais conceituados escritórios de advocacia do País. Mesmo após a constatação da sonegação e a definição dos valores que deveriam ter sido pagos, por parte da Receita Federal, afirmou ela, os contribuintes têm a prerrogativa de pagar seus débitos, o que extingue automaticamente a ação penal e, junto com ela, os demais processos por “crimes acessórios”, como, por exemplo, o de formação de quadrilha.

“Essa é uma previsão da legislação brasileira que vem sendo acatada nas decisões do Judiciário. O entendimento tem prevalecido, inclusive, em julgamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do País”, concluiu a advogada, cuja opinião é tão mais importante por ter sido sócia do criminalista Márcio Thomaz Bastos até um dia antes dele assumir o Ministério da Justiça.

Esse pormenor, aliás, dá maior peso à sua afirmação de que as prisões dos acionistas da Schincariol e dos proprietários

após o término do processo administrativo no qual se julga a validade das autuações feitas pelas autoridades fiscais, como afirma a antiga sócia do ministro da Justiça, fica evidente que as operações realizadas pela Polícia Federal na Schincariol e na Daslu, além de espalhafatosas na forma, também foram abusivas, em termos legais.

Basta ver que, no caso da fábrica de cerveja, cuja invasão, por coincidência, ocorreu na mesma data em que estava marcado o depoimento sobre o “mensalão” pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) na Câmara, até hoje as autoridades fiscais nem sequer concluíram a fiscalização sobre o que teria sido sonegado.

Embora tenha divulgado a operação como a maior ação da história brasileira contra sonegação praticada por uma só empresa, a Receita anunciou que só poderá concluir seu trabalho em seis meses.

Por sua vez, o procurador da República que acompanha o inquérito afirmou recentemente que dispunha apenas de uma simples minuta da denúncia criminal que irá apresentar à Justiça. No caso da Daslu, a Receita também já admitiu que a fiscalização não estará concluída antes de seis meses, o que impede os proprietários da loja de esgotar todas suas possibilidades de defesa na esfera administrativa.

Diante da opinião predominante nos meios jurídicos de que é remota a hipótese de condenação das duas empresas por crime fiscal e da opinião de uma criminalista insuspeita de que as prisões de seus dirigentes foram atos simbólicos “para marcar posição”, é plenamente justificável o temor dos meios políticos e empresariais de uma instrumentalização partidária da PF.

Antes de mais nada, a PF é um órgão do Estado e a ele deve servir, na defesa dos interesses nacionais. Convertê-la em instrumento político do governo, para que atue em sintonia com uma estratégia de

O ESTADO DE S. PAULO

Aron e as relações internacionais

Celso Lafer

Este ano é o do centenário de Raymond Aron, que foi em vida o assíduo colaborador francês de O Estado de S. Paulo. Aron viveu e pensou o século 20. O seu objetivo permanente foi o de explicar as coisas. Era um liberal e um democrata na linhagem de Tocqueville, alimentado pela leitura de Weber e pela reflexão filosófica. Explorava as condições da ação, discutindo a interação das instituições políticas com a estrutura socioeconômica. Era, ademais, um liberal que foi um marxólogo.

No trato do papel dos intelectuais no espaço público, Aron se assumiu como um observador participante. Tomava posição, mas levava sempre em conta, na sua preocupação com o futuro, o que fazer para mudar as coisas, tendo presente o horizonte dos que tinham responsabilidades pelo processo decisório.

Aron instigava o raciocínio. Um dos campos em que atuou com maestria foi o das relações internacionais, no

NA SUA ÉTICA DE PRUDÊNCIA E EQUILÍBRIO HÁ ESPAÇO PARA A ESPERANÇA

qual se notabilizou tanto como analista dos acontecimentos diplomáticos quanto como teórico maior desta área

de conhecimento. No seu percurso, o diálogo entre o pensador e o jornalista foi fecundo. É o caso, por exemplo, das suas análises do período da guerra fria, para a qual elaborou a moldura conceitual da fórmula "paz impossível, guerra improvável".

Num dos seus primeiros livros teóricos no campo - *As Guerras em Cadeia* (1951) -, analisou a especificidade da 1ª Guerra Mundial. Mostrou a surpreendente insensatez das falhas diplomáticas associadas à surpresa técnica dos novos armamentos. Daí a sua recorrente reflexão sobre os limites da objetividade e a complementaridade entre diplomacia e estratégia militar. Esta complementaridade se dá, para Aron, no século 20, na unidade planetária do campo diplomático-estratégico, trazido pela revolução intelectual, técnica e econômica, que unificou, para o bem e para o mal, a humanidade.

Em *Paz e Guerra entre as Nações* (1962), Aron discute os níveis conceituais da compreensão do campo das relações internacionais. Aponta que não cabe uma analogia nem com a economia, nem com o futebol. A economia tem como problema a escassez e coloca escolhas sobre os meios de superá-la. O futebol tem regras, juiz, o preciso objetivo dos times de ganhar a partida, que é travada no interior de um campo delimitado, com número fixo de participantes. O campo das relações internacionais se desdobra sobre a sombra da guerra - para Aron, na sua reflexão sobre

Clausewitz (1976), um camaleão que assume sempre novas formas. Além do mais, e em contraste com o futebol e a economia, em função da diversidade dos objetivos, dos meios e da multiplicidade dos atores e dos contextos, o objeto das relações internacionais não é unívoco. Daí - e este é o ponto central da visão de Aron - a relativa indeterminação que caracteriza o campo.

Aron estuda a regularidade sociológica dos fatores que condicionam a condução de uma política externa: espaço, número, recursos, nações e regimes. O que ele realça, com originalidade, é que estes fatores não são mobilizados em função de um objetivo unívoco. É uma característica das relações internacionais a pluralidade dinâmica dos objetivos concretos das políticas externas dos Estados que compõem o sistema internacional. Entre estes objetivos figuram: segurança, desenvolvimento e bem-estar, prestígio, afirmação de idéias. É isto que faz do conceito do interesse nacional um conceito plurívoco e por vezes esquivo.

Assim, por exemplo, obter o prestígio de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é primeira prioridade da diplomacia do governo Lula, não o foi no governo FHC. A mudança dos regimes políticos de outros países é prioridade no governo Bush, não o foi no governo Clinton. A afirmação regional de uma revolução bolivariana é objetivo maior do governo Chávez, não foi item de outros governos da

Venezuela. É por este motivo que a racionalidade da conduta da política externa é circunscrita pela escolha de certas premissas que norteiam o seu processo decisório.

É nesta moldura que Aron explora conceitos dos quais esquematicamente se pode extrair a lógica durável das relações interestatais, caracterizada pela distribuição individual, mas desigual do poder entre os Estados. Entre eles, os provenientes dos equilíbrios/desequilíbrios derivados da ordenação estratificada do poder que podem levar a sistemas multipolares (como o do concerto europeu) ou bipolares (como o da guerra fria) e hoje, diria eu, o das tensões da unipolaridade.

Pornéia e mixórdia

Gaudêncio Torquato

Antes que algum leitor cobre explicações, vou logo dizendo que pornéia é uma palavra que Rui Barbosa resgatou das raízes gregas para dar título a uma contundente peroração sobre a prostituição no antigo Rio de Janeiro, onde um lupanar “desafia os tribunais e as Frinéias de sarjeta retoçam despidas à fimbria da toga”. O grande tribuno não se conformava com a devassidão nua que desfilava serelepe diante das janelas da mais alta magistratura do País. É triste constatar, mas os primórdios da República parecem inspirar os atuais tempos republicanos, ditos avançados, democráticos e justos. O desrespeito às coisas sagradas, hoje, não fica por conta da luxúria profissional, porquanto seus corpos integram o cordão da miséria nacional, merecendo toda a consideração,

Aron também realça a distinção entre sistemas homogêneos, nos quais prevalece o mútuo reconhecimento dos atores, e os heterogêneos (como o da guerra fria), nos quais isso não ocorreu. Aron estudou o confronto capitalismo-comunismo. Hoje, na sua linha, poder-se-ia discutir como os fundamentalismos vêm, por obra do não-reconhecimento mútuo, trazendo uma nova heterogeneidade ao planeta, que é um dos dados do fenômeno terrorista contemporâneo.

Aron, como observador participante, conclui *Paz e Guerra* com uma praxeologia na qual estuda as antinomias com que lidam os responsáveis pela condução da política externa.

Estes se confrontam com o que denomina o problema máquiavélico e o kantiano. O primeiro é o do realismo dos meios legítimos da condução da política externa, que, no limite, comporta o uso de força. O segundo é o da busca da “paz perpétua” e de um princípio regulador da humanidade que substitua a “moral do combate”. Na interação dos dois, Aron desenvolve uma ética de prudência e de equilíbrio entre excessos. Nesta não cabem profecias, mas há espaço para o dever da esperança.●

Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, foi ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso

mas pela despuorada ação conjunta de agentes da polícia, representantes do Ministério Público e alguns juízes, cujas decisões apressadas mancham seu próprio altar da magistratura. Nos últimos tempos, convenhamos, o Brasil virou uma mixórdia, uma grande barafunda.

A lei e a ordem são o pré-requisito da civilização, ensina Samuel P. Huntington, depois de expressar preocupação com o paradigma do “puro caos”, simbolizado pela ruptura do sistema normativo, as ondas criminais, as máfias e os cartéis de drogas, a debilitação da família, o declínio da confiança e da solidariedade, a expansão da violência e os Estados fracassados. A globalização do caos pega o Brasil ainda de calça curta. Não atingimos, ainda, idade adulta, pelo menos no que diz respeito à democracia, que sobe e desce na gangorra das crises, entre-meando, desde 1930, o peso da ditadura com a leveza da liber-

dade. Pois bem, esta atual crise, fermentada pela adrenalina de eventos cada vez mais escandalosos, não se limita a aspectos pontuais de denúncias que exibem negócios escusos entre agentes da representação política e do Poder Executivo. Há uma crise bem maior e mais grave, cujos reflexos se fazem sentir na multiplicação de sístoles esporádicas. Trata-se da crise da juvenização institucional.

A Constituição de 88 criou um amplo arco de defesa social. Estruturas se organizaram, novos quadros ingressaram no Ministério Público e na magistratura. A política alçou vôo, transformando-se em empreendimento. Os partidos afiaram suas facas para cortar o bolo do poder e formar correntes para dominar os espaços públicos. A mídia entrou pelo País afora, capilarizando informações e conhecimentos, ela própria se transformando em grande negócio. Gerou-se, assim, o ambiente para o es-

touro da boiada. A fulanização política amainou o fogo dos partidos. O País engalanou-se para receber o Estado-espetáculo. Heróis, guerreiros, super-homens passaram a trombetear coragem, civismo, ética, moral, segurança, proteção. As esferas institucionais – Judiciário, Ministério Público, Parlamento, Poder Executivo – passaram a frequentar os palcos da publicidade, em performances espetaculares, e seus agentes aprenderam uma parolagem de experiências criativas, inventos engenhosos e artifícios.

Sob esse guarda-chuva, certos atores da vida pública foram perdendo as estribeiras, estuprando a lei por todos os lados, invadindo competências, espetacularizando a política e carnalizando ações policiais. O espelho de Narciso é pequeno para refletir tantas vaidades. Essa Operação Narciso, com 250 policiais federais armados, sob o holofote da mídia, em torno da megaloja Daslu, em São Paulo, nada mais é que a expressão rematada do Estado pirotécnico em que vai se transformando o País. A prisão da dona da loja paulista denota claramente a intenção estratégica de desviar a atenção do tiroteio que abate a imagem do governo. Mas “o povo gosta”, acentua o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fiel à doutrina do “panis et circensis” dos tempos do imperador Nero e parecendo querer resgatar a

desgastada luta de classes. Para fechar o espetáculo com chave de ouro só falta mesmo o grito festivo com que as bacantes evocavam Dionísio, deus do vinho e do delírio místico: **Brôé!**

Promotores, advogados, alguns até cheios de entusiasmo cívico, juizes inexperientes, irremediáveis narcisistas, e policiais federais, clones de tropas de choque nazistas, se juntam nessa tragicomédia de ações bombásticas. Quem é o cidadão de bom senso que não deseja ver a mão implacável da Justiça sobre corruptos e criminosos? Ora, que a justiça se faça, mas dentro dos ritos processuais. Ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Isso é o que diz a Constituição. A barbárie, porém, instalou-se na esteira do mote “todos são culpados até que provem inocência”. Escritórios de advogados são arrombados, documentos são apreendidos, mesmo os de caráter privado, que não têm relação com os casos apontados

CERTOS ATORES DA VIDA PÚBLICA FORAM PERDENDO AS ESTRIBEIRAS...

para averiguação. Big Brother

surge com seu olho aterrorizador. Todos os nomes constantes das agendas de denunciados passam a ser suspeitos.

E assim a vida pública se vai dobrando ao império dos signos. Tudo vale a pena para fazer para encantar as massas. O conselho do matreiro cardeal Mazariño, sucessor de Richelieu, dá o tom: simula e dissimula. Nas situações de simulação assume proporções assombrosas. Depoentes contornam a verdade. Enquanto isso, o chefe da Abin, a agência de inteligência do governo, Mauro Marcelo, chama os deputados de “bestas-feras”, perde o cargo e recebe do presidente do Senado o troco: é um “destrambelhado”. A mixórdia é geral. Nas sombras da eternidade, Montesquieu, também jurista, encontra-se com o velho Rui e descreve sua visão de Brasil: “Quando vou a um país, não examino se há boas leis, mas se são executadas as que há, pois há boas leis por toda parte.” Triste, o patrono dos advogados lamenta: “Vejo lá assomar excentricidades de cinismo, fabulosas variantes de imoralidade, que surpresam momentaneamente a atenção do espectador, e já nem lhe fazem moça à memória.”●

Gaudêncio Torquato, jornalista,
é professor titular da USP
e consultor político. E-mail:
gautor@gtmarketing.com.br

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Jefferson Péres, por cinco minutos acrescidos de mais dois. Logo após, concederei a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alberto Silva.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr^a Presidente, seja generosa porque hoje não haverá Ordem do Dia. Temos tempo de sobra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas existem muitos oradores aguardando pela inscrição, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou fazer uma pausa no assunto do dia, que é esse lamaçal que emporcalha o País todo e escandaliza os brasileiros, para dar uma explicação pessoal, embora sobre um tema muito atual, que é o financiamento de campanha.

Na semana passada, meu amigo Senador Arthur Virgílio Neto subiu a esta tribuna, emocionado por uma referência feita a ele por um Deputado do PT a respeito de uma contribuição que recebera de uma empresa, mas a sua metralhadora giratória – sem querer, certamente – me atingiu de raspão. É que o Senador Arthur Virgílio, na passagem, fez menção à campanha eleitoral do Amazonas e mencionou a mim e ao Senador Bernardo Cabral e disse que a minha prestação de contas ao Tribunal Eleitoral tinha sido de R\$149 mil. Eu já nem me lembrava, Senador, da quantia exata. E como a dele foi bem maior, um milhão, eu creio que o Senador Arthur Virgílio ficou incomodado, imaginando que iriam fazer comparação entre as duas prestações de contas, e que eu teria, portanto – se não foi dito, foi insinuado –, sonogado informações, dados ao Tribunal Eleitoral.

Modus in rebus, como diziam os juristas de antigamente, eu gastei exatamente, com despesas da minha campanha pessoal, aquilo que foi declarado: R\$149 mil, arrecadados, doados por alguns empresários amigos e vindos das minhas próprias economias. Gastos pessoais, alguns *outdoors*, cartazes, santinhos, coisa desse tipo. Mas não está computada, nem teria por que estar, na minha prestação de contas, a estrutura de apoio que eu tive da Coligação.

Qual é a de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio? Teria sido veraz, absolutamente veraz, se tivesse dito: na minha prestação de contas aparecem gastos muito maiores do que os do Senador Jefferson Péres e do Senador Bernardo Cabral, porque eu tive de montar a minha própria estrutura de campanha.

V. Ex^a é Presidente do PSDB, fez a sua campanha solo, embora apoiasse um candidato a Governador, mas tratou de se eleger Senador. Claro, teve de cuidar

da sua campanha. Criou um comitê, arrecadou fundos nas empresas. Tudo despendido na sua campanha foi decorrente de arrecadação feita por V. Ex^a.

Eu não tinha por quê. Qual a estrutura de apoio que eu tive? Viagens ao interior em aviões fretados, estúdio de gravação das minhas gravações para TV e rádio e, finalmente, Senador Antonio Carlos Magalhães, os comícios. Claro que isso eu não comuniquei nos meus gastos. Eu pegava carona no avião do candidato a Governador Eduardo Braga, que fretava os aviões e deve ter declarado isso na prestação de contas da coligação. Eu não tinha que incluir isso em minha prestação de contas. Quando eu ia ao estúdio, alugado pela coligação e pelo Governador Eduardo Braga, que o utilizava, eu não tinha que declarar isso em minha prestação de contas. Claro que não! Eu não despendi, eu não aluguei. E os comícios que ele montava, comícios que têm artista, têm claqué, têm gente levada de caminhão... eu nunca levei ninguém, nunca contratei claqué e ia convidado. Ia lá, falava e ia embora. O comício tem um custo? Tem, mas eu não gastei um centavo.

Então, Senador Arthur Virgílio, eu fui veraz em minhas contas, foi isso que eu gastei. Agora, eu lhe digo: não tinha por que declarar, não sonoguei informação. Se o então candidato Eduardo Braga sonogou, eu não sei. Se declarou tudo, eu não sei. E de onde tirou o dinheiro também não sei nem me cabia perguntar de onde foi.

Eu gostaria de falar um pouco mais sobre isso. Por que é que me elejo Senador e, talvez, mesmo sem essa estrutura, gastando talvez o dobro, eu me elegeria? Pela característica da população do Amazonas. Em Manaus se concentram 60% dos votantes, 40% estão no interior. Eu tenho uma grande aceitação na Capital, onde quase não gasto dinheiro porque tenho o que chamo “meu exército invisível”. São milhares de pessoas, cabos eleitorais espontâneos, voluntários que ficam pedindo voto para mim. Alguns nem conheço, nunca falei com eles.

E o que aconteceu nas duas eleições para o Senado Federal? Eu fui o primeiro na Capital. Em 94, havia quatro candidatos competitivos, eu fui o primeiro na Capital e o quarto no interior. O que aconteceu em 2002? Três candidatos competitivos: eu, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Bernardo Cabral. Eu fui o primeiro na Capital e o terceiro no interior. Não fora isso, eu não seria Senador da República.

Mas, meu caro amigo Senador Arthur Virgílio, da próxima vez, dirija seu fogo contra os adversários, poupe os amigos e companheiros da Oposição.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alberto Silva, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge e, em seguida, concedo ao nobre Senador Arthur Virgílio, para uma explicação pessoal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, o Senador Jefferson Péres tem completa razão quanto à questão tática, quanto a dirigir o que chama de “metralhadora giratória” para adversários. Tenho por ele estima, admiração e carinho pessoal e familiar. Se trouxe à baila os seus números e os do Senador Bernardo Cabral, aliás, meu compadre, foi precisamente porque, a serem completamente exatos aqueles, os meus seriam exagerados. A serem exatos os meus, estariam subavaliados supostamente os outros dois.

O Senador me lembrou da campanha de 94. Começou lá detrás, eu ao seu lado, de maneira muito firme, muito crente, me indispondo com aliados para defender a sua candidatura, candidatura também amparada no Plano Real e em toda aquela conjunção de fatores que ofereceram ao Senado o belo e expressivo Senador que V. Ex^a é.

Em segundo lugar, eu quero dizer algo que, a meu ver vai absolvê-lo completamente. Eu insisto em que V. Ex^a concordou comigo que o preço de uma campanha de Senador não é cento e tantos mil, até porque tem aquilo que teria sido coberto pelo Governador do Estado. Insisto em que V. Ex^a concordou comigo de que o preço de uma campanha de Senador não é cento e tantos mil, até porque tem aquilo que teria sido coberto pelo Governador do Estado. Insisto. E se algo absolve V. Ex^a é que V. Ex^a...O que eu imagino? Se eu entro no avião do candidato a Governador, eu estou, de certa forma, assumindo compromissos políticos com aquele candidato a Governador. E esse candidato a Governador entrou – e aí vem algo que vou dizer em favor de V. Ex^a – ele entra e, no primeiro momento, inventa lá uma calamidade pública, inventa lá uma licitação, uma inexigibilidade de licitação que não cabia, e V. Ex^a. se afasta dele.

V. Ex^a, então, mostrou que, apesar de ter sido ajudado por ele, que, apesar de ter feito uma campanha que não foi barata...Do seu bolso saiu pouco, mas foi uma campanha cara, uma campanha com todo o aparato de um candidato favorito ao Governo, porque era o candidato apoiado pelo Sr. Amazonino Mendes, candidato oficial. V. Ex^a mostrou que era capaz de manter o seu compromisso com o que é o seu ideal de vida. Mas nós não estamos aqui discordando. V. Ex^a diz: “Eu declarei isso, mas eu sei que a minha campanha custou mais”.

Eu estava uma vez andando com minha mulher em Manaus. Eu já não tinha mais por onde andar na cidade. E um dia, ela, menos experiente do que nós, disse: “Puxa. Todas as casas daqui deste lugar têm pinturas com o nome do Jefferson e do Bernardo. E você?” Eu disse: “Olhe, eu estou usando as minhas pernas”.

Quer dizer, se V. Ex^a tem um exército invisível, eu até faço parte desse seu exército invisível porque já votei em V. Ex^a. Mas eu vi também um outro exército, que era o exército do Governador Eduardo Braga – uma campanha cara – muito visível, chegando com pinturas a casas que eu não atingia. Ou seja, V. Ex^a concorda comigo que a campanha não era aquilo, ou seja, ninguém se elege, com cento e poucos mil reais, Senador em nenhum lugar deste País. Agora, se elege com o dinheiro do governador, talvez ignorando que custa caro a sua participação na televisão, que é dispendiosa sua participação naqueles anúncios naqueles *spots* que são fundamentais para uma vitória – e V. Ex^a sai sempre tão bem na televisão. E na hora em que era para assumir um compromisso com algo que não parecia ético a V. Ex^a, V. Ex^a pulou fora. Isso é que me faz dizer que V. Ex^a tem inteira razão. Não vejo, portanto, discordância.

Terrível foi dizerem ontem aqui que a campanha Duda Mendonça cobrou em São Paulo um milhão e novecentos mil. Eu sei que ele cobrou mais para a campanha de 2002 do PT. E Lula teve a coragem de dizer que em 98 gastara apenas 3 milhões na sua campanha derrotada, mas eu, insistindo que só de camisetas ele gastou mais de 3 milhões de reais. Se há a figura do superfaturamento, no caso de Lula houve o subfaturamento.

V. Ex^a se refere a Manaus interior. Fundamental mesmo a sua ida ao lado do Governador, a quem V. Ex^a deu um grande aval na Capital. V. Ex^a deu aval a ele, para que ele – que sempre teve votos – tivesse votos a mais, para evitar um segundo turno que poderia ter sido danoso a ele. E ele deu a V. Ex^a os votos necessários para que V. Ex^a suplantasse o Senador Bernardo Cabral.

V. Ex^a é muito bem votado. Recebi uma pesquisa em Manaus muito explicativa, por características até diferentes nossas – V. Ex^a, essa figura ponderada. Recebi uma pesquisa nas vésperas da eleição. Meus votos eram quase todos... V. Ex^a teve 54% dos votos em Manaus, e eu tive 51% dos votos. Os seus divididos: 1º voto e 2º voto. Os meus, até por essa metralhadora giratória, talvez, os meus quase todos de 1º voto. Ou seja, se eu não conseguir convencer alguém no primeiro voto, eu não consigo, de jeito algum, dobrar no segundo, talvez por um defeito que já está tarde demais para que eu o corrija.

Mas, Senador Jefferson Péres, vou lhe dizer que concordamos aqui: a campanha não custa cento e poucos mil reais e V. Ex^a não honrou os compromissos que seriam danosos ao Amazonas em relação a quem custeou a outra parte da sua campanha. Saiba que eu saí daqui com algum peso. Eu disse “puxa vida, qual é a lógica?” A lógica foi: eu citei o Jefferson e citei o Bernardo para atingi-los? Não, não. Eu estava muito zangado. Eu citei para mostrar que era legítima a minha declaração, para mostrar que era inveraz.

Ontem eu vi o Senador Eduardo Suplicy, figura que não me agradou nem um pouco atingir. Saí daqui muito preocupado com isso. Se tem alguém que eu não gostaria de forma alguma atingir era V. Ex^a. E hoje, quando V. Ex^a me avisa cortesmente que ia falar, eu fiquei aqui completamente imobilizado, sabendo, ao mesmo tempo, que deveria prevalecer o cavalheirismo de V. Ex^a e amizade que nos une. Mas V. Ex^a podia estar indignado como eu podia estar. E o melhor que V. Ex^a fez foi ter esse gesto cavalheiro e permitir-me chegarmos aqui a corroborarmos, os dois, uma denúncia em conjunto. Uma campanha de Senador não custa cento e tantos mil reais! E V. Ex^a ainda tem uma coisa extra em seu favor. V. Ex^a não tem nada pago pelo PT, que se diz caixa 2 e que, portanto, ilegítimando mandatos. Alguém diz “gastei R\$7,00, mas recebi R\$3 milhões” de um dinheiro que veio das mãos do Delúbio e o Delúbio diz que é caixa 2 e V. Ex^a está coberto de legitimidade até por suas atitudes posteriores. Portanto, saiba que eu vou... eu tento domar essa metralhadora giratória, mas em relação a V. Ex^a eu sinto que, mais do que tirar as balas, eu devo aprender a não acioná-las, porque tenho por V. Ex^a carinho pessoal. E vou lhe dizer algo que já lhe disse algumas vezes, que foi tão importante que não lhe agradei na hora, nem por escrito. Não sei se fiz por escrito, não fiz pessoalmente. V. Ex^a fez o artigo mais bonito sobre o meu pai quando ele morreu.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Serys Shessarenko, suplente de Secretá-

rio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

S. Ex.^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu peço licença ao Senador José Jorge, porque eu fui atacado pessoalmente, embora chamado de “querido amigo”, por Ciro Gomes. Então, o querido Ciro Gomes me atacou no Ceará em um comício onde ele recebeu muitas vaias, daí a sua irritação.

Tenho que dizer que posso realmente atacar o Sr. Ciro Gomes pela maneira com que ele foi tão subserviente no Governo atual, e não faço esses ataques aqui não só em homenagem a ele, mas principalmente em homenagem a nossa colega Patrícia Gomes.

Eu queria, nesta questão de ordem, mandar esse recado ao Ministro Ciro Gomes. Diga a ele que não seja como está sendo, tão subserviente ao Presidente Lula a ponto de me atacar gratuitamente. O que eu digo é isto: a obra do São Francisco é feita para os empreiteiros roubarem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, com aquiescência do nobre Senador José Jorge.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos, não em socorro de V. Ex^a, que não precisa, mas V. Ex^a lembrou o Ministro Ciro Gomes, que andava meio sumido. O Ministro Ciro Gomes foi muito grosseiro, outro dia, em relação ao Presidente Fernando Henrique, que o está processando. Aí pensei: ele, agora, vai ser o Ferrabrás da parada, ou seja, ele, agora, não vai agüentar mais nada, vai virar o bambambã do *saloon*. De repente, a crise recrudescer, e ele não fala mais nada!

Gostaria de lembrar ao Ministro Ciro Gomes o seu dever de rebater, por exemplo, o que estou dizendo aqui, rebater o que todos estão dizendo, vir para a liça, vir para a luta, vir para o combate! É dever dele de lealdade com o Presidente Lula! Ensaiou uma defesa, está levando um processinho lá. E, em relação a mim, já garanto: pode bater à vontade que não processo ninguém! Ninguém! Ninguém! Ninguém! Ninguém! Com-

promisso assumido: pode fazer o que quiser que reajo exatamente no campo das idéias, sempre que der!

Estou só estranhando. O Ministro Ciro Gomes podia voltar agora e cumprir com o seu dever! Ministro, é dever seu defender o Presidente Lula! V. Ex^a parecia que ia ser o bambambã, e não está sendo. Então não banque aquele que está de olho no afundamento do navio. Cumpra o seu dever de defender o Presidente Lula, que precisa de alguém que o defenda. Está muito sozinho. E o Presidente Lula, por isso, tão sozinho que está, começa também a demonstrar uma certa falha de caráter e começa, então, a entregar PT, entregar todo mundo! Começa a dizer que não conhece ninguém, que não sabe de nada! Está um salve-se quem puder! Eu esperava do bravo Ministro Ciro Gomes a bravura de ir até o fim, com garra!

Então, estamos aqui prontos. E eu, mais do que ninguém, como sempre, às ordens do ilustre personagem da nossa política!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. É por um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador José Jorge, concedo, pela ordem, a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador José Jorge, uma palavra de reparo só. Custa-me crer que o Ministro Ciro Gomes tenha sido tão grosseiro, como estou vendo, com dois próceres do meu Partido, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Governador João Alves, que têm razões de Estado para colocar dúvidas com relação ao projeto de transposição do São Francisco, que eu defendo. Defendo, mas custa-me crer que vá sair. Penso que ele é hoje muito mais uma bandeira política, ou politiqueria e eleitoreira, do que uma verdade.

Agora, penso que, aí sim digo eu, meu querido amigo Ciro Gomes está se perdendo nos excessos e talvez enveredando por um caminho pouco recomendável, até pelo momento, na defesa de uma causa, com agressão a amigos que lhe foram muito caros e que estiveram muito solidários, como eu, quando ele precisou.

Minha solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao meu Governador João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em entrevista parisiense, na frente de um castelo, combinada previa-

mente com Marcos Valério e Delúbio, o Presidente Lula saiu-se com uma verdadeira pérola. “Trabalhar com a verdade é muito melhor. A desgraça da mentira é que você, ao contar a primeira, passa a vida inteira para justificar a mentira que você contou.”

Mas não é isso que se está vendo no Governo Lula. Ao contrário, temos visto um conjunto de mentiras.

Então, Sr. Presidente, eu tive muita dificuldade. Eram tantas as mentiras, que escolhi cinco ou seis para citar aqui, apenas para exemplificarmos que este Governo não fala a verdade.

1^a Mentira: O Presidente José Genoio declarou, publicamente, que o Partido nunca tinha recebido empréstimo avalizado por empresário.

A Verdade: a revista **Veja** desmascara o Presidente, mostrando cópia do aval do Sr. Marcos Valério em um empréstimo para o Partido dos Trabalhadores.

2^a Mentira: O “avalista oficial”, Marcos Valério, negou inicialmente qualquer repasse de recursos para parlamentares ligados ao Governo Federal.

A verdade: Ao ser confrontado com dados do Coaf, mostrando vultosas retiradas de dinheiro vivo de suas empresas, informa, inicialmente, que se destinava à aquisição de gado. Depois, em depoimento na CPMI, informa que os valores eram para pagamento de fornecedores de suas empresas. Agora, atendendo a recomendação de seus advogados, vai à Procuradoria-Geral da República para dizer que os recursos eram para o PT.

3^a Mentira: O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, cúmplice de Marcos Valério, também veio a público com uma versão para justificar os gastos do Partido dos Trabalhadores.

A verdade: Agora reconhece o empréstimo e, mancomunado com Marcos Valério, dá mesma justificativa para o dinheiro do caixa 2 do Partido governista.

4^a mentira: O ex-dirigente do PT do Ceará, José Adalberto Vieira da Silva, foi preso pela Polícia Federal, em Congonhas, carregando R\$200 mil em uma mala e US\$100 mil na cueca. Perguntado sobre a origem do dinheiro, o assessor do Deputado do PT, José Nobre Guimarães, irmão de José Genoio, informou ser fruto da venda de verduras na Ceagesp. Quatrocentos mil reais de verdura, Senador.

A verdade: quando ficou comprovado que ele não era agricultor, declarou que o dinheiro seria de um comerciante e advogado de Aracati, o Sr. João Moura. Agora, diz que pegou o dinheiro de um empresário amigo de São Paulo, que lhe emprestou o dinheiro para abrir uma pousada na cidade litorânea de Aracati, no Ceará.

5ª mentira: O ex-diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, o Sr. Henrique Pizzolato, foi pego recebendo R\$327 mil da empresa de publicidade DNA, de propriedade de Marcos Valério. Inicialmente, o Sr. Henrique Pizzolato negou ter recebido qualquer recurso obscuro. São palavras dele.

A verdade: O contínuo do Banco do Brasil, que retirou o dinheiro do Banco Rural, declarou que entregou pessoalmente o dinheiro para o Sr. Pizzolato, que com ele comprou um apartamento no Rio de Janeiro, no valor de R\$400 mil. Pagou somente o troco, Senador.

6ª mentira: A última mentira pública de membros do Governo é aquela que envolve o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Ao ser confrontado com a informação de que sua esposa, a jornalista Márcia Regina Cunha, teria comparecido à agência do Banco Rural aqui em Brasília, o Deputado informou que a sua mulher teria ido à agência para resolver problemas com a fatura da TV a Cabo. Geralmente, a cobrança é feita diretamente na conta.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A verdade: agora, a CPMI dos Correios já tem a informação de que a esposa do petista ilustre fez, pelo menos, uma retirada em dinheiro, de cerca de R\$50 mil. Parece ser muito dinheiro para uma simples fatura de TV a Cabo, que normalmente custa R\$100,00.

Mas o exemplo vem de cima. O Presidente Lula deu o exemplo quando pediu a um subordinado que omitisse a verdade sob um pretense caso de corrupção do governo anterior.

É hora de dizer toda a verdade. Segundo declarações do Sr. Marcos Valério ao Procurador-Geral da República, o ex-Ministro José Dirceu tinha conhecimento dos empréstimos feitos a pedido do tesoureiro Delúbio Soares. E há algo mais que o Ministro José Dirceu sempre disse: “Nunca fiz nada sem que Lula soubesse.” Se for verdadeira a frase, será inevitável que o Presidente da República soubesse de tudo.

Então, Sr. Presidente, o Presidente Lula e o seu Governo não podem dizer a frase “a mentira tem perna curta” nem podem falar que se deve dizer a verdade, porque, desde o início do caso Waldomiro, esse Governo e todas as suas declarações são cheias de mentira.

Então, para resumir e talvez para concluir esse discurso, posso dizer que o Presidente Lula deveria dizer a verdade, porque, até o momento, Sua Excelência tem sido, talvez, o maior mentiroso do seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, darei a palavra ao Senador Alberto Silva por permuta com o Senador César Borges.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, registrar os meus protestos veementes contra a forma como alguns Parlamentares da Oposição vêm se conduzindo nas suas intervenções neste debate. Considero inaceitável esse tipo de manifestação, especialmente vinda de um Parlamentar por quem tenho imenso respeito e que sempre tratei com toda a deferência, o Senador José Jorge. Não acho que isso ajuda o debate democrático. A Presidência da República, a instituição e sobretudo a figura do Presidente da República merecem a discussão política, o contraditório, a oposição, mas também o respeito institucional que o decoro Parlamentar, eu diria, impõe. Não posso aceitar a escalada de agressões que tenho visto.

Semana passada, ouvimos, por parte do Senador Arthur Virgílio, termos – eu expressei a minha profunda insatisfação com isso – que não fazem jus à biografia e à história dele e ao debate político. Agora, novamente, vejo a Oposição insistir no mesmo caminho.

Sei que o prestígio do Presidente junto ao povo brasileiro – todas as pesquisas demonstram isso – é muito consistente e muito sólido. O povo confia, porque Sua Excelência tem uma longa história de vida, de coerência, de sinceridade, de transparência, de espírito público, de tratamento respeitoso. Por isso, a biografia responde no momento de dificuldade e de crise que o Governo atravessa.

Há vinte dias, vi alguns Senadores pedirem ao Governo que afastasse as pessoas sobre as quais pairasse qualquer tipo de indício ou de suspeição. O Governo fez isso. O Presidente fez isso e vai fazer. Vai fazer para apurar e para investigar seja quem for e em que instância for. Vai fazer, porque esse é o procedimento que o Estado republicano deve ter. O fato de se afastar não significa prejulgamento; o fato de se afastar não significa a condenação precipitada; o fato de se afastar significa a possibilidade de apurar com isenção. É essa a resposta que o Governo precisa dar e está dando. Nós queremos que tudo seja apurado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está anunciando o afastamento do Presidente do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a não pode conceder aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Estou falando como Líder e infelizmente não posso conceder aparte.

Estou protestando contra os termos e a forma desrespeitosa que estou sentido em relação...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a marcasse o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de ter a palavra, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de ter o respeito e a consideração do Plenário para poder expressar a minha intervenção.

Não creio que essa forma, essa adjetivação, esse tipo de atitude contribua para o debate político, sobretudo quando tratamos da figura do Presidente da República. Este mesmo Congresso, com razão, pediu o afastamento de um funcionário da Abin, e manifestei que eram inaceitáveis os termos que ele tinha utilizado quando se referia a Parlamentares da CPI. Era inaceitável para a instituição! Um servidor público não poderia tratar o Congresso com aquelas expressões. Ora, o mesmo vale para o tratamento que deve ser dado à figura do Presidente da República, à instituição da Presidência da República, ao mandato de 53 milhões de votos que o povo brasileiro deu a esse homem que preside o País. O mesmo respeito, a mesma consideração.

E pergunto aos Senadores da Oposição se alguma vez subi à tribuna para tratar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso com expressões como essas que estão sendo usadas. Não que não tenha havido indícios de corrupção, que não houvesse denúncia de corrupção ou que Ministros ou funcionários do Governo anterior não tenham sido afastados, mas jamais utilizamos esse tipo de expressão. Isso não contribui para a vida democrática, não contribui para o respeito institucional, não contribui para a consciência política do nosso povo, não contribui para a credibilidade desses Parlamentares, a quem tenho imenso respeito. Temos debatido com toda a veemência e com todo o empenho, mas vale para esta Casa o respeito no tratamento, o decoro parlamentar, a figura de nobre Senador, de V. Ex^a. O respeito institucional é fundamental na vida de uma sociedade democrática. Por isso, não posso aceitar esse tipo de expressão.

Quero registrar aqui, pela segunda vez, meu veemente protesto. Quero que ele fique registrado nos Anais desta Casa, porque creio que esse tipo de expressão não contribui. Que façam as críticas, que apresentem as denúncias, os argumentos, que façam as críticas às políticas de Governo, que exijam a apu-

ração de qualquer indício de corrupção. Estamos aí com inúmeras CPIs que nunca foram feitas no período recente da história. Temos, inclusive, como vamos tratar todas essas iniciativas, mas que tudo seja passado a limpo pelo Ministério Público, pela Procuradoria da República, pelo Tribunal de Contas da União, pelas CPIs, que tudo seja apurado e investigado. No entanto, o prejulgamento, o ataque, a desqualificação, isso é inaceitável do ponto de vista do respeito político que quero ter com os Parlamentares da Oposição, sobretudo com aqueles a quem respeito tanto e com quem sempre temos debatido de forma franca.

Por isso, eu queria ponderar que buscássemos manter a qualidade do debate, das discussões, do enfrentamento político, ideológico, programático que temos tido nesta Casa e que não insistíssemos nesse caminho, que considero que em nada contribui para a convivência respeitosa que o Parlamento brasileiro deve ter.

Sr. Presidente, para concluir a minha reflexão, quero ainda chamar a atenção para o fato de que, com todas essas investigações, a economia brasileira segue segura, batendo recordes de exportações, recordes de saldo comercial, com o crescimento econômico preservado, a inflação caindo, um ambiente para que as medidas econômicas possam estimular o investimento, o crescimento econômico, a qualidade de vida do povo, a redução da vulnerabilidade externa, a redução das finanças públicas, mas ressalto que a preservação desse ambiente econômico – que, em última instância, interessa a todo cidadão brasileiro – depende também da atitude política que cada um de nós deve ter, investigando sem palanque eleitoral, investigando sem a busca imediata e fácil da manchete do dia seguinte, investigando sem prejulgamento, com equilíbrio e com responsabilidade, mas preservando a economia, preservando as instituições e, sobretudo, preservando o tratamento respeitoso, que é indispensável à convivência democrática.

Esse é o apelo que faço, esse é o registro que não poderia deixar de fazer. E seguramente espero que mantenhamos o ambiente, o clima de discussão e de debate que sempre tivemos nesta Casa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, porque fui citado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Alberto Silva, concederei a palavra, na forma do art. 14, ao Senador José Jorge e ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge, Líder da Minoria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levando em conta as palavras do Senador Aloizio Mercadante, citei seis ou sete mentiras que foram ditas nessas investigações pelos diversos membros do Governo – inclusive, posteriormente, mostrou-se que eram mentiras, que não eram verdades. Então, a minha intenção era dizer que o Governo estava cheio de mentiras, mas evidentemente que, pela boa convivência aqui da Casa, é melhor que usemos com o Presidente Lula uma linguagem mais leve. Na realidade, o que eu disse ao Presidente Lula coloco para o seu Governo, por meio dos seus diversos membros, que não têm falado a verdade e que, a cada dia, inventam uma história diferente. Estamos vendo, inclusive, dois importantes membros do Governo, mesmo sem cargos, o Sr. Delúbio e o Sr. Silvinho, que para virem ao plenário da Comissão tiveram de pedir, antes, ao Supremo Tribunal Federal o direito de não responderem aquilo que lhes fosse perguntado. Então, talvez por conta disso, eu gostaria de retificar o que disse, para considerar um Governo cheio de mentiras. Deixemos o Presidente de lado para melhorar a relação aqui com os companheiros da Base do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado também a V. Ex^a.

Na forma do art. 14, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Em seguida, darei a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Alberto Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder Aloizio Mercadante faz uma análise de tempos passados que contém meias-verdades. S. Ex^a de fato prima pela elegância no trato e teve momentos de efetiva colaboração com o Governo passado, quando se tratou, por exemplo, de juntos lidarmos com uma greve que precisou da intervenção de S. Ex^a para que chegasse ao fim. Mas não tenho dúvidas de que S. Ex^a deve ter se excedido, sim.

Não vou ficar aqui cascavilhando discursos, mas com certeza S. Ex^a não discordou de fatos insultuosos, como, por exemplo, estarmos privatizando serviços esclerosados do Estado brasileiro – e que hoje são serviços brilhantes – com cheques exibidos pelo PT, como se fôssemos nós – os que queríamos as reformas estruturais – vendilhões da Pátria. V. Ex^a se lembra disso, Senador Flávio Arns. Falávamos sobre Telebrás e os cheques eram exibidos como se nós...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... por termos uma visão ideológica do mundo, fôssemos vendilhões da Pátria.

Descobri que minha mãe sofria de Alzheimer. Primeiro, ela teria arteriosclerose; depois, Mal de Parkinson – nunca teve essa doença. Quando soubemos que ela sofria de Alzheimer, fui ao Rio de Janeiro. E fui apupado no aeroporto pela CUT. Quando voltei, fui apupado novamente pela CUT. Depois, houve corredor polonês – o que nunca fizemos – para tentar interferir na votação dos Srs. Deputados. No dia seguinte, encontro um querido amigo meu, o Deputado Jair Meneguelli, do Banco do Brasil. E o Jair me disse: “Arthur, você foi tão duro conosco! Nós gostamos tanto de você! Você dizer o que disse para a gente!”. Eu disse: “Jair, fui apupado na ida, fui apupado na volta, mostraram cheque quando eu falava. Quando eu disse que a atitude de vocês era fascista, ditatorial, desonesta, falei o que, na verdade, me vinha ao coração e ao cérebro. Você age como se a vocês assistisse todo o direito, a vocês, petistas ungidos por Deus para serem postos acima do bem e do mal, e nós outros, mortais míseros, temos que nos conformar com as migalhas da compreensão eventual de uns e de outros”.

Vejo que às vezes o que parece exagero depois não o é. Estou aqui com a interpelação judicial do PT contra o Senador Tasso Jereissati, quando S. Ex^a dizia: “PPP do jeito que está é roubalheira para o Delúbio deitar e rolar”. Parecia, na hora, um achincalhe; hoje ninguém ousaria dizer que o Senador achincalhou quem quer que fosse.

Eu hoje li, Senador Fernando Bezerra, eu li frase de Senadores nossos, como Pedro Simon, de articulistas, como Clóvis Rossi, do jornal inglês **Financial Times**. Eu tive o cuidado, hoje, de ler frases com expressões mais duras do que aquelas que eu usei contra o Presidente Lula e fiz questão de dizer que eu endossava todas, mas não era responsável por nenhuma.

Em outras palavras, se o Presidente Lula quer se credenciar ao respeito com que começou a lidar com esta Casa, Sua Excelência, primeiro, deve se dar ao respeito e respeitar esta Casa.

Aquela cena bufa do sofá nos jardins de França, em frente a um castelo, corroborando a versão de Delúbio e de Silvío, aquela cena não credencia o Presidente ao nosso respeito, e as línguas vão ficando mais destravadas. Nós pedimos do Presidente a verdade, nós pedimos do Presidente que acerte por vias não travessas.

Por exemplo, Sr. Presidente, sou obrigado a dizer que a melhor escolha – e o que vou dizer vai deixar pasma a Casa, vai surpreender à Imprensa –, a melhor escolha nesta reforma ministerial do Presidente

Lula, o que me parece, Senador César Borges, um gol de placa, porque vai dar certo, é precisamente aquele que, indicado ou, não aquele que representará o PP, o Partido Progressista, a figura íntegra, competente, preparada do diplomata, empresário e executivo público Márcio Fortes.

Por incrível que pareça, uma reforma pífia, uma reforma que não veio para reformar, uma reforma que não escalou nenhum Maradona escala, de repente, um jogador de primeiro nível, que vai fazer um belo trabalho no Ministério das Cidades, como faria no Ministério da Previdência, como faria no Ministério do Desenvolvimento.

Não estou aqui para ver apenas defeitos. Há uma crise e essa crise exaspera o País. Há meses que a crise se arrasta e há meses – daqui para frente, vou tomar muito cuidado com minhas palavras – que, de inverdade em inverdade, de inveracidade em inveracidade, de aleivosia em aleivosia, de inexatidão ...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... aqueles que são como eu era diriam de mentira em mentira e eu digo que de falácia em falácia, os outros diriam que isto é que está afundando a credibilidade do Presidente.

Sua Excelência precisa recuperar toda a majestade da Presidência da República, e isto se faz com a apuração do que está acontecendo de equivocados, do que está acontecendo de desonesto. Não se faz isto fingindo que não se conhece o dirigente do PT. Não se faz isto jogando companheiros na água. Não se faz isto fingindo que não tem nada a ver com uma situação da qual só ele se beneficiou, até porque, se houve “mensalão”, foi para, supostamente, arranjar votos para garantir a governabilidade a ele, Presidente Lula. Então, um pouco de coragem, um pouco de generosidade em relação aos seus companheiros, um pouco de solidariedade não lhe farão mal, até por que ele acaba perdendo os seus companheiros e não ganhando a solidariedade efetiva da Nação.

Portanto, estou muito disposto a ouvir Sua Excelência dar sinais positivos para a Nação.

Foi a primeira vez que eu vi sofá no jardim. Eu nunca vi sofá em jardim. Aquilo é grotesco, aquilo foi pífilo. Na primeira vez em que vi sofá em jardim, o Presidente faz uma aparição que não honra o múnus presidencial. Não honrou. Aí, depois, ele quer o quê? Vejo o Delúbio Soares dizendo uma coisa que combinou com o Valério e o Presidente Lula falando algo parecido com aquilo que o Delúbio combinou com o Valério, e ele quer que eu saia daqui e diga que Sua Excelência se portou como estadista? Não posso. Não

posso dizer que foi nem um estadista de sofá naquele momento. Não posso dizer que foi o estadista do castelo, não posso dizer que foi o estadista do jardim. Não posso. Eu posso dizer é que Sua Excelência está devendo à Nação as explicações cabais que a Nação está a lhe exigir.

De minha parte, Senador Aloizio Mercadante, como prova de boa vontade em relação a V. Ex^a, devo registrar o fato positivo: brilhante e correta a nomeação, por mais irônico que pareça, do Dr. Márcio Fortes para Ministro das Cidades. Finalmente um acerto. E como este Governo erra tanto e enviesa tanto, é precisamente pelo PT, que despertava tanta desconfiança em todos os setores da imprensa e da sociedade, que sai a melhor nomeação desta leva da pífia reforma ministerial, aquela que eles chamam de reforma ministerial, do Presidente Lula.

Desejo ao Dr. Márcio Fortes todo êxito, toda vitória, porque sei que, na sua carreira vitoriosa e honrada, ele saberá, mais uma vez, obter os êxitos a que faz jus.

Aliás – não é ironia –, o Dr. Márcio Fortes serviu com muito brilhantismo ao Governo passado. É dali que o conheço, é dali que conheço a sua competência, a sua capacidade de produzir, a sua capacidade de gerenciar bem e com honradez a coisa pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, para ser justo, eu não poderia conceder a palavra, na forma do art. 14, ao nobre Líder Arthur Virgílio e não conceder a V. Ex^a. Mas tenho que contar, novamente, com a aquiescência e com a bondade do Senador Alberto Silva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou ser muito breve.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, nestas horas, teríamos que criar um “artigo 42” – ou seja, 14 vezes 3 –, porque penso que S. Ex^a tem o direito de falar. Penso que é justo que fale, assim como o Senador Alberto Silva, e devemos estender a sessão. Não devemos ter hora, estendendo a sessão. Devemos fazer a sessão sem hora para acabar, porque temos de dar vazão a tudo que é debate, uns dando respostas a acusações, outros tendo eco para fazer as suas acusações. Um Senador brilhante como o Senador Alberto Silva tem mesmo que ter oportunidade para fazer o discurso sensato, o discurso inteligente, que faz parte do seu Parlamento. Pensei

que eu estava falando pelo direito de réplica e que S. Ex^a iria à tréplica, mas já vi que estamos no “art. 56”. De qualquer maneira, acredito que S. Ex^a merece falar, sim, merece falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria lembrar a V. Ex^a que tenho a impressão de que, pelo Regimento, pode-se falar apenas duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem razão, pelo Regimento, pode-se falar apenas duas vezes. Mas, quando cheguei à Mesa, já tínhamos concretizado um precedente, pois o nobre Líder, meu querido amigo Senador Arthur Virgílio, já havia falado pela terceira vez. Precedente é precedente; não há como conceder a palavra a um Líder sem conceder a outro. Senador Antonio Carlos, talvez este seja o momento de refazermos essa regra do próprio Regimento para que possamos ter produtividade e eficácia no debate.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou de acordo com o que V. Ex^a decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na forma do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar, mais uma vez, o meu apreço pela atitude dos dois Senadores, em particular do Senador José Jorge, por não ter insistido nesse caminho que somente prejudica a credibilidade do Senado e a qualidade do debate. Creio que foi muito positiva a atitude do Líder José Jorge.

Mas responderei, no mérito, a algumas colocações do Senador Arthur Virgílio, agora num novo patamar. É verdade que sempre o Governo está sujeito a situações de manifestações sociais, de vaias e, muitas vezes, inclusive, de atitudes por parte de uma militância radicalizada, em alguns momentos mais sensíveis, que não ajudam na vida pública.

Vi, em muitas votações, que a forma de condução de alguns manifestantes não pode ser apoiada, não pode ser aceita, e temos que debater como superar, na democracia, o direito de participação do cidadão sem agressão e com respeito à imunidade do voto, que é um princípio fundamental.

Aconteceu no Governo passado, e já aconteceu neste. Em algumas votações aqui, a forma de pressão, de agressão, no aeroporto, com faixas, na reforma da Previdência e em outros momentos, foi muito semelhante com o que ocorreu no passado, e nem uma coisa nem outra se justificam.

Recentemente, nesse “tratoração”, por exemplo, houve agressões a motoristas da Casa, simplesmente pelo fato de estarem dirigindo carros do Senado Federal. São coisas inaceitáveis! Agora, não podemos criar a jurisprudência do rebaixamento. Logo, se alguém fez, vamos retomar esse caminho. Não! Nós temos é que criticar o que foi feito, criticar o que pode ser feito e construir um padrão civilizado e respeitoso de debate democrático sem limite: ir a fundo, criticar, propor, argüir, questionar, mas respeitar, respeitar a instituição, respeitar o mandato popular, porque, se não mantivermos esse valor fundamental da democracia, prestaremos um desserviço à sociedade brasileira, ao debate, ao Estado de Direito.

Queria também reagir ao Líder quando diz o seguinte: “O Presidente não está sendo solidário com seus companheiros”. Olha, conheço poucos homens públicos tão solidários em relação aos companheiros como o Presidente Lula. Conheço poucos homens públicos que sustentam a posição e o companheiro nas horas mais difíceis e adversas como o Presidente Lula.

Agora, estou com Juscelino Kubitschek: o homem público não pode ter compromisso com o erro. Se algum companheiro errou, isso tem de ser identificado, com generosidade, com solidariedade, mas o erro tem de ser apontado e corrigido. Se se desrespeitou a lei, a lei tem de punir, mesmo os companheiros.

O Presidente não vai tergiversar sobre isso. Ele já disse: “Cortarei na própria carne, se for necessário. Quero apuração de tudo”. E o que ele menciona em relação às campanhas eleitorais é uma grande questão da democracia brasileira – e V. Ex^a é testemunha disso.

É uma grande questão: não podemos continuar com esse padrão de financiamento de campanha. Isso não quer dizer que não se tenha de apurar o que está aí. Que se apure tudo! Mas temos um problema de financiamento de campanha que não é exclusivo da sociedade brasileira nem da nossa democracia, é um tema que perpassa hoje as democracias mais avançadas e consolidadas e para o qual não temos uma resposta definitiva que possa superar esse tipo de problema, que é recorrente na democracia.

Mencionei outro dia que estamos caminhando na linha do financiamento público exclusivo. A Alemanha tem financiamento público exclusivo. Helmut Kohl foi

Primeiro-Ministro por 12 anos, unificou a Alemanha, era uma liderança incontestada, um grande estadista na história alemã. Caiu do governo exatamente porque tinha recebido recursos de campanha que não poderia ter recebido. A cultura alemã é bastante rígida, as instituições são muito sólidas. Pergunto se isso, que não tem eficácia na Alemanha, será exitoso no Brasil. Tenho dúvida. Acho que não deveríamos insistir nesse caminho.

A experiência mais consolidada e o melhor caminho para o Brasil é a americana, depois de 200 anos de democracia. Lá a contribuição de campanha é assumida, é transparente, é valorizada. O contribuinte de campanha, o candidato a presidente da república faz jantares, e o eleitor julga se o *lobby*, por exemplo, de armas, que está financiando a campanha Bush, tem compromisso com a defesa nacional – infelizmente, com uma política belicista –, se isso prejudica ou não o voto.

É isso que temos que acompanhar, porque o homem público tem um duplo vínculo: o vínculo do voto, que é o transparente, o único que muitos assumem como vínculo, e o vínculo do financiamento de campanha. Existe esse duplo vínculo.

Repito aqui uma experiência que, para mim, é exemplar, que é a da medicina hoje. Em qualquer congresso médico, por exemplo, de oncologia, o médico, quando vai apresentar o trabalho, quando vai apresentar uma nova droga, tem que colocar embaixo o conflito de interesses: qual o laboratório que financiou a pesquisa, quais os laboratórios que o remuneraram, para que cada médico possa avaliar se aquela droga que está sendo apresentada é produto da pesquisa médica ou se é influência de um *lobby* de uma indústria farmacêutica. Essa decisão que o médico toma, porque sabe que o que está em jogo é a sua clientela, é a vida do seu paciente, é a decisão que cada eleitor tem que tomar.

Temos que explicitar o financiamento de campanha. Temos de parar, neste Senado e nesta Casa, de criminalizar quem apoiou a campanha de quem quer que seja, porque, se caminhar nessa direção, vamos continuar aprofundando o problema, pois empresários sérios do País não querem apoiar ou não querem aparecer financiando campanha para não verem suas empresas e seus nomes expressos em momentos como este que estamos vivendo. Temos que discriminalizar, dar transparência a isso.

É assim, nesta sociedade capitalista, que funciona o processo democrático. É o eleitor que tem que fazer o julgamento se aquilo incide ou não no mandato. Quando incidir, a imprensa, que é financiada pelas mesmas empresas que financiam os homens públi-

cos – as mesmas empresas que estão nas revistas, nos jornais, nas televisões, são as que financiam os mandatos –, poderá, evidentemente, criticar quando alguém tiver tomado uma decisão em função do financiamento que teve.

Isso é democrático, é legítimo, desde que se respeite a lei. A crítica é oportuna, necessária e indispensável. Por isso, temos que dar um salto de qualidade para aprimorar o processo democrático no Brasil.

O homem público, como dizia Juscelino Kubitschek, não deve ter compromisso com o erro. Portanto, quem errou no Governo tem que pagar. Quem errou no Partido terá que pagar. Nós temos estatuto, regimento, código de ética. Temos que dar amplo direito de defesa, discutir, saber o que aconteceu. Eu, pelo menos, não fui informado, como boa parte dos dirigentes do Partido não o foram. A direção nacional nunca discutiu esses apoios de campanha, nem esses empréstimos. Jamais ouvi falar em Marcos Valério até que esta crise se iniciasse. Tudo isso tem que ser apurado, tem que ser transparente, e as pessoas têm que se defender. Mas o Partido terá que tomar decisões, e o País, seguramente, as tomará. Mas não basta. Precisamos fazer a reforma política e colocá-la junto com o financiamento de campanha como grande conquista desse período difícil da democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou perplexo ao assomar a esta tribuna, perplexo porque se não falar no que está acontecendo... Tenho falado em biodiesel, tenho falado nas possibilidades de alimentação do povo, mas, se não entrar na discussão do que preocupa este País, eu me consideraria omissos e não quero ser omissos, não vou ser omissos.

Tenho observado que, claro, está havendo realmente algo que nunca aconteceu no País. De todos os lados, surgem denúncias de toda natureza, e as comissões de investigação, todas instaladas, com seus membros trabalhando até altas horas da noite, recebem um volume enorme de documentos. Mas sou engenheiro, não sou advogado, não entendo muito como deve ser conduzida uma inquirição numa comissão de inquérito. Se eu fosse advogado, eu diria que ali há um engano. Todos os membros que constituem a Comissão começam a fazer perguntas às pessoas que estão sendo investigadas, e as pessoas simplesmente respondem ou não respondem. Surgem o tempo inteiro perguntas que parecem quase inócuas.

Se eu fosse advogado, eu aconselharia os membros da Comissão a fazer uma coisa muito mais importante, que aliás já estão fazendo. Procurem ter em mão as provas e, na hora em que alguém estiver mentindo, como estamos ouvindo – a imprensa toda cuida disso, e todo mundo diz, neste Plenário, quem falou, quem não falou, quem disse, quem não disse –, façam uma acareação entre aqueles que estão mentindo. Suponho que um advogado recomendaria isso. Façam uma acareação entre eles com documentos na mão, para apressar a solução, porque o povo está esperando o resultado.

Existem quatro comissões. Elas chegarão ao fim? Perguntando daquela maneira, como estamos assistindo, não chegarão a nenhum lugar, suponho eu, com a experiência de engenheiro, em primeiro lugar, com o desconhecimento em leis, porque não sou advogado. Mas, se fosse, eu proporia documentos na mão e uma acareação entre os que estão mentindo. Aí, creio que se chegaria mais depressa ao resultado que o povo está esperando.

Essa é a minha intervenção a respeito do drama que está ocorrendo neste País, e não poderia ficar omissivo, porque fui Governador duas vezes, Prefeito duas vezes, Deputado Federal, segundo mandato como Senador. Assistindo a tudo o que ocorreu neste País, eu não poderia ficar indiferente ao que se discute. O meu desejo é que se apure rapidamente e que não se estiquem essas comissões por seis meses, porque o País não pode parar.

Agora, paro de falar sobre o que estou falando, sobre o que todos estão querendo que aconteça, um resultado, e volto...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu pediria, meu caro, que seja bem rápido, porque o meu tempo já está reduzido. Eu estava em uma lista...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas vai ser uma grande colaboração. Eu o assisto desde 1948. V. Ex^a enfrentou muitas fases políticas: na democracia, na ditadura, suicídio do Vargas. Na ditadura do regime militar, foi uma bênção para o Piauí. V. Ex^a como Governador do Estado e em outros cargos federais. Permita-me. Todo o País, eu mesmo vi e senti, pois estava no Piauí, entusiasmado com as suas idéias. No biodiesel, V. Ex^a foi um ícone e agora na alimentação de soja. V. Ex^a é – e aí foi um acerto do Presidente Lula – conselheiro da República. V. Ex^a, que talvez seja o mais experiente, o que tem uma vida pública maior, reúna e aconselhe o Presidente da República. Senador Alberto Silva, vim do Piauí e vi o povo da nossa Parnaíba. Os aposentados me disseram: “Senador Mão Santa, está chegando a

hora dos verdinhos”. Estão desejando os verdinhos, que são os militares. V. Ex^a, como conselheiro da República, talvez o mais experiente, deve reunir e mostrar o quadro que atravessamos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador. Eu ia falando isso. Como já entrei e dei a minha opinião sobre como as Comissões devem fazer, volto ao meu Partido. Afinal, o PMDB tomou uma posição clara, definitiva, de apoio ao Governo do Presidente Lula, antes de acontecer tudo isso. Mas, durante o período em que aconteceu, o meu Partido não recuou no apoio ao que nós chamamos de governabilidade. Vinte Senadores e pouco mais de cinqüenta Deputados do meu Partido assinaram o apoio ao Presidente, ao Governo do Presidente, à governabilidade. Agora o Partido indicou e o Presidente nomeou três Ministros que, na minha opinião e de todos, são sérios, competentes, capazes, assumem as suas Pastas e, naturalmente, vão partir, daqui para frente, propondo soluções do nosso Partido, do nosso programa para o desenvolvimento do País. Isso é o que esperamos e é o que vai acontecer.

Entretanto, durante tudo isso que está ocorrendo, eu me reporto, por exemplo, ao fato de que houve algo no Brasil como aconteceu lá em Londres: explodiram não sei quantos carros do metrô, morreram dezenas de pessoas e, no entanto, o Governo inglês se manteve calmo, a população esperando o resultado das pesquisas para saber quem explodiu, mas o País não deixou de trabalhar. Isso é um exemplo fantástico para o mundo.

Então, agora, por que é que eu falei em biodiesel, por que eu falei em fome? Porque o Brasil que está nos ouvindo através dessas emissoras espera duas coisas: que se apure quem são os responsáveis e os punam. A Comissão tem esse dever. Deve acelerar para não esticar isso com aquelas perguntas que não levam a nenhum lugar. Repito, se eu fosse advogado, arranjaria os documentos e faria a acareação entre os que estão mentindo. Aí saberíamos já a verdade. Seria muito mais rápido.

Mas voltemos ao povo. O povo brasileiro ouviu falar que a economia vai bem e que os números apresentados pelo Ministro Palocci são os melhores – já ultrapassamos a casa dos R\$100 bilhões. Mas o nosso Senador Pedro Simon, com a sua experiência vivida, já tendo passado, também como eu, por duas ou três vezes por esta Casa, disse que 50 milhões de brasileiros estão vivendo abaixo da linha de pobreza. Então, é miséria!

Por isso, ontem eu trouxe aqui seis bifés de soja, um litro de leite de soja e mais a farinha de soja. Disse que nós podemos alimentar, por exemplo, as crianças

de zero a seis anos, que, pela legislação brasileira, estão fora do contexto da educação. E sabem por quê? Porque aqui as crianças só têm merenda quando completam sete anos e entram na rede escolar. E os meninos de zero a seis anos? Eles não têm merenda nem escola. E nós vamos fazer o quê?

Por isso, ontem, eu pensei: se exportamos 40 milhões de toneladas de soja em grãos – creio que os países que estão importando essa soja não vão transformá-la em alimento para frangos, ou seja, para o consumo animal ou para o leite ou a carne. Seguramente, dois terços desse produto importado vai alimentar as famílias dos povos que compram a nossa soja. Tenho certeza disto: que a soja talvez seja o alimento mais rico produzido na natureza. Salvou dezenas e centenas de civilizações ao longo da história. E nós, o maior produtor de soja do mundo hoje, exportamos a nossa soja. Por que não ficar com um milhão de toneladas aqui?

E, como o tempo é curto e a campanha já tocou, deixo para outro dia. Mas, ontem mostrei que, se eu tiver um quilo de soja, tenho oito litros de leite. E o leite de soja vale muito mais do que o leite de vaca.

Termino, Sr^a Presidente, como fiquei na fila, atendendo a todo mundo, pediria que me desse alguns minutos só para concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Estão concedidos, pela sua espera, Senador Alberto Silva, mais cinco minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Fico grato a isso, seguramente. Mas, queria apenas fazer essa comparação. Vejam bem, o Ministro Patrus Ananias, se não me engano, declarou que já conseguiu colocar o Programa Bolsa Família para 10 milhões de famílias brasileiras. Na verdade, é um auxílio, é um dinheiro que se dá para ajudar a família que está desempregada. E, quem sabe, com esse dinheiro, ela talvez não compre o alimento das crianças, de zero a seis anos, tenho certeza disso, porque o leite é caro, custa entre R\$1,50 e R\$1,60. A carne não é barata, o feijão, ainda, ainda, mas, uma família que não tem emprego dificilmente sobrevive. Quando falei na soja, é porque a soja é barata. Um quilo de soja dá oito litros de leite e sobram seiscentos gramas que dão seis bifês de carne de soja de cem gramas. Se uma pessoa adulta ou pequena comer um bife de soja de cem gramas por dia e beber um copo de leite de soja, estará alimentada tanto quanto se comesse feijão, arroz ou muito mais. O que eu propus é que se faça isso para o Brasil todo.

E ainda disse mais. Vou concluir com esses números. Como a TV Senado transmite para o Brasil inteiro, e até para o mundo, vou citar um número aqui. Um milhão de toneladas de soja transformada em bife

de soja e leite de soja alimenta cinqüenta milhões de famílias brasileiras. E as crianças de zero a seis anos não ficarão sem o café da manhã. E os meninos de sete anos, das famílias carentes, que saem de casa, a primeira refeição delas, por incrível que pareça, é a merenda escolar. Eles saem em jejum de casa. Isso nós não podemos aceitar.

E, em nome do meu Partido e como programa dele, eu lanço o Leite de Soja para Todos, como o Senador José Sarney fez o Programa do Leite para Todos. Podemos conseguir? Podemos. Vou atrás dos Ministérios adequados e farei uma proposta. Depois, trago à consideração dos meus Pares.

Enquanto se julgam os culpados naquelas Comissões, não paremos o País. E, com relação ao Presidente, a recomendação do nosso companheiro Mão Santa, tudo bem. Mas, o Conselho da República se reúne quando convocado pelo Presidente. Então, se ainda não fomos convocados, apenas diria: o meu Partido confia no Governo do Presidente, e temos a obrigação de apresentar propostas válidas. Eu tenho três: a primeira é o reparo das estradas, sobre o qual estou com um documento pronto, que farei chegar ao Palácio, ao Presidente Lula, em meu nome e no do meu Partido; a segunda, um programa do biodiesel que atende ao plantador de mamona, o que significa dar emprego no campo; a terceira, o leite a partir da soja, ou seja, comida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, fui prefeitinho; não fui prefeito, como V. Ex^a, melhor do que eu, foi da minha cidade, mas fiz um serviço social, um programa com esse leite de soja, que tem um sabor ruim. V. Ex^a deve lembrar-se de João Batista Figueiredo. Naquela época nós o fazíamos com banana, com bananada. Vi uma criança, um rapazinho tomar nove copos de bananada com leite de soja.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu respondo, Senador Mão Santa. A tecnologia de hoje não é aquela do tempo do Presidente Figueiredo. O leite de soja que eu trouxe ontem fiz em casa. Eu tenho a tecnologia, a indústria brasileira a tem. O leite de soja é tão bom quanto qualquer outro produto, quanto qualquer suco que se vende no supermercado. Ontem eu o trouxe aqui. É um leite que não tem um sabor ruim e que leva um choque térmico; o restante da tecnologia não ensino aqui, porque muita gente já sabe. Oportunamente, direi como se faz leite de soja, melhor do qualquer outro suco e muito mais nutritivo.

Agradeço a tolerância da Presidente e deixo no ar três programas: o reparo das estradas, imediatamente; o programa do biodiesel, dando trabalho no campo; e a proposta “leite para todos”. Como fez Sarney com o

leite de gado, faremos com o leite de soja, já que somos o maior produtor de soja do mundo.

Não exportemos somente grãos; façamos com que a soja fique aqui e alimente os 50 milhões que vivem abaixo da zona de pobreza.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, não vou tomar o tempo da Senadora Ana Júlia. Falarei pela ordem, apenas para registrar a visita ao Senado Federal da Delegação da Nigéria, do Estado de Jigawa.

Estão presentes inúmeros Parlamentares Estaduais do Estado de Jigawa: Sr. Adamu Abubakar Maje, Sr. Ibrahim Manzo, Sr. Muhammad Kiri Shuaibu, Sr. Ado Sani Kiri, Sr. Lawan Yunusa Danzomo, Sr. Zulqiflu Abdu, Sr. Abdulkadir Abubakar Maje, Sr. Mukhtar Muhammad Birniwa, Sr. Ali Muhammad Magashi, Sr. Isa Alkasim Karkarna, Sr. Suleiman Ibrahim Marke, Sr. Adamu Ibrahim Babura, Sr. Ibrahim Hassan Kwazo, Sr. Sale Usman Tsuru, Sr. Adamu Ahmed, Sr. Adamu Ibrahim Gira, Sr. Ahmed M. Garba, Sr. Babandi Ibrahim Gumel e Sr. Sabo Wada Ringim, que estão acompanhados da Sr^a Ariádne, do Ibama, e de outras pessoas do Itamaraty.

Queremos dar as boas-vindas. S. Ex^{as} estão por duas semanas visitando o Brasil, examinando sobretudo este Estado produtor de bens agrícolas, conhecendo o desenvolvimento da agricultura brasileira. E, nesta Casa, conversarão com o Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passar a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Alberto Silva, gostaria de dar as boas-vindas a todos que o Senador Suplicy acaba de mencionar.

Sejam todos muito bem-vindos ao nosso País, ao plenário do Senado da República. Que a estada de V. Ex^{as} realmente seja inesquecível no nosso Brasil.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Alberto Silva, por dez minutos, acrescidos de mais cinco.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concederei a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, logo após a fala do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem relata o jornal **Folha de S. Paulo** que, no seu Estado natal, na capital do Estado do Ceará, o Ministro Ciro Gomes, no meio de muitas vaias, participou da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E lá teve a ousadia de defender o malfadado projeto da transposição do rio São Francisco, cujo nome até mudaram: agora dizem que não é transposição do rio São Francisco, mas integração de bacias hidrográficas.

Podem mudar o nome, mas sempre será um malfadado projeto, que visa a desperdiçar recursos públicos da maior importância. Querem gastar 4,5 bilhões em 24 meses. Não há dinheiro para a recuperação das estradas, para a educação, para a saúde; o Governo não faz a infra-estrutura que o País precisa para as suas exportações, mas quer gastar 4,5 bilhões em uma obra que não une, mas divide o País e até mesmo o Nordeste. Esse projeto traz uma divisão artificial entre o Nordeste setentrional e o restante do Nordeste.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permito o aparte com muita satisfação, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a e eu até apoiamos Ciro Gomes para Presidente, mas ele se perdeu naquela ocasião pela língua. Toda frase que dizia, perdia milhares e milhares de votos. Não se emendou. Continua com a língua solta, dizendo bobagens e defendendo uma obra que, realmente, só é boa para os empreiteiros. Entretanto, agora, a zanga dele não é comigo, não é com João Alves, pouco tem a ver com o São Francisco. Talvez tenha a ver com Severino Cavalcanti, porque ele estava convencido de que seria Ministro de duas Pastas: Integração Nacional e Cidades. Também pensou em ser Ministro da Saúde, porque achava que o Serra se projetou muito com esse Ministério. O Lula não confiou nele, ou, então, achou que ele o estava defendendo demais. E, realmente, está demais. É inacreditável como ele ficou lulista e nunca foi. Ele o combateu na campanha violentamente. Se pegarem as frases dele sobre o Lula, ele ficará

muito escabreado. Se ele insistir, vou dizer da tribuna o que ele pensava sobre o Presidente que ele hoje vive – não quero dizer subserviente – agradando. É o que faz *Ciro Gomes* ao Presidente da República. Deixem-no ficar zangado. Quanto mais ele falar, melhor para nós, brasileiros, que não vamos assistir a essa despesa imensa do País numa obra ineficaz.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço seu aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a aborda muito bem a questão. Causa espécie a posição do político *Ciro Gomes*, ex-Governador de um Estado importante como o Ceará. É claro que ele foi Governador, porque houve o apoio nosso e do verdadeiro líder do Ceará, Senador Tasso Jereissati, senão não o teria sido.

Mesmo assim ele me parece um homem que não está fazendo jus à sua carreira política, como Governador de um Estado nordestino e como candidato à Presidência da República. Votamos nele, mas ele se perdeu pela sua própria verve. Dizem que peixe morre pela boca. Foi o caso do candidato *Ciro Gomes*, que se destruiu, falou contra as mulheres, revelando um preconceito.

Hoje ele mostra ser nada mais do que um carreirista, um homem que tem apego ao cargo. Ele tem apego ao Ministério, onde está seguro; não quer deixá-lo, mesmo que lá faça uma administração extremamente inoperante. É Ministro da Integração Nacional, e o que fez nesse Ministério a favor do Nordeste brasileiro, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Fez apenas – permita-me V. Ex^a outra vez – agredir o Vereador Tanuri, de Juazeiro,...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – José Carlos Tanuri.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...quando o interpelou sobre o problema do São Francisco. Ele veio com o seu estilo agressivo de querer meter medo – esse é o mal dele, do tal valente treme-treme –, evidentemente, querendo intimidar o pobre do Vereador, mas ouviu o que devia, na cidade de Juazeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, Senador. E ele se agarra a esse cargo, não faz absolutamente nada, realiza uma péssima gestão à frente do Ministério da Integração Nacional e, agora, abraça-se com unhas e dentes a esse tal malfadado projeto da transposição, que quer chamar de integração de bacias.

Esse é um projeto que o País não pode, efetivamente, ver sequer o seu início, porque, vendo o início, não verá a conclusão; será mais uma obra inacabada, em que milhões de reais – R\$4,5 bilhões – serão dila-

pidados pelo Governo Federal. Para quê? Para trazer grandes empresas construtoras a participarem de um conluio para tentar fazer caixa de campanha para a reeleição do Presidente Lula. Se até agora as empreiteiras não estão no escândalo é porque não há obras. A grande obra do Governo é a publicidade, é o *marketing*. É aí que está a grande fonte de arrecadação dos recursos, são os Marcos Valérios da vida, e estão aí demonstrados. Mas o Governo não está satisfeito só com essa fonte, que é nova.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois, não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não quero interromper o belo discurso de V. Ex^a. Estou interrompendo demais, mas vou fazê-lo pela última vez. Ele provavelmente vai dar vitória a firmas que ninguém conhece. Essas, então, passarão, depois, às conhecidas. O jogo vai ser esse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a já denuncia à Nação a estratégia que se antevê para essa obra.

O Ministro *Ciro Gomes* deveria ter mais consciência com sua carreira política e não se abraçar a esse Ministério, a essa obra. Vi, no passado, também o próprio Governo Fernando Henrique dizer que essa era uma obra de decisão do Governo e que seria realizada de qualquer jeito. O maior defensor dessa obra – que não está presente, mas que merece a minha consideração, e nós tivemos embates duros – é o Senador Fernando Bezerra, que defende a transposição. Quando não tinha argumentos a favor da obra, S. Ex^a dizia: “É uma decisão de Governo, e acabou-se”. É como se trata hoje a obra. O Ministro *Ciro Gomes* não é democrático, não discute o assunto e diz: “Vamos fazer a transposição de qualquer forma”.

A transposição não aconteceu porque não podia acontecer. Não era uma obra viável no Governo Fernando Henrique. Agora, o Governo do PT – que, na verdade, é o terceiro mandato do Presidente Fernando Henrique, já que não há criatividade econômica – adota as mesmas medidas liberais e neoliberais que vinham no setor econômico e, também, na área da infra-estrutura, está abraçando um projeto que não é o dele. O Presidente Lula, na sua campanha, disse que esse era um projeto inviável, um projeto para dar dinheiro a grandes empreiteiras e que não poderia ser feito. Agora, passa a ser o projeto prioritário do Governo do Presidente Lula. Quem vai à frente? O Ministro *Ciro Gomes*.

O Ministro *Ciro Gomes* tem uma experiência, na sua vida administrativa, para a qual deveria olhar com

mais cuidado: o Canal do Trabalhador, que S. Ex^a fez como uma obra emergencial. Naquela época, foi necessária porque Fortaleza poderia passar pela falta de suprimento de água potável, mas tudo por ausência de planejamento. Se tivesse sido feito o que defendemos – a perenização dos rios por meio de barragens sucessivas –, àquela época, não seria necessária a construção do tal Canal do Trabalhador, que custou US\$48 milhões, para um canal do rio Jaguaribe até próximo à cidade de Fortaleza, para levar água até o açude de Pacajus, que fica a cinquenta quilômetros de Fortaleza. Depois, mostrou-se uma obra totalmente mal executada e mal planejada que hoje está em desuso. Foram recursos públicos jogados fora. O Canal do Trabalhador hoje somente funciona quando se pega água através de Pacajus e joga-se nele. Os sifões foram destruídos, porque a obra foi mal executada, pois ela foi feita de forma emergencial.

Então, o Ministro Ciro Gomes deveria olhar exatamente para esse exemplo do seu Governo, quando S. Ex^a era Governador. Foi um exemplo mal sucedido. Essa obra, inclusive, foi feita com dispensa de licitação na época.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que se antevê, Senador Mão Santa, é que o projeto da transposição, como está concebido, será a reedição de algo como o Canal do Trabalhador: não vai funcionar.

Há, com certeza – aí, sem sombra de dúvida –, um interesse muito grande, porque não há democracia na discussão desse projeto. O Governo quer executá-lo de qualquer maneira, por cima de pau e pedra. O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que gerencia as águas da bacia do rio, é contra esse projeto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a, por ser meu conterrâneo, vai-me conceder tolerância para que eu possa ser aparteado pelo eminente Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador César Borges, além de engenheiro, tem a experiência de extraordinário Governador da Bahia. Tive a oportunidade de conhecer em Denver, nos Estados Unidos, a transposição do rio Colorado; foram cem anos de planejamento para concluí-la. Então, o País, nestas condições de miséria, não pode, de chofre, sair para um projeto desses, pois o Nordeste está cada vez mais empobrecido. Há outras ações prioritárias.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Isso é um elefante branco; é apenas para dizer que o Governo vai fazer algo pelo Nordeste.

Lembremos o que o Governo prometeu.

Duplicação da BR-101. Pergunto aos senhores em que estágio se encontra a obra da duplicação da BR-101 entre Fortaleza e Aracaju? Simplesmente não saiu do papel.

O Gasene, gasoduto que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste: também não saiu do papel.

As PPPs ligadas ao Nordeste, onde estão? Também ainda no planejamento, no papel. Nada se vê de efetivo feito para o Nordeste.

Quanto à recriação da Sudene, estamos tentando aprovar o projeto, porque até a urgência constitucional foi retirada. Ou seja, o Nordeste brasileiro não tem estado nas prioridades deste atual Governo. Mas querem fazer a tal transposição de qualquer jeito, para se transformar em um elefante branco, para gastar os escassos recursos da Nação, do Erário, para dizer que atenderam ao Nordeste, quando o próprio Ministro Ciro Gomes reconhece que não vai resolver problema de seca no Nordeste.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, solidarizo-me com V. Ex^a, com o Senador Antonio Carlos, com Senador João Alves. Somos de Pernambuco, mas também achamos...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – ... que esse projeto da transposição do São Francisco está sendo feito de forma bastante açodada, de maneira tal que temos mesmo que protestar. E, aproveitando que o Senador Rodolpho Tourinho está na Presidência, gostaria de comparar esse projeto com a questão do Gasene, que agora teve a sua construção suspensa pelo Governo Federal. Trata-se de um projeto muito mais importante para o Nordeste do que a transposição, com uma grande vantagem: enquanto a transposição beneficia apenas três Estados, basicamente Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – e o Ceará é um dos Estados que mais têm água no Nordeste –, o Gasene beneficia todos os Estados do Nordeste, inclusive a Bahia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Até o Maranhão.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Até o Maranhão. E, na verdade, o Gasene é um projeto bem mais barato, custa praticamente metade do preço dessa primeira etapa da transposição...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Era um bilhão e cem milhões; agora estão falando em dois bilhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Já passou para um bilhão e meio. Quer dizer, um terço dessa futura obra inacabada, que é a transposição do São Francisco. E o Gasene é de uma empresa como a Petrobras, que tem recursos. Mas o Governo suspende o Gasene e, ao mesmo tempo, constrói, tenta construir ou diz que vai construir essa obra da transposição que, ao invés de unir, desune o Nordeste. Todos os outros Estados, além desses três, acham que sua realização não deveria ser a prioridade no momento. Então, V. Ex^a está correto: acho que todos os Senadores do Nordeste devemos estar unidos para garantir a construção do Gasene.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador José Jorge. E, só para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de prestar solidariedade a todos aqueles que estão contra esse projeto. E que o Ministro Ciro Gomes não faça essa diatribe que ele fez lá, acusando pessoas como o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Governador João Alves, que, além de serem ex-governadores, são experientes e qualificados – o Senador Antonio Carlos por tudo que já exerceu, inclusive a Presidência desta Casa; o Governador de Sergipe João Alves é um estudioso do assunto, com livros a respeito, conhecedor da questão. No entanto, o Ministro Ciro Gomes procura desqualificar essas opiniões dizendo que S. Ex^{as} não têm honestidade intelectual no momento em que defendem a revitalização do rio São Francisco, defendem o meio ambiente onde está o rio São Francisco, a recuperação de suas matas ciliares, o sangramento das cidades ribeirinhas.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir.

O Ministro Ciro Gomes, infelizmente, procura desqualificar o interlocutor e, por isso, não foi Presidente da República. Ainda bem, porque seria, talvez, extremamente autoritário. Talvez tenha aprendido nesse período em que é ministro com o ex-ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, a ser autoritário, a ser stalinista. Isso não é possível, porque esse projeto tem de ser discutido. Há proposta até de um plebiscito para saber se é isso o que deseja a população do Nordeste e do Brasil.

Portanto, quero solidarizar-me aqui com o Senador Antonio Carlos, com o Governador João Alves e com todos aqueles que defendem o interesse do Brasil colocando-se contra esse malfadado projeto.

Muito obrigado pela compreensão, nobre conterrâneo, Senador Rodolpho Tourinho.

Durante o discurso do Sr. César Borges, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Lamentando não ter sido possível apartear V. Ex^a por estar ocupando a Presidência, passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Rodolpho Tourinho, que preside esta sessão, Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, na sessão extraordinária do Senado, às 11 horas, foi lida a relação dos membros da CPMI do mensalão e compra de votos. Eu não sei nem como se chama direito, porque uns chamam de compra de votos, outros chamam de mensalão. Eu chamo das duas coisas, porque, no final, está envolvida a compra de votos. Realmente, assusta-nos esse comprometimento de Parlamentares, eleitos pelo povo, se é que isso virá a confirmar-se. Houve essa denúncia especificamente sobre a Câmara dos Deputados, porque, felizmente, aqui no Senado, não se tem notícias disso, e eu acredito que isso não esteja pairando sobre nós.

Aliás, essa CPMI deveria ser uma CPI na Câmara, onde o problema emergiu. Esperamos que todos sejam inocentes, mas, se existem culpados, é lá, e cabe a eles resolver o problema. Até porque, se verificada a culpabilidade, qualquer procedimento de punição terá de ser feito pela Câmara, jamais com envolvimento do Senado, porque realmente não nos diz respeito, felizmente.

Lerei, aqui, o pedido feito na Câmara:

Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não das recentes denúncias de compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados – o chamado “Mensalão”, envolvendo parlamentares do Partido Liberal e do Partido Progressista, extensivas as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Considero da maior importância a realização dessa investigação. Deveria ter sido uma CPI, mas já que é CPMI, nós assinamos e concordamos. Aliás, buscamos e estimulamos isso. Eu e toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, as Sr^{as} e

os Srs Senadores do Partido dos Trabalhadores, à época, estimulamos, por meio de carta escrita e assinada pelos 13 Senadores e Senadoras do PT, que a Bancada do nosso Partido na Câmara puxasse, com vontade e determinação, a criação da CPI do mensalão e compra de votos.

Como foi definida como CPMI, estamos aí para que se apure tudo às últimas conseqüências. Investigações aprofundadas se fazem necessárias, julgamentos se fazem necessários, e punição se faz necessária.

A justificativa diz o seguinte:

A criação da presente Comissão se deve às recentes notícias [foi o primeiro pedido] veiculadas pela imprensa de que Parlamentares do Partido Liberal e do Partido Progressista estariam recebendo recursos financeiros mensais, o mensalão, com o objetivo de se alinharem automaticamente às votações de interesse do Governo Federal.

Essas notícias vêm-se juntar às denúncias veiculadas na imprensa, em 13 e 14 de maio de 1997 (isso é coisa antiga e deve ser muito mais antiga do que 1997), de gravações de conversas telefônicas, em que alguns Deputados admitiram ter vendido seus votos por R\$200 mil reais cada um a favor da emenda da reeleição, Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, transformada na Emenda Constitucional nº 16/1997. Segundo um desses Parlamentares, a operação foi intermediada por um ministro de Estado e dois governadores.

Diante desse quadro, cabe à Câmara dos Deputados, como representante legal da sociedade organizada, seguindo os mandamentos constitucionais consagrados no art. 58, §3º, da Magna Carta, investigar, por intermédio de uma comissão parlamentar de inquérito, esse fato tão nocivo à nossa sociedade.

E aqui vêm todas as assinaturas daqueles que pediam a CPI, que agora é CPMI, ou seja, uma comissão parlamentar mista de inquérito, composta por Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Após essa rápida introdução, falarei realmente sobre a importância dessa CPMI. Eu diria que outras já aconteceram no Congresso Nacional, ou somente na Câmara ou somente no Senado da República. No entanto, neste momento de tamanha turbulência política, as denúncias parecem – não podemos fazer afirmações com convicção – ter procedência, mas não foram apuradas ainda. Se já tivessem sido apuradas, não precisaríamos constituir comissão parlamentar

mista de inquérito. Se a estamos constituindo é porque não está tudo tão evidente, mas acreditamos que, com a CPMI, as evidências se farão com certeza.

Já temos a Comissão de Ética da Câmara funcionando e, com certeza, devemos contar com os trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público, porque as investigações têm de ser aprofundadas. Isso já foi dito reiteradas vezes. Alguns *e-mails* dizem que não adianta afirmarmos que as investigações têm de ser apuradas do a quem doer. Mas temos de dizer o quê? Eu quero que as apurações sejam feitas até as últimas conseqüências e não abro mão disso. Como há mais de 30 dias eu já pedi, Sr. Presidente, nesta tribuna, o afastamento da direção nacional do meu Partido do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Silvio Pereira. Há mais de 30 dias eu pedi o afastamento deles. Isso, infelizmente, não aconteceu de pronto e de plano. E hoje, aqui, peço a expulsão do Sr. Delúbio Soares do Partido dos Trabalhadores, porque as evidências estão muito postas e claras. E se, após tudo isso, intempestivamente, vier à luz algo que prove a sua inocência, eu serei a primeira a exigir que ele volte e que volte em grande estilo. Hoje, porém, as evidências nos levam a concluir por sua culpa e, por isso, o Partido dos Trabalhadores, de imediato, tem de expulsar o Sr. Delúbio Soares de suas fileiras. Não é mais possível contemporizarmos com esse tipo de coisa, com malas, malões, cuecas, cuecões e tudo mais.

Sabemos que parlamentares de outros partidos também têm maculado suas siglas partidárias, mas também temos visto algumas outras siglas agir de pronto e de plano, afastando, expulsando de seus quadros esses parlamentares. Por isso, formulo desta tribuna o pedido de expulsão imediata do Sr. Delúbio Soares das fileiras do Partido dos Trabalhadores.

É óbvio que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos chocados. Acho que ninguém aqui duvida que todos os filiados, do militante mais simples dos rincões mais distantes do nosso País às autoridades maiores filiadas ao nosso Partido, estamos abalados, estamos chocados, e muito. A bandeira da ética e da moralidade sempre foi do nosso Partido. Aliás, eu não diria só do nosso Partido, porque há gente com dignidade em todos os partidos, assim como há gente sem dignidade também em todos os partidos. Essa bandeira sempre foi nossa, muito nossa, e eu, como filiada ao Partido dos Trabalhadores, dela não abro mão, não abro mão.

Somos mais de 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores. Hoje foi lida aqui a lista dos que já foram afastados do Governo e do Partido em decorrência dos escândalos que vêm aparecendo. É claro que, sem prejuízo, esperamos, sim...

(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só mais os meus dois minutos, Sr. Presidente, e prometo terminar.

Diria que nós, os mais de 800 mil filiados do Partido dos Trabalhadores, temos convicção, aliás temos certeza de que esse Partido, que foi construído na luta dos trabalhadores e que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República com a esperança do povo brasileiro, não vai entregar essa bandeira em função dos erros, dos equívocos, das irregularidades e até dos crimes cometidos por algumas figuras da direção nacional e de outras instâncias do nosso Partido. Não vamos entregar não. Vamos continuar batallhando, apurando.

Vamos exigir que se apurem as denúncias em todas as CPIs onde houver pessoas do Partido dos Trabalhadores depondo. Queremos que eles dêem todas as explicações necessárias, com profundidade. Se não justificarem com coerência, certeza e determinação aquilo que foi feito, que vão para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para os serviços de investigação deste País e que tudo seja investigado com isenção. Que essas apurações sejam totais, que estejam acima de qualquer tentativa de acobertamento ou restrição das investigações, que se apure até as últimas consequências o que vem acontecendo.

Antes de encerrar, quero rapidamente dizer algo sobre a questão do *software* livre, sobre a inclusão digital. Pretende-se, com o I Encontro Federal de *Software* Livre para Municípios, apresentar aos gestores municipais os benefícios do *software* livre, o aumento de eficiência com a modernização e informatização da Administração Pública. A idéia é incluir inúmeros Municípios na era digital de modo economicamente viável, seguro e livre. Mas voltaremos a esse assunto.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltarei à questão do *software* livre, assunto que reputo muito importante, extremamente relevante para o nosso País. Não podemos mais permitir que se continue exportando divisas para comprar *softwares* proprietários gigantescos quando temos a possibilidade do *software* livre...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador. Somente pediria que não ultrapassasse o tempo que está marcado, porque é o meu tempo e pretendo encerrar...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei muito breve. Quero somente dizer que, diante de tanta decepção e desencantamento, eu particularmente e o povo do Brasil estamos encantados com a sua firme

posição, que traduz a sua trajetória de mulher e líder deste Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador.

Agradeço ao Sr. Presidente pelo minuto a mais que nos concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, venho à tribuna para cumprimentar o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter sancionado, no último dia 14, um projeto de nossa autoria que foi aprovado na Câmara e também no Senado. Trata-se do projeto que institui o dia 21 de setembro como Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Neste País, temos em torno de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Setembro lembra a primavera, lembra as flores, lembra um momento bonito das quatro estações e, portanto, é uma boa data associar a essa luta. É com a mesma paixão e com o mesmo carinho que digo que, quando apresentei ao Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, sonhava que, em 21 de setembro do ano passado, pudéssemos ver aprovado o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência e, ao mesmo tempo, o Estatuto. Não foi possível. Este ano, felizmente, conseguimos aprovar o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, 21 de setembro. Agora, a esperança é que possamos ver o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência aprovado e sancionado no dia 21 de setembro, numa homenagem a esses milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência.

A novela das oito, quando trata dessa questão, principalmente quando mostra aquela menina e o Frota, que fazem o papel de cegos, mostra que as pessoas com deficiência, uma vez incluídas no dia-a-dia, como qualquer cidadão, acabam interagindo de forma quase idêntica àquele que não tem nenhum tipo de deficiência. É importante darmos espaço às pessoas com deficiência para que possam ocupar, como têm direito, um espaço maior na sociedade, ampliando, assim, as suas conquistas.

Por isso cumprimento desta tribuna o Presidente Lula e todos aqueles que colaboraram, de uma forma ou de outra, para transformar o dia 21 de setembro no Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Espero que a coroação desse processo seja a aprovação e a promulgação do Estatuto já no próximo 21 de setembro.

Peço que V. Ex^a, Sr. Presidente, considere lido na íntegra o meu pronunciamento, que fala desse tema.

Aproveito, como eu dizia ontem, o espaço que a TV Senado nos dá, neste momento em que dialogamos com os Senadores no plenário, para que possamos nos comunicar com a sociedade. Quero dizer que a Marcha Zumbi + 10 – V. Ex^a é um estudioso do tema da igualdade racial – será no mês de novembro. Nesta quinta-feira, às 15 horas, em nosso gabinete, teremos uma reunião com as lideranças de todo o País para acertar os detalhes finais, porque serão eles que coordenarão a marcha. Nós, Parlamentares, somos apoiadores dessa marcha, que deverá ser realizada no mês de novembro, Senador Rodolpho Tourinho. E espero que a marcha aconteça antes do dia 20 de novembro. Estamos acertando a data, porque há uma discordância se deve ser realizada no dia 16 ou no dia 22. Confesso que sou simpático ao dia 16 e que estou fazendo esse entendimento com aqueles que estão organizando a marcha, porque eu gostaria muito que, no dia 20 de novembro, o Estatuto da Igualdade Racial fosse sancionado, e a marcha viria a Brasília com esse objetivo.

Esperamos colocar aqui mais de 50 mil negros e negras, brancos e brancas que lutam contra os preconceitos, para, no dia 20, vermos sancionado pelo Presidente o Estatuto, obra de todos nós, já que foi amplamente debatido na Câmara dos Deputados e no Senado. E V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, que está dando a redação final, está melhorando, no meu entendimento, pelo que já me comunicou recentemente, o capítulo referente às mulheres. Aliás, V. Ex^a não está melhorando o referido capítulo, mas sim introduzindo-o, já que essa é uma falha que o Estatuto tinha. Sempre digo que apresento a peça original, mas os Relatores é que têm dado uma bela contribuição na sua construção. E V. Ex^a tem contribuído em outros artigos e, tendo nos alertado sobre essa falha, está, enfim, aperfeiçoando-o, melhorando-o.

O mesmo ocorreu com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quando o apresentei, tinha poucos artigos, mas, com a construção feita pela Câmara e pelo Senado, estamos ampliando muito essa redação, como também ocorreu com o Estatuto do Idoso.

Assim, aproveitando ainda este espaço, quero dizer que a reunião será realizada na quinta-feira, às 15 horas, no meu gabinete. E estarão presentes o Professor Edson Cardoso e outras lideranças. Virão lideranças da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, para acertamos a data final da grande marcha que faremos sobre Brasília e que, no meu entendimento, deverá culminar com a sanção do Estatuto, que será a verdadeira carta de alforria do

povo brasileiro, fazendo valer, enfim, os nossos direitos civis que não vieram em 13 de maio de 1888.

Concluindo, Sr. Presidente, quero novamente falar do tema do salário mínimo, que está na pauta. É uma das medidas provisórias que trava a pauta e que deve ser votada, calculo eu, senão neste mês, no mês de agosto, definindo o valor do novo salário mínimo.

Estou esperançoso com a posição de Luiz Marinho. S. S^a vem ao encontro de uma idéia que estamos discutindo há muito tempo no Congresso: antecipar a data-base do salário mínimo de 1º de maio para 1º de janeiro. Subentende-se, pelo debate que temos travado na Câmara e no Senado, que a peça orçamentária deve definir, devido ao impacto na previdência, o valor do mínimo. Se a peça orçamentária é que decide esse valor, baseada no próprio PIB, na inflação e – muitos levantam, e eu concordo – na produtividade, o novo valor deveria, de fato, entrar em vigor já no dia 1º de janeiro.

Entendo mais: é fundamental também que os benefícios dos aposentados e dos pensionistas estejam vinculados ao dia 1º de janeiro, porque decidem o valor do salário mínimo como referência à questão do caixa da previdência. Então, se é isso, vamos fazer com que também os benefícios dos aposentados e pensionistas, que deveriam ter o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, sejam antecipados para o dia 1º de janeiro.

Se o Presidente Lula entender e aceitar essa proposta defendida por Luiz Marinho, entendo que nós aqui, pelo debate que já fizemos no ano passado, também deveríamos lutar para que entrasse em vigor no dia 1º de janeiro. Inclusive, há até uma discordância quanto ao valor do salário mínimo, que seria um pouco menor em 1º de janeiro e, se ampliasse para maio, seria um pouquinho maior, embora, é claro, o ideal seja conseguir o máximo em 1º de janeiro. De qualquer maneira, essa idéia que está sendo debatida na sociedade é muito positiva.

Pedi uma audiência ao Luiz Marinho. Recebi retorno da assessoria dele, dizendo que essa audiência poderá ser feita ainda no mês de julho ou na primeira semana de agosto, o que vem ao encontro da preocupação que estamos tendo, de forma tal que se assegure que a peça orçamentária, cuja votação final será em dezembro, contemple efetivamente o reajuste dos cerca de 24 milhões de aposentados e pensionistas e também daqueles que dependem do salário mínimo.

Até há algum tempo, diziam, Senador Rodolpho Tourinho – é claro que não estávamos aqui no Senado –, que era demagogia dizer que o salário mínimo beneficia cerca de 100 milhões de brasileiros. Hoje todos os dados confirmam isso. Se 54 milhões de brasilei-

ros não ganham meio salário mínimo, é mais do que correto afirmar que mais de 100 milhões de brasileiros seriam beneficiados com um salário mínimo mais decente e com toda a sua reação na cadeia produtiva do País. Se a população tiver mais poder de compra, conseqüentemente, aumentar-se-á o consumo; portanto, alguém terá de produzir, e, sendo assim, alguém estará trabalhando. Por conseguinte, estaremos gerando mais emprego.

Mas há uma outra questão também em relação à qual percebo que há simpatia por parte do novo Ministro do Trabalho. Trata-se da redução da jornada de trabalho, como forma de gerar emprego. Já realizamos aqui algumas audiências muito positivas com empresários e trabalhadores das mais variadas áreas – inclusive, de uma delas participou o Senador Mão Santa –, e, no geral, todos concordam que esse é um processo irreversível na economia mundial, não somente no Brasil. Cada vez que se parte para a robótica, para a cibernética e para a automação, diminuem-se os postos de trabalho. Portanto, só reduzindo a jornada é que se permite que o homem tenha direito ao emprego. E todos sabemos que emprego é vida. Todos sabemos que o emprego está vinculado inclusive ao lazer, à auto-estima, à dignidade do cidadão.

Por isso, quero também cumprimentar aqui o movimento sindical, no seu conjunto, que está pegando como eixo de debate a questão do salário mínimo e também a questão da redução de jornada.

E por que isso é tão importante, Sr. Presidente? Porque, numa economia estabilizada, não será fazendo uma lei aqui no Congresso Nacional que vamos definir os parâmetros de uma política salarial. A política salarial, penso eu, é construída, efetivamente, no processo de negociação, buscando o piso das categorias, os reajustes. Mas o salário mínimo, não! O salário mínimo é a base da pirâmide, e quem define o salário mínimo é o Congresso Nacional. Por isso, somos, eu diria, o grande sindicato daqueles que ganham salário mínimo, porque quem pode alterar e construir uma proposta de salário mínimo não é o sindicato da categoria, mas o Congresso Nacional. E nós, aqui, podemos fazer esse papel, com certeza absoluta.

Portanto, na conversa que tenho tido com todas as centrais sindicais, com todas as confederações de trabalhadores, há dois pontos que nos unificam: a luta pelo salário mínimo e a luta pela redução de jornada.

É claro que sobre a questão sindical não há entendimento, não há acordo. Todos sabem a minha posição. Penso que o projeto aqui encaminhado deveria, inclusive, ser retirado, para partirmos para um outro debate em nível nacional, a fim de construir uma

proposta de reforma sindical que seja, efetivamente, a média de pensamento da sociedade.

Há possibilidade de fazer isso, sem se fazer emenda – estou convencido disso –, Senador Rodolpho Tourinho, e podemos produzir um belo texto de liberdade, de autonomia sindical, sem mexer na Constituição, até porque, para alguns que questionam o art. 8º da Constituição, sempre digo que quem o escreveu – eu estava lá, fui Constituinte – foi Mário Covas, Lula, Olívio Dutra, João Paulo, de Monlevade, Jobim, Paim, quer dizer, nós construímos o art. 8º, entendendo que ele assegura a liberdade e a autonomia sindical.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje gostaríamos de falar sobre um tema muito importante para nossa sociedade: a luta das pessoas com deficiência. Uma trajetória árdua, mas que vem obtendo diversas conquistas. A mais recente foi, no dia 14, a sanção de projeto de nossa autoria que institui o dia 21 de setembro como “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência”.

Como cidadão e homem público, não podemos deixar de ver com alegria essa conquista, uma bandeira que defendemos ao lado de tantos outros companheiros, sejam deficientes ou não.

Na última sexta-feira foi publicado no Diário Oficial da União, em forma de lei, a instituição de um dia que será voltado para debates em torno dos temas que envolvem a vida de cerca de 24 milhões de pessoas.

Vemos o “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência” como um marco. Por quê? Porque as pessoas com deficiência, assim como todos aqueles que defendem os direitos desses cidadãos, passam a ter uma data para discutir e, principalmente, para traçar ações que promovam cada vez mais os avanços.

Avanços nas mais diversas áreas como, por exemplo, na saúde. Citarei o exemplo de minha irmã, uma senhora com mais de 60 anos – idosa, acometida de diabetes, cega em função dessa doença, com uma perna imobilizada decorrente de uma queda e que precisou com urgência de uma cadeira de rodas para poder se locomover em casa e na rua com segurança.

Procuramos, por meio de nossa assessoria, as repartições públicas responsáveis por essa política em toda Grande Porto Alegre. E o que podemos constatar? Que as pessoas que necessitam desses recursos levam meses e, em alguns casos, anos para serem

atendidas. Muitas, como o caso de minha irmã, falecem antes do atendimento.

Problemas assim estão contemplados em nosso projeto de Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Temos informações de que os programas levam em média cerca de dois a três anos para garantir um atendimento efetivo. Atendimento que, além de ser demorado, é padronizado, não respeitando as diferenças de cada cidadão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa situação é comum a milhares de pessoas!

Por razões assim é que reforçamos a importância de termos instituído um dia voltado para os debates acerca dos temas que permeiam a vida das pessoas com deficiência.

Essa lei vem para valorizar cada um desses cidadãos. A sanção nos mostra o comprometimento do País com a questão. Mostra-nos que a sociedade está mudando e aprendendo a olhar para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência de maneira diversa. Ou seja, estamos no caminho certo. No caminho de acabar com as diferenças, de extinguir o preconceito.

Outras ações colaboram com essa mudança. Uma mudança que, vale ressaltar, é da sociedade como um todo, inclusive daqueles que são considerados deficientes.

Falamos em outras ações... Alguns podem se perguntar: quais? Bem, um exemplo é termos em uma novela dois personagens cegos levando vidas normais. Eles nos mostram que todos somos capazes de tudo, que todos possuímos limitações, que todos temos áreas nas quais nos destacamos.

São cenas que mostram a inclusão dessas pessoas em diversos setores. Um outro exemplo diz respeito à inclusão no universo educacional.

O Ministério da Educação vem reinterpretando o conceito de Educação Superior afirmando ser um direito de caráter público. O Ministério irá destinar R\$1 milhão a instituições federais de ensino superior (Ifes) que desenvolverem projetos para garantir a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no ensino superior.

No dia 17 de junho de 2005, foi instituído o programa Incluir, do MEC, que visa incentivar as instituições federais de ensino superior a promover ações que tenham por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência.

Do universo de quase três milhões e meio de alunos no ensino superior, apenas pouco mais de cinco mil são pessoas que possuem alguma deficiência.

O programa Incluir tem como objetivo financiar os projetos das instituições que desenvolvam ações

para a diminuição das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso e permanência nessas instituições.

A educação superior merece especial atenção no que tange à ampliação do acesso de todos ao ensino universitário. É exatamente nesse sentido que o projeto Incluir contribui, possibilitando que uma grande parcela da população – que sempre esteve fora do sistema educacional- acesse o nível superior.

Nosso País precisa ter consciência de que mais de 14% do total da população possui algum tipo de deficiência. Essa consciência deve passar por itens que possibilitem a esses cidadãos ter maior conhecimento de seus direitos e de suas potencialidades.

Dessa forma, poderão desempenhar, como todos, significativo papel no desenvolvimento de uma sociedade realmente democrática e igualitária.

Passos estão sendo dados. Vemos a sanção do “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência” como um avanço, como um caminho para que, em breve, tenhamos o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência aprovado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda há pouco terminou uma reunião na Presidência com as lideranças partidárias, que não estavam todas presentes. Estava marcada para as 17 horas a instalação da CPMI que vai averiguar a compra de votos no Congresso Nacional, conhecida pelo apelido de CPMI do Mensalão. No entanto, foi feita uma proposta, e os Líderes presentes concordaram, de ainda se tentar um acordo. Chegou-se ao consenso entre as lideranças dos partidos da base e da Oposição de que se fizesse amanhã, às 11 horas, a instalação da CPMI, com a eleição do Presidente e a indicação do Relator.

Era o que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Rodolpho Tourinho, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, evidentemente temos que ser otimistas.

Entendo que Juscelino Kubitschek, escolhido recentemente, quando se comemoravam os quinhentos anos do Brasil, o mais importante brasileiro – e teve seu mandato de Senador cassado, simbolizando as crises que sucederam –, deixou um ensinamento ao País: “É melhor sermos otimistas”.

O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando, Senador Eduardo Suplicy. Então, somos otimistas.

Nós somos cristãos. V. Ex^a também é cristão. É católico?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Houve uma crise enorme, um período negro. Quem não se lembra de César – não é o nosso César – Bórgia, da Itália, filho do Papa Alexandre VI? Era comum bispos e papas terem filhos, família, riqueza. Vendiam lugares no céu. A nossa Igreja vivia aquele período negro. Com a Reforma, de Lutero, ela melhorou e surgiram outros, com o mesmo sentido, a busca de Cristo, que disse “Eu sou o caminho, a Verdade e a Vida”.

Estamos nesta situação, mas está na hora de uma reforma, Senador Suplicy. A primeira reforma, antes da que estão falando agora, indevida no momento – e a **Bíblia** diz “sob os céus há um tempo determinado para cada propósito” –, é a reforma dos homens, a reforma do ser humano, a busca da verdade, das virtudes. Não adiantam modelos políticos enquanto os homens permanecem pecadores sem virtudes. Não adiantam!

Essa reforma, Senador Paulo Paim, deve ser feita agora. Este País ainda está na paz, porque há uma história que permitiu a este Senado se ver como o via o próprio D. Pedro I, que antes de entrar aqui tirava a sua coroa. Ele via aqui um Poder Moderador. E o foi. Em 181 anos, Senador Luiz Otávio, **malis minus**, o mal menor, não vou dizer que eles acertaram sempre, mas, pelo menos, evitaram uma guerra civil. Essa paz da nossa história deve-se ao Poder Moderador do Senado. E o País aceita essa cultura e essa história, a paz que ainda está aí, essa cultura de moderação que tem sido o Senado.

Os Parlamentares tiveram a coragem de abandonar suas férias, que nós chamamos de recesso, para ficar em vigília pela Pátria, para nos inspirarmos e trazeremos uma luz para o drama que atravessamos. Talvez o pior de nossa história. Desde as capitânias hereditárias, os governos gerais, os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, as repúblicas, as ditaduras, esta situação tem sido a mais vergonhosa.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a busca a verdade. Quis Deus que estivessem aqui V. Ex^a e o Senador Paulo Paim, símbolos que o PT tem da sua razão de ser. Que o PT tenha pureza e seja forte. Eu o quero

forte. Quero todos os partidos fortes. Só existe democracia com partido forte. Nós não desejamos isso que está acontecendo.

No entanto, Senador Luiz Otávio, queremos enfrentar o PT de peito aberto, frontalmente, pela democracia. Advertimos o PT: não admitimos o Partido cooptar, corromper o PMDB em busca de apoio. Se uns foram corrompidos, nós estamos aqui e não fomos. Isso nós não admitimos. Nós temos história e luta, inspirados em Ulysses, em Teotônio, em Tancredo Neves e no próprio Juscelino. Nós não admitiremos. Por isso, nós fomos o primeiro a nos rebelar, porque antevíamos isso. Eu fui prefeitinho e Governador, e percebi que as coisas não estavam tomando os bons rumos.

Mas digo ao Presidente Lula: “Ó, Presidente Lula, eu que votei em Vossa Excelência, medite”. Eu sei o que é isso. Como o Getúlio sofreu! Ó, bela Senadora Ana Júlia Carepa! Havia o DIP, que era um Departamento que enganava o Getúlio. Falavam: “Tudo vai bem, não tem nada”. Como há agora os Goebbels Mendonça da vida. Todas as porcarias surgiram da publicidade, a maioria delas, enganando.

Eu aprendi, Senador Suplicy, lá no Piauí, que é mais fácil se tapar o sol com a peneira do que se esconder a verdade. E a verdade está aí e é podre. Foi preciso um homem vir e dizer: “Getúlio, será mentira a Viúva? Serão mentiras o órfão, os assassinatos, o mar de lama?”

Senador, poucos dias depois desse pronunciamento, Getúlio não resistiu à verdade. E a verdade está aí. Serão mentiras, meu amigo Lula, os Waldomiros, os Cachoeiras, os Delúbios, os Silvios, os Valérios? E Santo André, Senador Suplicy? O homem da cueca e não sei mais o quê. Quanta podridão! Há umas verdades de que ninguém pode fugir: os princípios.

Administração é uma ciência e é velha, veio de um engenheiro dirigindo uma fábrica, Henry Fayol. Daí nasceram todas as escolas de administração do mundo. E ele falava em unidade de comando e direção. Sua Excelência não foi essa unidade, ninguém sabia de quem seria o comando.

Planejar, disciplinar, coordenar e orientar, mas e o controle? Cabe ao administrador.

A entrevista na França foi um desastre. O órgão de comunicação poderoso facilitou. O Presidente talvez não estivesse emocionalmente preparado.

Senador Suplicy, seria o mesmo que se V. Ex^a fosse Presidente da Câmara e fosse acusado de algum ato ruim e péssimo de corrupção e dissesse: “É teve, mas a Câmara...”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a, como líder maior do PMDB, pelo corporativismo do nosso Partido, pode me conceder mais cinco minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permitirei já.

Então, acusado, saiu dizendo que os outros também faziam. Essa do Presidente da República de defender o seu Partido dizendo que todos faziam foi uma infelicidade. Não fazem. Eu não fiz, Senhor Presidente Lula.

Para se fazer oposição tem que se ter coragem, Paulo Paim, Luiz Otávio, e vida limpa. E eu fui o primeiro aqui. O primeiro. Está no Hino do Piauí:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!
(...) O primeiro que luta é o Piauí.

E eu cheguei e disse que tinha votado no PT. Mas, na reforma da Previdência, eu bati. Tentaram me corromper. E eu bati pelo amor à verdade e pelo compromisso de representar bem o Piauí e o povo do Brasil. E eu disse que há coisas só se fazem uma vez na vida: nascer, votar no PT. Eu já tinha feito. E aí está.

Senador Suplicy, é um prazer ouvi-lo. V. Ex^a representa a pureza, o trabalho, a dignidade e tenho certeza de que o povo de São Paulo haverá de fazer V. Ex^a voltar a esta Casa para recuperar o prestígio do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, avalio que seja muito importante o apelo de V. Ex^a no sentido de que o Congresso Nacional precisa se empenhar para trazer a verdade inteira à tona. Também esta foi a palavra do Presidente da República na entrevista que V. Ex^a critica. Mas gostaria, até aproveitando esta oportunidade, de fazer uma recomendação ao Presidente Lula: que leve em conta as suas observações. Notei que, de grande parte da imprensa brasileira, todos estão se ressentindo do fato de o Presidente Lula ter concedido a entrevista ao canal francês. Tudo bem, Sua Excelência estava na França e deu uma entrevista exclusiva ao canal francês, que foi comprada e exibida pela Rede Globo. Mas o que se percebeu? Que os jornalistas brasileiros, diante do quadro que se apresenta, gostariam de formular perguntas e aprofundar os esclarecimentos. Naquela entrevista o próprio Presidente Lula mencionou a importância de sempre se falar a verdade, porque, quando uma pessoa fala uma mentira, depois começa a ter que contar histórias e outras histórias, como ocorreu com o Sr.

Adalberto, que foi encontrado com R\$ 200 mil e US\$ 100 mil e até agora não trouxe a verdade inteiramente à tona. Então, como o propósito do Presidente Lula é contribuir para que a verdade inteira venha à tona, a minha sugestão ao Presidente é que, o quanto antes, marque uma entrevista coletiva na circunstância presente e responda a toda e qualquer pergunta da imprensa brasileira. É a recomendação que formulo, levando em conta as suas ponderações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É sábia e que Sua Excelência atenda, porque o Presidente foi muito infeliz.

Seria o mesmo, Ana Júlia Carepa, de eu ser acusado de ter roubado do Governador do Piauí e dizer: “É, eu roubei, mas o Tarso Jereissati roubou, o Garibaldi roubou, o Mariano roubou, a Roseana na época, todos que foram Governadores.” Não, aquilo foi um momento de infelicidade, que Sua Excelência tem que se desculpar; perdão, estresse, nervosismo.

Sua Excelência disse que o PT tinha feito isso e tal...que negócio é esse? Não tive, não. Pode buscar. Não tem essa enrolada, não. Não existe, não. Assuma a culpa! É o PT, ele que se defenda e não separe esse negócio de joio do trigo, não. Separe o joio do joio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...para deixar mulheres, Senadoras, encantadoras, como a Carepa, V. Ex^a, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Ex^a tem mais um minuto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tem que separar. Ele não tem que meter os outros nessa história, não.

Temos 62 anos e não era isso o que estava ocorrendo.

Nesses dois minutos, serei breve, um quadro vale por dez mil palavras. Senador Suplicy, atentai bem, a mídia de hoje, que reúne todos os jornais, e os Senadores recebem só os assuntos políticos. Não vou cansá-los. A manchete do jornal **O Globo** diz: “Valério conseguiu R\$45 milhões para PT com garantia de estatais.” Estou lendo apenas a capa do jornal, cuja matéria ocupa quase que o jornal inteiro.

A **Folha de S. Paulo**, que todos têm, diz: “Oposição pede bloqueio de verba do PT.”

O terceiro jornal, **O Estado de S. Paulo**, diz: “Petistas querem expulsão de Delúbio e o calote das dívidas.”

A manchete mais importante do **Jornal do Brasil**: “PT corre o risco de ir à falência.”

O **Correio Braziliense** diz: “Cinco contratos ligam o Governo à operação ‘Paraguai’”. “Depoimento sigiloso de Marcos Valério (...) Dirceu sabia de tudo.”

Outra manchete, da **Gazeta Mercantil**: “Estabilizada com cheiro de estagnação.” O Brasil está parado.

A manchete principal do jornal o **Estado de Minas**: “Valério revela a Procurador que Dirceu sabia dos empréstimos.”

Diário de S. Paulo: “**Sílvio e Delúbio irão depor sob proteção**”. O último jornal, **Correio da Bahia**: “**Mensalão. Ex-dirigentes do PT vão depor com ‘habeas corpus’**”.

Capa da revista **Veja**, referindo-se ao Presidente Lula: “Quanto ele sabia”. “O PT em frangalhos”, capa da **Época**, e o belo José Dirceu; “A CPI pega fogo”, **IstoÉ**. “As mais valiosas marcas do Brasil” – só os banqueiros ganharam dinheiro –, revista **IstoÉ Dinheiro**; “O medo da reeleição” **Carta Capital**.

Esperamos que esta Casa, Senador Leite, como ocorreu ao longo de 181 anos, tire o Brasil dessa crise. Senador Augusto Botelho, **minima de malis**, pelo menos evitou-se a guerra civil.

Abraham Lincoln disse: “Não faça nada contra a opinião pública que malogra. Tudo com ela tem êxito”. Juscelino Kubitschek dizia: “Como vai o monstro?”, referindo-se ao povo. Quero lhe dizer, Senador Suplicy, que tenho visto o monstro. Ele está enfurecido, está desesperançoso.

Não podemos, neste mês, deixar a Pátria sem uma solução de verdade, sem a busca da verdade e sem punição. Caso contrário, este País sofrerá a primeira guerra civil. Não é justo. Não é justo que a situação permaneça como está: o povo sem esperança, sem emprego, sem teto, sem casa. E, aqui, um mar de corrupção. É preciso lembrar que Getúlio Vargas, por muito, muito menos, teve a coragem de se sacrificar para salvar a democracia.

Presidente Lula: pense, reze, tenha coragem, faça suas orações para que Deus ilumine o Senado, a fim de que ele encontre uma solução de paz para este País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia, pela Liderança, por cinco minutos, para fazer uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Alberto Silva falou de um assunto muito importante, que diz respeito à alimentação das nossas crianças e da importância da soja para esse fim – do leite de soja, do bife de soja.

Eu gostaria de falar sobre o Fundeb e do quanto ele é importante – agora ele dá um aporte de recursos. Mas vou deixar para falar sobre o Fundeb amanhã, para mostrar o quanto é importante esse projeto do Governo, que está garantindo recursos não apenas para a educação. Além da educação fundamental, que já existia no Fundef, o projeto amplia recursos para a educação infantil – não existiam recursos no Fundef para a educação infantil – e para o Ensino Médio.

Há também uma grande diferença do Fundeb em relação ao Fundef: esses recursos já estão garantidos no Orçamento. Portanto, essa é uma grande diferença. Não é necessário brigar todos os anos para se incluir recursos no Orçamento. Não. Os recursos já estão vinculados.

Eu não poderia deixar de falar e de fazer uma defesa ao Presidente Lula. Na semana passada, eu não estava na Casa, porque eu estava cumprindo uma agenda no Estado, quando, neste Senado da República, foram feitas muitas ofensas ao Presidente da República. E não é só porque se trata da instituição Presidência da República – que todos devemos respeitar sim – que faço essa abordagem. É verdade que isso é fundamental. Não se pode usar a tribuna para ofender a Presidência da República. Mas também quero fazer a defesa do Presidente Lula pelo que ele tem feito neste País. E um dos motivos, por exemplo, é o Fundeb.

Assim como o ProUni, o Fundeb não está apenas dando o peixe. As políticas sociais, como o Bolsa Família, a que se referiu hoje o Senador Alberto Silva, são importantíssimas, mas não basta dar o peixe. É preciso ensinar a pescar. E o Fundeb é isso, o ProUni é isso, é permitir que milhares de pessoas de baixa renda, que não teriam condições de fazer um curso superior, tenham acesso a um diploma universitário. Isso é ensinar a pescar, isso é investir em desenvolvimento. E eu poderia elencar aqui muitos projetos importantes realizados pelo Presidente.

Recebi vários *e-mails* em que as pessoas reclamavam da postura do Parlamentar que ofendeu o Presidente Lula, do absurdo que foi isso. E o digo

com uma tranqüilidade imensa, porque, apesar de estarmos em campos diferentes, o Senador em questão e eu conseguimos ter uma relação boa de amizade. O Senador Arthur Virgílio sabe disso. Mas não aceito, assim como a maioria do povo brasileiro, inclusive pessoas da Oposição, essa forma de fazer oposição. Não é com ofensa que se faz ouvir.

Temos percebido que parte da Oposição passou a fazer um discurso mais duro, quando o resultado das pesquisas não lhes agradou, quando o resultado das pesquisas mostrou que o povo está interessado nas realizações do Presidente, como disse uma pessoa humilde que trabalha na minha casa, aqui, em Brasília: “É, Senadora, lá, no supermercado, estávamos comentando que esse povo está falando do Lula porque ele está fazendo pelos mais pobres, Senadora! Sou testemunha disso!”

Ela é uma aposentada e diz que é testemunha inclusive de parentes seus, que têm recebido benefícios de programas sociais.

Quero fazer essa defesa. Que possamos apurar os fatos, porque, neste Governo, pelo menos, não estamos impedindo CPIs. Este Congresso está apurando e vai apurar profundamente os fatos. Quem tiver culpa que seja punido: seja do PT, seja de qualquer outro partido, exerça qualquer que seja o cargo.

Quero ler o que significa a chamada CPI do Mensalão:

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (...), destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens, patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar matérias de interesse do Poder Executivo.

Isso significa que vamos investigar nesta CPMI qualquer vantagem pecuniária recebida por membros do Congresso Nacional; seja agora, seja há cinco, há seis, há sete, há oito anos, porque o crime é o mesmo. Não podemos tratar um criminoso diferentemente de outro: “Esse aqui, como ele cometeu um crime ... Foi bem ali... A gente não vai prendê-lo, ele não precisa de punição”. Não. Não existe isso, até porque nós vamos ser cobrados pela sociedade, porque, se é o mesmo crime, temos de investigar com o mesmo cuidado e com a mesma profundidade, para que todos sejam punidos.

Sr. Presidente, sei da sua compreensão. Hoje, falou-se muito em articulistas dos diversos jornais, e eu queria fazer referência a alguns artigos publicados.

Clóvis Rossi, o articulista que hoje fez altas críticas, no jornal de domingo escreveu: “Daslu, nobres e servos”. No jornal de ontem, Luís Nassif, da **Folha**

de S. Paulo, escreveu: “Por dentro da operação Daslu”. No dia 13, Luís Nassif já tinha escrito: “Joio e trigo na CPI”. Ele, que é um dos críticos do Governo, fez uma defesa importante do filho do Presidente, abordando o grande preconceito, existente neste País, contra filho de operário que se transforma em empresário. E foi feita a defesa dessa empresa. Era como se ela tivesse o dom de poder sonegar impostos, cometer crimes e, pelo fato de gerar empregos, não ser punida.

Pergunto a todos que me ouvem: quem pensam que enganam ao dizerem que era uma ação para tentar desviar a atenção da sociedade? Minha gente, as ordens de prisão foram dadas por um Juiz da 2ª Vara Federal de Guarulhos, em São Paulo.

A loja compra produtos no exterior – portanto, já não está mais gerando empregos aqui, está ajudando a fazê-lo lá fora, porque quase todos os produtos que vende são importados. Isso é legítimo e não questiono esse aspecto. No entanto, a loja compra um produto por US\$1 mil, e a empresa vendedora coloca na nota fiscal o valor de US\$100, de US\$15 ou de apenas US\$10. E esse mesmo produto é vendido, na loja, por US\$4 mil, mas o imposto pago é referente a apenas US\$100.

Quem perde com isso é a sociedade, os mais pobres, porque, quando se sonegam impostos, não se recolhem valores que poderiam ajudar os filhos da pobreza a ter mais acesso à saúde e à educação, a ter garantidos os recursos do Fundeb e do ProUni, que está permitindo a muitos jovens ter acesso ao curso superior – são mais de 100 mil até agora.

Não tenho nada contra a dona da loja, nem contra aquelas pessoas que freqüentam esse templo de riqueza, mas não dá para admitir que se venha defendê-los, dizendo-se que se trata de uma ação contra os empresários. Isso é um absurdo! Ninguém vai acreditar nisso! Ninguém, neste País, vai acreditar que se trata de uma ação contra os empresários, até porque muitos deles geram empregos aqui e pagam impostos. É justo para essas pessoas pagarem impostos, quando outros, que importam, vendem os produtos por um preço até 50 vezes maior que aquele pelo qual compraram e, além desse lucro muito grande, não querem pagar os impostos necessários para os serviços a que a sociedade tem direito? Não, não é justo.

Como recebi várias mensagens parabenizando a Receita Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, quero dizer que isso não tem nada a ver com desvio de atenção e, sim, com combate à corrupção, à sonegação, que são crimes tanto quanto o recebimento de dinheiro para se votar a favor de qualquer Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao Senador Antônio Leite.

Como faltam 20 minutos para o encerramento da sessão, Senador Antônio Leite, dividirei o tempo em dez minutos para V. Ex^a e dez minutos para o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, eminentes Senadoras e Senadores, tomei a iniciativa de apresentar a esta Casa projeto de lei visando à introdução do art. 17-A na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – Lei da Improbidade Administrativa –, para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa.

Em nosso País, como bem sabemos, a prestação jurisdicional não se caracteriza pela presteza; pelo contrário, os processos demoram, têm sua finalização postergada por meio de inúmeros mecanismos, de infinitos recursos e apelos, frustrando, não raras vezes, a expectativa de justiça das partes envolvidas.

No caso das ações de improbidade administrativa, aqueles que nelas são réus utilizam-se de toda sorte de artifícios para que os respectivos processos sejam prolongados, numa clara aposta para que o passar do tempo detenha e esfrie o vigor do Ministério Público e leve a imprensa e a opinião pública a esquecer os delitos praticados.

A própria lei acima citada é lacunosa e, ao mesmo tempo, dúbia quando se trata do processo judicial. O Ministério Público foi legitimado para entrar com processo cautelar apenas e tão-somente para requerer, na forma dos artigos 822 e 825 do Código de Processo Civil, o “seqüestro de bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio”, podendo o requerimento incluir a “investigação, o exame e bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais”. Mas não existe previsão legal para medida cautelar com o objetivo de afastar temporariamente o indiciado das atribuições do cargo ou da função; pelo contrário, no seu art. 20, estabelece que “a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória”.

Enfim, eminente Sr. Presidente, outros aspectos da Lei de Improbidade Administrativa poderiam ser enumerados. Deixo de fazê-lo por se tratar de tema eminentemente técnico. Julgo bastarem essas breves observações para justificar minha iniciativa, diante do afloramento à consciência nacional dos males que têm causado ao Brasil, à sua democracia, à sua população os atos ímprobos praticados contra a coisa pública.

A lei, como se tem verificado na experiência de outros países, não tem o condão de eliminar a corrupção, mas é fora de dúvida que instrumentos legais fortes, precisos e rápidos corroboram na coibição dos atos ímprobos dos cidadãos que ocupam cargos públicos sem honradez, sem retidão de conduta e sem integridade de caráter.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Antônio Leite.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2005

Acrescenta um art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

Art. 17-A. As ações de que trata esta lei terão precedência sobre todas as demais que estejam sendo processadas no mesmo juízo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor trinta dias após a sua publicação, aplicando-se inclusive aos processos em andamento.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de estabelecer que os processos referentes a improbidade administrativa tenham precedência sobre os demais que estejam sendo processados no mesmo juízo.

Como bem sabemos, a prestação jurisdicional em nosso País não tem, entre suas características, a presteza. Assim, em regra, os processos demoram para chegar ao fim, por vezes frustrando a expectativa de justiça das partes envolvidas.

No caso das ações de improbidade, aqueles que nelas são réus não raro fazem uso de toda sorte de artifícios para que os respectivos processos sejam prolongados, apostando que o passar do tempo esfrie o ânimo do Ministério Público e leve a opinião pública a esquecer os ilícitos praticados.

Sendo assim, em razão do exposto, e tendo em vista o relevante interesse público que se faz presente na espécie de ação de que tratamos, estamos convictos

que os respectivos processos devem ter precedência sobre todos os demais.

Tal medida se justifica quando cada vez mais aflora a consciência dos males que têm causado ao País e à sua população os atos ímprobos praticados por administradores da coisa pública, exatamente os que mais têm a obrigação de zelar pela honestidade dos negócios públicos.

Como conclusão, em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da iniciativa que ora submetemos à consideração desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Antonio Leite**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso da ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada integrará a lide na qualidade de litisconsorte, devendo suprir as omissões e falhas da inicial e apresentar ou indicar os meios de prova de que disponha.

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por dez minutos. A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento extremamente difícil no Brasil. Eu gostaria de estar aqui, Senador Mão Santa, a debater formas de erradicação mais rápida da pobreza no Brasil, formas de fazer a economia crescer, com a criação de empregos, numa velocidade a maior possível. Eu gostaria de estar, sobretudo, debatendo e recomendando aos membros do Copom, que amanhã decidirá sobre a taxa de juros, que enxerguem as possibilidades de diminuir gradualmente as taxas de juros para que venha a economia a crescer mais velozmente, aumentando as oportunidades e as decisões de investimento e a capacidade produtiva, aumentando a oferta de bens e serviços e contribuindo para que os objetivos de estabilidade de preços, de crescimento da economia, de oportunidade de emprego e melhoria da distribuição da renda se tornem mais compatíveis.

O interesse maior da Nação hoje está voltado para descobrir a verdade, e é necessário, de fato, que tenhamos esta disposição de passarmos a limpo inteiramente todos os fatos que caracterizaram problemas, seja no âmbito do Governo, seja no âmbito do Partido dos Trabalhadores ou dos partidos aliados. E a disposição do Presidente Lula de dizer que quer a verdade inteira e de querer colaborar para que isso efetivamente aconteça é alvissareira, sendo importante que isso se torne, de fato, realidade.

Tendo o Presidente concedido entrevista à TV francesa, a um dos principais canais da França, que foi comprada e retransmitida pelo “Fantástico”, na Rede Globo de Televisão, domingo último, e havendo um número tão significativo de órgãos de comunicação no Brasil que desejam ter igual oportunidade, e dada a situação de interesse tão grande pelos assuntos do momento, quero aqui reiterar, Senador Mão Santa, a minha recomendação: avalio que está no momento de o Presidente dar outra entrevista coletiva, tal como fez há pouco mais de um mês, quando poderão os jornalistas fazer as perguntas com total liberdade. E que Sua Excelência responda a 30, 40, 50 perguntas dos jornalistas brasileiros, os quais conhece tão bem, pois com ele conviveram ao longo de sua trajetória, desde que fundou o Partido dos Trabalhadores.

Penso que uma atitude como essa contribuirá para o próprio propósito do Presidente de trazer a verdade inteiramente à tona. Quando Sua Excelência disse que

uma verdade quando dita de maneira a expressar o que realmente aconteceu é dita num momento e, 100 ou 200 anos depois, continua a mesma verdade, estava salientando a importância de toda e qualquer pessoa transmitir os fatos tais como aconteceram, seja Silvino Pereira, que agora está depondo perante a CPI, seja Delúbio Soares, amanhã, Marcos Valério, depois de amanhã ou na semana próxima, e cada uma das pessoas que irão prestar depoimento.

Mas quero salientando algo importante que está ocorrendo no Brasil hoje: é que as instituições estão funcionando. Notem que a Constituição prevê que os Deputados Federais e os Senadores, nós podemos, para bem realizar a nossa missão, requerer informações, convocar autoridades para prestar esclarecimentos e instituir CPIs quando fatos determinados e complexos são objeto de interesse da Nação para se saber. Então, houve fatos determinados. Mais de um terço de Deputados e Senadores quiseram formar as CPIs, e elas estão em funcionamento. E é importante que a Nação esteja respirando, que haja debates fortes e quentes aqui, como temos presenciado mesmo neste mês que, de outra maneira, seria de recesso, mas que está sendo o momento de aprofundarmos as investigações. E é importante que não estejamos vendo aqui, por exemplo, quaisquer ameaças de golpes militares ou de rebeliões de qualquer natureza. O que está havendo é o funcionamento normal das instituições democráticas, e isso é muito importante para nós, prezado Senador Maranhão, porque estamos observando isto: a normalidade do funcionamento das instituições brasileiras.

É importante também que o Presidente dê, a cada dia, seu exemplo pessoal de retidão, de correção, para que todos que em volta de Sua Excelência estejam trabalhando venham a ter um procedimento semelhante. Se, em algum momento, falhas estiverem sendo observadas por parte daqueles que trabalham em torno do Presidente, então isso é um convite para que os que não se portam tão bem acabem realizando ações que não sejam as mais adequadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, serei muito breve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero aqui transmitir o quão importante é e será para o Presidente dar o primeiro exemplo no seu cotidiano. Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é, o primeiro exemplo está no Livro de Deus, quando diz: “Diga-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Isso era bom V. Ex^a lembrar. Sei que o Presidente não gosta muito de ler, principalmente a Bíblia, mas isso está lá escrito.

Que ele evite essas más companhias que tem tido a longo dos dias de seu Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, quando vivemos dentro de uma organização – pode ser um partido, um governo –, como essa organização é constituída de seres humanos, e como nós, seres humanos, podemos a qualquer momento cometer erros, pode acontecer de algum dentre nós fazer uma bobagem, cometer um erro ou uma irregularidade; mas o importante é que essa instituição, um partido político ou o Congresso Nacional, tenha os meios para corrigir esses erros de maneira a mais precisa.

Senador Mão Santa, estamos tendo a informação, nesses dias, da evidência de que pode ter havido aqui aquele pagamento de um benefício extra para que Parlamentares dos mais diversos partidos viessem a votar de acordo com o Governo. Se isso for comprovado – e a CPI do Mensalão retoma os seus trabalhos amanhã, às 11 horas, para averiguar isso –, é da maior gravidade.

O jornal **O Estado de S. Paulo** trouxe a matéria do Expedito Filho, neste domingo, dizendo que um personagem, que foi apelidado de Garganta Profunda, teria já há algum tempo encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito a evidência, o seu testemunho, de que de fato cerca de vinte e poucas pessoas estariam recebendo esse tal mensalão. Se ocorreu isso, é algo da maior gravidade na história do Congresso Nacional. Sou membro da CPI do Mensalão e estou me dispondo a trabalhar, efetivamente.

Eu gostaria de estar percorrendo o interior do Piauí para saber em que medida o Bolsa-Família será gradualmente transformado naquilo que eu tenho defendido, a renda básica de cidadania. Mas, neste momento, sinto-me na responsabilidade de desvendar inteiramente esses episódios, contribuindo seja para a CPMI dos Correios, seja para a CPMI do Mensalão ou para outras, e vamos fazê-lo, mesmo que em recesso. Teremos de apurar inteiramente a verdade e transmitir ao Chefe desta Nação quão importante é que cada pessoa, no seu Governo e no meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, contribua para o desvendar completo da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, por ordem de inscrição, último orador inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou daqueles que, nesta Casa, não perde uma oportunidade sequer de elogiar a

conduta do Senador Eduardo Suplicy, Parlamentar íntegro, vítima das incompreensões do seu Partido, mas um homem de convicções. Imagino onde V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que teve a coragem de assinar a CPMI do Mensalão, estaria neste instante, se não tivesse tido a certeza de que ela ia dar no que deu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – CPMI dos Correios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – CPMI dos Correios. São tantas CPMIs, que nos afogamos nelas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assinei também a do Mensalão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a assinou a CPMI, e o seu Partido caiu de pressão neste plenário. Discursos grosseiros, declarações injustas, mas V. Ex^a veio aqui e confirmou o que diz Eclesiastes: que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre.

Hoje, seu Partido se curva diante da obrigação de aceitar a realidade. Talvez, Senador Suplicy, bem melhor tivesse sido para o Partido dos Trabalhadores, se, bem lá atrás, não tivesse tentado jogar embaixo do tapete fatos que já eram do conhecimento público, que a Nação toda sabia. Talvez, se a CPI do Waldo miro tivesse sido instalada, se a CPI do Banestado tivesse chegado ao fim sem nenhuma interrupção, para que não fossem apurados alguns fatos que envolviam militantes do seu Partido, não estivéssemos vivendo hoje este vexame.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, talvez tenha cometido, na semana passada, no meu modo de ver, o maior erro político de sua vida pública. Ninguém, ao longo de sua caminhada, de sua travessia de 25 anos, foi tão compreendido, tão ajudado pela imprensa brasileira quanto o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. Quantos jornalistas correram riscos, ao acompanharem Lula em suas caminhadas, ao registrarem, na época da censura, nas páginas dos jornais em que trabalhavam, matérias, às vezes até cifradas, sobre a atuação daquele jovem sindicalista que despontava como uma liderança no cenário político brasileiro!

O ato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desrespeitar toda a imprensa brasileira na França e dar uma entrevista a um organismo estrangeiro foi desapontador, Senador Eduardo Suplicy. Imagine V. Ex^a como um representante de um jornal ou de uma emissora de televisão ou de uma rádio, mandado a Paris, com as despesas pagas pelo órgão de imprensa, chegando lá, vê-se frustrado, sem poder prestar contas a seu editor-chefe ou a seu jornal ou a sua televisão, por não ter acesso a uma entrevista com o Presidente do seu País. E essa entrevista é dada a um órgão da imprensa francesa que, por azar do destino

e para felicidade dela, tinha como entrevistadora uma jornalista brasileira.

Sua Excelência errou desde o começo. O primeiro princípio de um Chefe de Estado é o de que não se fala, fora do território nacional, de assuntos internos do País. Não se expõem as questões políticas fora do Brasil. Não se fala da economia, da crise política, porque isso é assunto da exclusividade da Nação brasileira. O Presidente Lula se isolou num belo jardim, com perguntas e respostas não sei se programadas ou não, e concedeu um privilégio. E a imprensa, para ter acesso, teve de pagar ao jornal francês, à revista francesa o direito de exclusividade daquela matéria. O pior veio depois. Talvez os autores daquela idéia fantástica não tivessem atentado para um fato primordial: o fuso horário. O Presidente deu uma entrevista, e, em um momento contínuo, dois integrantes de seu Partido davam entrevistas no mesmo sentido e com o mesmo objetivo, ou seja, o de justificar o injustificável.

Não quero aqui dizer que este País é feito por filhos de Maria. Não quero negar que, em período eleitoral, infelizmente, em alguns casos, existe o tão propalado caixa dois. Mas isso jamais pode ser admitido pelo Chefe de Estado. Errou quem comunicou ao Presidente da República que seu Partido praticava o caixa dois, e errou o Presidente da República, ao revelar ao Brasil, anos depois de tomar conhecimento dessa convivência, que sabia do fato e que era algo corriqueiro.

Essa notícia veio da França para cá, e já não se pode, a partir de então, Senador Eduardo Suplicy, dizer que o Presidente Lula é inocente, até porque, se pegarmos os pronunciamentos feitos não só por Sua Excelência, mas pelos integrantes do seu Partido, veremos que são todos eles no sentido de combater essa prática – quando o PT era Oposição, abro um parêntese para que todos entendam. Todos verão que o Partido tinha, na sua linha filosófica, o combate a gastos de campanha, ao abuso do poder econômico, ao famigerado caixa dois. Ele queria a mais transparente das apurações com os gastos eleitorais. E como, agora, não só admite, como seu tesoureiro aceita o fato de que essa arrecadação vem desde o ano 2000, de que ela cresceu em 2002 e eclodiu em 2004?

Mas há um fato tão grave, Senador Maranhão: o de que o certame de arrecadação não se restringia apenas ao período eleitoral. Começaram, gostaram e continuaram. A movimentação financeira permanece, as arrecadações continuam, e as cifras que estão aparecendo a cada dia são estarrecedoras. Tinha certeza de que o Presidente jamais soubera daquilo e de que, se soubesse, protestaria. Infeliz do momento em que tentaram dar uma nova versão da operação Uruguai para o momento atual.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E aí vem apenas comprovar, Senador Mão Santa, o que venho dizendo há algum tempo. Nunca vi um desejo tão grande do atual Governo de querer parecer com o Governo Collor! É uma fixação, nos erros, nos arreCADADORES, na maneira de governar.

É lamentável que, até então ausente de qualquer indício de participação, os fatos recentes comecem a arrastar o Presidente para uma realidade triste e penosa.

OuçO o Senador Mão Santa com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a. Entendo que o Presidente Lula tem que pedir dois perdões: perdão à Nação pelo que o Partido dele fez e perdão pelo que ele disse. E V. Ex^a está dando essa chance. O Pai Nosso diz que perdoamos, o próprio Cristo disse: “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem, o que dizem”. Está na hora de ele pedir perdão pelo que o Partido fez e pelo que ele disse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, nunca imaginei – e digo isso com toda pureza d’alma – o envolvimento do atual Governo e de integrantes do PT – alguns deles eu achava que estavam só esperando o momento certo para chegar ao céu, sem precisar de nenhuma intermediação, direto, sem passar pelo purgatório – nessa prática tão condenável.

Em alguns depoimentos na CPI, o cinismo com que as pessoas negam os fatos comprovados documentalmente é de arrepiar, é de estarrecer e é, acima de tudo, de entristecer os que nessa caminhada de vinte e cinco anos acreditaram, deram seu suor, deram os melhores anos da juventude, os melhores momentos da vida acreditando na ascensão dessa estrela que se cantava aos quatro ventos, que tinha com a esperança vencido o medo.

A decepção, a frustração jogou a esperança para baixo. Temos, neste momento, que tentar salvar o País, este País forte, de boa-fé, de credibilidade excessiva, que achou que essa mudança, para uns, radical, para outros nem tanto, seria, enfim, o nosso caminho para o paraíso. Qual nada! A promessa de alimentação três vezes ao dia para todos os brasileiros ficou no discurso. O rompimento festejado com o FMI agora mesmo foi demonstrado que é uma farsa, uma balela, quando o Governo paga adiantado uma parcela de US\$8 bilhões, dinheiro esse que podia ser empregado em áreas sociais.

Aliás, Senador Suplicy, V. Ex^a, que briga por um salário justo, que briga por igualdade social, imagino como não ficou triste ao ver que o maior investimento social feito no atual Governo foi a compra de um

avião por R\$168 milhões. Não discuto a necessidade. O Presidente precisa ter a dignidade do cargo. Mas não precisavam comprar o avião à vista. Ninguém no mundo compra avião à vista; compra pagando em 20 ou 30 anos. E compra de governo a governo, são compras facilitadas.

O que a Nação não entendeu ainda e está curiosa para saber é porque esse avião foi pago de maneira adiantada, Sr. Presidente. Nem os xeiques árabes, que têm dinheiro jorrando pelos poços de petróleo, fazem esse tipo de aquisição. Fazem o *leasing*, compram em longo prazo, porque são homens de visão, homens que vêem negócios. E um País como o nosso, com as dificuldades que vive, é que tem a coragem e a ousadia de fazer uma compra dessa natureza! Isso um dia ainda será explicado.

Senador Eduardo Suplicy, o velho ditado que diz “onde há fumaça há fogo” nunca mostrou, como neste momento, como é rica a sabedoria popular, porque esses que estão aí no pelourinho, comprometendo o seu Partido e a sua história, já são falados pelos excessos, pelo comportamento há pelo menos dois anos. Providência nenhuma foi tomada. Espero que o Partido de V. Ex^a acorde e, ao invés de querer arrastar o Brasil inteiro, a classe política, como um todo, para a lama, procure ele mesmo fazer uma profilaxia, se renovar e fazer com que, finalmente, essa estrela, um dia, volte a subir. A estrela cadente, infelizmente, do Partido de V. Ex^a frustra, portanto, o Brasil e centenas de brasileiros, crédulos como V. Ex^a, que é um dos que mais sofrem neste momento, com a angústia de ver o seu Partido viver situações para as quais V. Ex^a não contribuiu. Ouço V. Ex^a, com muita alegria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a mostra problemas que estão ocorrendo no Governo do Presidente Lula, pessoa a quem deposito a minha confiança e espero que possa corrigir os rumos, sejam os relativos ao nosso Partido, sejam os relativos ao que se passa com o Governo. Tenho sido perguntado por algumas pessoas – ainda vejo aqui uma matéria no **Valor Econômico** de hoje – se alguns Parlamentares do PT estariam até considerando mudar de partido. Afirmando que, quando ingressei no PT, tomei uma decisão que considero uma decisão de vida: contribuir para que as coisas melhorem no nosso Partido, que aqueles grandes anseios de realização de justiça, de democracia e de ética na vida política e na administração pública sejam sempre alcançados com o maior empenho. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a pode se julgar um homem feliz. O Estado de V. Ex^a sabe separar o joio do trigo. Sou testemunha, porque todas as vezes que vou a São Paulo, vejo que São

Paulo sofre com V. Ex^a o que V. Ex^a sofre por causa do seu Partido. Aquela semana em que V. Ex^a passou aqui as privações, as agressões dos seus colegas por ter tomado atitude coerente, era comovente ver como São Paulo está ao seu lado. V. Ex^a se sintia muito feliz de que neste rabo de cometa, nessas águas turvas de uma enchente que vem arrancando tudo o que encontra pela frente, V. Ex^a está em um local seguro. Sinta-se muito feliz por isso e, do perigo que V. Ex^a viveu e passou, cercado de tantas pessoas ruins que enganavam V. Ex^a, o Presidente e a Nação, V. Ex^a escapou ileso. V. Ex^a é um herói nesse contexto todo.

Com a generosidade do Presidente, fico muito feliz em conceder um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para o Senador Paulo Octávio falar após o Senador Heráclito.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, serei muito breve. Quero apenas lhe dizer, em relação inclusive a essa questão de sair do Partido dos Trabalhadores, que, ao contrário, sinto muito orgulho e uso a estrela do PT. Não estou nem usando o broche de Senadora, até porque os meus brochinhos quebraram. Mas eu não deixo de usar o broche do PT. E não será isso que todos falam “É o PT. É o PT”. Não é o PT. Vamos investigar. Sou membro titular da CPI, que não é CPI apenas de mensalão, mas CPI para investigar qualquer recebimento de recursos pecuniários ou vantagens por membros do Congresso Nacional, seja agora, seja há dez anos. Não fala porque até o crime é o mesmo. Mas quero dizer a V. Ex^a que também me empenharei na investigação, e quem quer que seja o culpado será punido. É isso o que defendemos. Orgulho-me, porque, pelo menos neste momento, neste País, podemos investigar, Senador, o que não foi possível em outros momentos. Não foi possível, porque não se permitiam fazer CPIs, não se permitia, inclusive, que se aprofundassem as investigações; quando se fazia CPI, esvaziava-se a mesma. Não estou dizendo que é a sua posição, pelo contrário, mas V. Ex^a sabe que isso aconteceu em nosso País. Então, precisamos ter esse cuidado e essa responsabilidade, além de, com certeza, cumprirmos a nossa parte, votarmos o que é fundamental ao Brasil. Era o registro que eu gostaria de fazer na sua fala. Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quanto a se mudar de Partido ou a se ficar no Partido, essa é uma questão de foro íntimo, e nela não entro. Mas essa história de dizer que se faz CPI agora porque é o Governo de V. Ex^a não é correta, porque este Governo não quis CPI. O Governo de V. Ex^a desautorizou-a,

desmoralizando companheiros de V. Ex^a aqui porque assinaram a CPI do Waldomiro. A CPI dos bingos desmoralizou e desautorizou vários companheiros de V. Ex^a. Essa CPI foi constituída porque é da rua, tem a capilaridade que têm os Correios brasileiros. A voz do povo veio de fora para dentro, exigindo que os fatos fossem apurados. O Partido de V. Ex^a não só boicotou até o último minuto a CPI, como também manipulou a eleição dos membros dirigentes da CPI, quebrando acordo tradicional. Ainda hoje está lá, manipulando o desenrolar da CPI, sem permitir a participação clara e coerente da minoria. Não quer quebra de sigilo bancário de pessoas que estão envolvidas, não quer quebra de sigilo telefônico. A cada momento, faz obstruções que prestam um desserviço ao País.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – O Senador Delcídio Amaral está fazendo um trabalho ruim?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, o Senador Delcídio Amaral é um dissidente do Partido de V. Ex^a e é olhado com olhos de desconfiança por alguns setores do Partido. V. Ex^a sabe bem disso. O Senador Delcídio Amaral vive sendo pressionado pelas atitudes corretas e coerentes que toma. Não está agradando o Partido de V. Ex^a. Tanto isso é verdade, que, na semana passada, conversando com o Líder e falando que o Partido de V. Ex^a, a base do Governo, tinha a Presidência e o Relator da CPI, S. Ex^a me disse, com a cara mais séria do mundo: “O Presidente, nem tanto!”

Então, essas coisas não são bem assim. Nenhum governo gosta de CPI. CPI incomoda, é natural. CPIs só acontecem quando a credibilidade do governo cai, e aí há o apoio daqueles que se cansaram de dizer amém. Daí o gesto histórico do Senador Eduardo Suplicy, que, contrariando as diretrizes do Partido, assinou essa CPI.

Senadora, essa será a CPI da verdade, doa em quem doer. E, após essa CPI, o Brasil será bem melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio pelo tempo que resta da sessão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a deferência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de uma luta que durou mais de sete meses, a segurança pública do DF pôde comemorar esta semana uma grande vitória: o reajuste de 17% concedido a cerca de 30 mil servidores da área.

Nessa segunda-feira, ontem, saiu publicado o reajuste que atingirá policiais militares e civis e bombeiros do Distrito Federal.

Relembro alguns momentos importantes dessa luta e agradeço a todos aqueles que participaram dela, principalmente a todas as entidades de classe do DF que se mobilizaram em favor da causa: o Sindicato dos Delegados de Polícia, o Sindicato de Policiais Civis, a Associação dos Servidores de Segurança Pública Privada, a Associação dos Praças e Policiais Bombeiros, a Associação dos Agentes de Polícia Civil, a Associação dos Inativos e Pensionistas da PM e do Corpo de Bombeiros, o Clube de Subtenentes e Sargentos da PM, a Associação Recreativa de Militares e Funcionários Civis, o Sindicato dos Policiais Civis, entre muitas outras entidades.

Quero parabenizar também o Governador Joaquim Roriz pelo seu empenho. Lembro que, para viabilizar financeiramente o pagamento dos policiais, o GDF fez um planejamento tributário de recursos do Fundo Constitucional do DF, na ordem de R\$180 milhões, o que possibilitou a manutenção dos salários das três forças de segurança e dos aposentados – um reconhecimento pelo bom trabalho que a área de segurança vem desempenhando aqui na nossa cidade.

Para agilizar o pagamento de policiais e bombeiros no dia 20 de janeiro, recebemos do então Ministro Aldo Rebelo a garantia de que uma medida provisória seria editada autorizando o aumento. Infelizmente, isso não aconteceu. A lei que instituiu o Fundo prevê que qualquer benefício a ser concedido aos policiais civis e militares e bombeiros deverá ser realizado por meio de lei federal.

Começamos, então, Sr. Presidente, uma corrida contra o tempo, já que os recursos disponibilizados garantiam o aumento a partir de fevereiro. Desde fevereiro, Brasília tem os recursos, mas não poderia pagar o aumento sem a aprovação da lei votada aqui há duas semanas.

Há um mês, houve um encontro entre o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e o nosso Governador Roriz, inclusive com a presença da Bancada de Brasília, com a minha presença. Participamos, com representantes também de todas as áreas de segurança pública, de uma audiência, pedindo o regime de urgência na votação do projeto.

Agradeço aqui ao Presidente Severino Cavalcanti por se sensibilizar com o nosso pleito e por atendê-lo, votando realmente o projeto que estava parado há alguns meses na Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado no dia 07 de julho. Seguiu de imediato para o Senado. Indicado como Relator do projeto nesta Casa, conseguimos votar e aprovar em tempo recorde. Quero agradecer muito ao Senador Renan Calheiros, aos Líderes partidários, ao Senador Cristovam Buarque, que foi Relator também comigo, aos Senadores...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, permite-me um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ouço o aparte do Senador Mão Santa, com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo por sua alta sensibilidade. V. Ex^a foi um ícone nessa luta e conseguiu a vitória de reajustar os salários da segurança. Lembro que V. Ex^a segue aquilo que é o mais importante na democracia. Norberto Bobbio, político que morreu recentemente, tendo sido Senador vitalício da Itália, dizia que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança, o direito à vida, à liberdade e à propriedade. E V. Ex^a foi um ícone na luta desse reconhecimento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe, com muita alegria e muita honra, o seu aparte. A nação piauiense está muito bem representada em Brasília por V. Ex^a, que sabe quantos piauienses moram em Brasília, e todos têm em V. Ex^a uma grande referência.

V. Ex^a já me confidenciou que sua família se sente segura vivendo em Brasília. A segurança de Brasília, realmente, é uma das melhores do País, e queremos que ela continue a mesma; aliás, queremos melhorá-la. Queremos dar um exemplo ao Brasil, mostrando que a Capital de todos os brasileiros é uma cidade segura, o que considero fundamental para o desenvolvimento e para a cidadania.

Agradeço-lhe o aparte, que recebo com muito orgulho. E levo um abraço a todos os piauienses que moram em Brasília.

Com a sanção e a publicação da lei nessa segunda-feira, a área de segurança pública recebe outra boa notícia. O contracheque deste mês de julho já virá com os 17% a mais, uma vitória, pois esperávamos que o aumento só viesse na folha de agosto. Além disso, o aumento será retroativo a 1º de fevereiro.

Quero agradecer, novamente, ao Governador, por se comprometer a pagar as parcelas atrasadas integralmente.

Para que a segurança da população de todo o País melhore, como disse o Senador Mão Santa, é necessário remunerarmos bem os nossos policiais. O Governo de Brasília dá um grande exemplo, reconhecendo o trabalho da segurança pública de nossa cidade.

Por isso, no próximo contracheque, os policiais já receberão o aumento, que é justo, que é constitucional e que está previsto no Orçamento, sem buscar recursos da União, porque já são recursos do Fundo Constitucional da nossa cidade.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de complementar com um parecer muito importante da nossa Consultoria Legislativa, que diz o seguinte:

Na sessão do Senado Federal, no dia 7 de julho último, relatei, por indicação de Vossa Excelência (o Presidente Renan Calheiros), em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2005 (nº 5.030, de 2005, na origem), que *institui a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, altera a distribuição de Quadros, Postos e Graduações destas Corporações, dispõe sobre a remuneração das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências.*

Ocorre que, após a redação final e o envio dos respectivos autógrafos, verificou-se a existência de inexatidão material na redação dada pelo art. 25 da proposição ao texto do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996.

Afirma o texto constante da redação final que será exigido para o ingresso na Carreira de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Informática, Geologia, Odontologia, Farmácia, Bioquímica, Mineralogia e Engenharia.

Ora, não há qualquer dúvida de que o conectivo correto no caso é a expressão “ou” e não “e”, uma vez que não se cogita que o Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal tenha que ser portador de doze cursos de graduação dos mais diversos ramos do conhecimentos.

Assim, tratando-se de lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, mas, ao contrário, em seu esclarecimento, solicito a V. Exª seja, na forma do art. 325, III, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhada nova mensagem à Presidência da República dando ciência do fato e solicitando a retificação da parte final do texto do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 1996, na redação dada pelo art. 25 do PLC nº 54, de

2005, onde se lê: *Mineralogia e Engenharia*, para se ler: *Mineralogia ou Engenharia*.

Era o que eu tinha a acrescentar.

Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência. Agradeço também ao Sr. Carreiro, pois foi muito oportuno o encaminhamento da votação em julho, ajudou-nos bastante.

Ao Presidente Renan Calheiros, o meu agradecimento em nome de toda a área de segurança de Brasília, porque conseguimos fazer uma grande proeza aqui no Senado Federal: o projeto chegou à Câmara e, com o consentimento dos líderes partidários, conseguimos votá-lo no mesmo dia. Foi uma vitória do Senado. Ficou demonstrada a competência desta Casa e o seu respeito à área de segurança de Brasília.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

A retificação será decidida oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, e Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar dois artigos publicados no jornal **Folha de S. Paulo**, em suas edições dos dias 5 e 7 de julho do corrente, intitulados respectivamente, “A culpa de Lula” e “Não acerta uma”.

Os referidos artigos mostram que há efetivamente um “cordão de isolamento” para tentar afastar o Presidente Lula da crise política que permeia, em geral, o atual Governo e, particularmente, o Partido dos Trabalhadores. O Presidente continua a afirmar que não sabia de nada, mas, mesmo que isso fosse verdade, até onde esse fato o inocentaria?

Pela oportunidade do assunto, requeiro que os artigos acima citados sejam dados como lidos e considerados como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A culpa de Lula

SÃO PAULO - Helmut Kohl foi o líder político que conduziu o processo de reunificação da Alemanha, tarefa ciclópica. Deu certo — claro que com os problemas inerentes à imensidão do desafio.

Kohl, portanto, é um formidável herói, cultuado por seus concidadãos, certo? Mais ou menos. Na verdade, Kohl está no ostracismo, mesmo agora que seu partido, a CDU (democracia-cristã) tem grandes chances de voltar ao poder.

Motivo: um escândalo em torno de financiamento irregular de campanha eleitoral. Familiar? Pois é. E o dinheiro, diga-se, nem foi para o bolso de Kohl. Pagou assim mesmo o preço político.

Por que, então, Luiz Inácio Lula da Silva deve ser inocentado a priori? Se há culpas no PT, como se deduz da pressão do próprio Lula para afastar a cúpula partidária, o presidente não pode ficar imune.

Não se trata, como no caso alemão, de suspeitar de que Lula tenha posto

dinheiro no próprio bolso, mas de ter claro que as irregularidades de que são suspeitos os dirigentes do PT visavam beneficiar o partido, sim, mas o governo do partido também.

Digamos que Lula não soubesse de nada. É inocente por isso? Não. É culpado por omissão. No mínimo, por ter aceitado que outros líderes do partido aparelhassem o PT para agir em benefício do governo e da reeleição do principal líder petista.

Antes que os descerebrados adeptos da teoria da conspiração comecem a berrar, já vou avisando: não, não é o caso de impeachment. Pelo menos com o que se sabe até agora.

Mas já é, sim, o caso de uma distribuição adequada de responsabilidades. A defenestração da cúpula do PT pode ajudar o governo a sair da catarroia e a encontrar uma linha de defesa menos inepta, mas não basta para inocentar o presidente.

@ → crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Não acerta uma

BRASÍLIA - A crise política é enorme, e a "reforma ministerial" está sendo mínima, como se Lula usasse um regador de um litro e meio para apagar um incêndio na Amazônia. Certamente não é nomeando o Silas isso e o Saraiva aquilo para Minas e Energia e Saúde (sim, Saúde!) que o presidente irá recuperar a dianteira do processo e o controle da situação.

Ainda mais porque Lula tem o ônus sem o bônus. Logo depois do anúncio constrangedor dos novos ministros no Planalto, o comando e os governadores do PMDB soltaram nota desautorizando tudo. É o governo, mais uma vez, trôpego, confuso e mal-assessorado no que se pensava que Lula tinha de melhor: a habilidade e a sensibilidade política.

A "reforma", que deve ter novos lances amanhã, é apresentada como uma tentativa do Planalto para sair da perplexidade e mostrar vitalidade. Palocci faz a sua parte, reunindo empresários e políticos governistas e da oposição para discutir algo concreto: o déficit zero sugerido por Delfim. Márcio Thomaz Bastos igualmente se esforça, sentindo os humo-

res de caciques como FHC e ACM.

Até a oposição ajula, não gritando "fora, Lula!" nem ameaçando a "governabilidade" e a "estabilidade", por mais que investigações paralelas, divulgadas aos borbotões pela imprensa, mostrem práticas nada bonitas no entorno do presidente.

Há, portanto, um cordão de isolamento para evitar que Lula seja atingido pela crise e pela lama. Mas, pe-raí, ele precisa corresponder à sua fantástica biografia e ajudar. Ou, pelo menos, não atrapalhar.

Aqui no país, ainda se ouve e se lê que Lula está "irritado", "triste", blablablá. E lá fora? O Lula que participa da reunião do G-8 hoje, na Escócia, e do Ano do Brasil na França, na semana que vem, em Paris, certamente não é o mesmo de dois anos atrás aos olhos do mundo.

Antes de morrer, Sérgio Motta implorou a FHC: "Não se apequene!". Deveríamos todos gritar em coro agora: "Nem você, Lula!".

@ → elianec@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A mula-sem-cabeça do PT”, de autoria do articulista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 11 de julho do corrente.

A cúpula do PT caiu pelo fato de ter sido pega em muitas mentiras e com muitas malas na mão. Essa visão já faz parte do quadro da corrupção da mesma maneira que a mula-sem-cabeça faz parte do folclore. É tão grotesco o caso que o Presidente deveria fazer mais pelo seu País que apenas nomear alguns amigos do PMDB.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero dizer que o País assistiu ao publicitário Marcos Valério e ao ex-tesoureiro Delúbio Soares apresentarem, em dueto, a mais risível das versões para justificar a origem da dinheirama que veio à tona a partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson. A versão engendrada nos faz reportar à malfadada “Operação Uruguai” da era Collor. As características da farsa montada em 2005 – os desmentidos reiterados; o falso testemunho de Marcos Valério à Comissão Parlamentar Mista dos Correios; as alegações de uma trama da direita para derrubar o Governo, apresentada inicialmente pelo Sr. Delúbio Soares; as cifras bilionárias envolvidas –levam-nos a acreditar que o esquema armado de corrupção é seguramente o mais sofisticado de que se tem notícia na República. A “opção” de assumir crime eleitoral como “mal menor” possui outra faceta: um tesoureiro não toma empréstimos “vários” sem que suas decisões sejam compartilhadas e chanceladas pelos responsáveis pelo projeto de poder em curso. O que ficou caracterizado: houve formação de quadrilha para a prática de crime eleitoral. Existem muitas “verdades” a serem

reveladas. O que veio à tona é apenas a ponta do iceberg do sofisticadíssimo esquema de corrupção montado a partir do quarto andar do Palácio do Planalto, com suporte nos fundos de pensão das empresas estatais.

As irregularidades se acumulam a cada instante. O Sr. Marcos Valério, por exemplo, ofereceu contrato de publicidade com os Correios como garantia de um empréstimo de R\$15,9 milhões no banco BMG, sem mencionar empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, subvertendo toda a lógica financeira existente.

Rompendo o compromisso de só tratar da crise no seu retorno ao Brasil, o Presidente Lula concedeu, em Paris, entrevista a uma repórter brasileira local, cujos direitos de transmissão foram comprados pela Rede Globo de Televisão. Foi patético e desolador assistir ao Presidente Lula afirmar que o Partido dos Trabalhadores fez o que todos os partidos fazem, como se essa lógica fosse capaz de eximilo de responsabilidade. A forma como o Presidente Lula tenta se dissociar do PT é frágil e não resiste ao exame imparcial dos acontecimentos. Foram engendradas tantas mentiras até a apresentação da fantasiosa versão apresentada pela dupla Delúbio e Marcos Valério que, daqui por diante, só a verdade poderá restaurar a dignidade perdida.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, também do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 19 de julho de 2005, intitulado “Lula endossa a farsa”. O referido editorial retrata com fidelidade a conjuntura política atual.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VINICIUS TORRES FREIRE

A mula-sem-cabeça do PT

SÃO PAULO - A degradação do petismo-lulismo não tem fim. Não se trata aqui do paroxismo de vexames e indignidades simbolizado pelo petista preso com uma pacoteira de dólares sob as calças. A degradação é ininterrupta porque o petismo-lulismo não é outra coisa que uma estratégia de se incrustar no poder a qualquer custo, sem nenhum projeto de substância. Da esquerda antiga —aliás uma redundância, pois não há esquerda nova— herdou apenas o cadáver mumificado, o vezo autoritário, o aparelhismo, a mentira sistemática do estalinismo.

O petismo-lulismo procura salvar aparências, apenas. A camarilha lulista no PT caiu tão-só porque flagrada em mentiras ou sob o impacto das imagens da opereta bufa de última categoria estrelada pelo homem da mala do PT, materialização tão grotesca do folclore da corrupção como ver uma mula-sem-cabeça pastar. Não fossem escândalos, a camarilha estaria lá, José Genoíno inclusive, incrustada como craca no poder.

A seguir, a opereta deu lugar à pantomima dos “choques”: “ético”, “de gestão”. Para começar, Lula identifi-

cou mais uma vez o PT com o governo. Deu status reverso de ministro aos membros escafedidos da camarilha (Delúbio, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Genoíno), pois tirou gente de seu gabinete ministerial para substituí-los no PT. A nova cúpula, por sua vez, limita-se a dizer que vai fazer auditoria das contas e que quer assustar seus bandidos com uma agenda para registrar as reuniões de finanças do partido.

Após dois anos e meio, Lula promete começar a governar, com um “choque de gestão”. Não começará. A precariedade institucional, o desarranjo constitucional e o divórcio entre a condução da política e a da economia, herdado de FHC, agravaram-se ainda mais sob o PT. Se Lula tivesse noção do mal que causou iniciaria um governo de transição e diálogo, tocando reformas no sistema financeiro, na burocracia, na política, no Orçamento da União. Mas limita-se a nomear mais amigos medíocres, pelegos e o banco de reservas da confederação fisiológica do PMDB.

@ → vinit@uol.com.br

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

19

MÊS/ANO:

Julho/05

EDITORIAL:

Nacional

MADEIRA

A

PÁGINA:

3

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a *TV Globo* levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, transmitidas no sábado à noite pela mesma emissora - as quais, por sua vez, avalizam a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela mesma emissora. No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensalão denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Eles negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os empréstimos "pessoais" de Valério, ou intermediados por ele, coisa de R\$ 89 milhões,

com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004. Os empréstimos irrigaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eletivos - menos o de presidente da República - do PT, PP, PL, PTB, PSB, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admitir delitos piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confessou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos de todas as legendas - o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratagema, a que decerto não ficou alheia a criatividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruinosa ao seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ameaça: se a oposição for longe demais nas investigações, tampouco sairá ilesa. Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de de-

por na CPI dos Correios, poderá "arrastar junto o Brasil"? E não disse o presidente Lula em Paris que "o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feito no Brasil sistematicamente"? E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que "o Brasil não merece o que está acontecendo" (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida *free-lancer* brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista. Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela *Rede Globo* para exibição no *Fantástico*. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria

ao risco de um embaraço. E isso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que "o PT está sendo vítima do seu crescimento", que as atuais denúncias "não chegaram ao governo", que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que "a direção ficou muito enfraquecida" (porque os "melhores quadros" foram para o governo) e "possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos".

É o caso de invocar o ditado do "pior a emenda". Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armação cuja fragilidade é gritante (daí o rótulo Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não pela oposição, com certeza pela mídia - para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos. A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser "poupado dos detalhes". Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo do professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 11 de julho de 2005, com o título: “A morte da esperança”.

O que deixou a crise atingir o PT foi a falta de esperança. Por muitos anos os eleitores identificavam o PT como um partido moral que lutava por um país melhor. Contudo, todas essas denúncias que atingiram o Partido não arranharam apenas a sua imagem, mas também, a

A morte da esperança

Denis Lerrer Rosenfield

Talvez um dos aspectos mais relevantes do processo de corrupção que atinge o PT e o governo federal reside na morte da esperança. No momento em que a “ética na política” como bandeira partidária foi atingida, todo um mundo ruído, o mundo da moralidade pública, o que estruturava o imaginário perista e soldava a aderência dos militantes ao seu partido e aos seus ideais. Os eleitores, ao longo de vários anos, se acostumaram a identificar o PT à moralidade, como se a luta por um novo Brasil fosse simplesmente a luta pela criação de um partido moralmente puro no poder.

Quando as primeiras denúncias surgiram, elas “cobravam” dificilmente ao PT, pois havia uma certa aura que fornecia uma blindagem eficaz. Celso Daniel foi assassinado, a situação foi e é particularmente escabrosa, pela extorsão de empresários, por protestos da família, pela tortura do prefeito e por assassinatos em série. Tudo, naquele então, foi feito para “descolar” o partido e seus membros do acontecido. Segundo o sabor das circunstâncias, os dirigentes partidários ora diziam que o episódio era criminal, ora político, e quando político não dizia, evidentemente, respeito ao PT. A tentativa terminou por malograr. Os protestos foram múltiplos, porém, fato grave, o partido da moralidade já mostrava o seu pouco compromisso com a ética. No episódio Waldemiro Diniz, quando foram comprovadas suas estreitas relações com um biliteiro, segundo uma fita que comprovava a arrecadação de fundos partidários, a reação foi a mesma, a de abafar o caso, com a obstaculização, inclusive, de uma CPI, agora finalmente autorizada pelo STF. Aqui a bola começava a não aderir. No entanto, o então ministro José Dirceu, já tendo o seu nome insistentemente citado pela mídia, foi objeto de uma festa de desagravo. Era um crime de lesa-majestade implicar o PT com a corrupção. Agora já não houve festa, nem desagravo. Os convivas, perplexos, partiram.

A questão, no entanto, é que a esperança também partiu. E não partiu por uma manobra qualquer da oposição, que, por assim dizer, foi pega de surpre-

esperança do povo, que deixou de acreditar que o PT é um partido inatingível e puro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SEREFEREO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sa. Ela se tornou espectadora de um espetáculo que a favorece. É como se, nada fazendo, ela já se tornasse a destinatária natural de uma outra alternativa política. As teses estapafúrdias de um “golpe” em curso, de uma ação concertada das “elites conservadoras” ou de uma orquestração da “direita” não resistem a uma mínima análise objetiva. Os problemas surgiram entre os partidos aliados, e não tiveram o PSDB ou o PFL como causa. A política macroeconômica, por exemplo, tem beneficiado as “elites” que o PT diz combater. Só se essas elites fossem maoístas tramariam a queda de um governo que as beneficia diretamente. Elites conservadoras como as representadas pelos senadores José Sarney e Renan Calheiros são os mais firmes suportes do governo. Se há golpe, é o de o PT ter renegado suas bandeiras históricas e, dentre elas, a mais preciosa, a da “ética na política”.

O partido e o governo acusaram, desta vez, recepção. Todas as manifestações e denúncias do deputado Roberto Jefferson estão sendo confirmadas. Confirmadas também pela renúncia de José Dirceu, de Silvinho Pereira e de Delúbio Soares. Eles passaram recibo e com uma velocidade espantosa. O primeiro chegou a obedecer aos prazos estabelecidos pelo deputado denunciante, que de réu se tornou acusador. A moralidade sobrou e a perplexidade tomou conta do País. A ética não pode mais ser desfalçada pelo governo e pelo PT. Nem pode o primeiro aduzir que tudo fazia pelo esclarecimento dos fatos, senão via discursos vazios que não se traduziram por ações práticas. Estas, aliás, seguíam e seguem uma direção oposta à apreendida. O presidente perde rapidamente credibilidade. A esperança dele desencarnou.

A imprensa e a mídia foram as grandes protagonistas dessa história. Graças a uma imprensa livre, na qual vigem a corrupção e uma economia de mercado, os fatos puderam aparecer e ser desvendados. Se a opção autoritária do Conselho Federal de Jornalismo e da Aneinav tivesse vencido, a situação seria hoje provavelmente outra, com tudo sendo abafado. Enten-

de-se agora melhor o porquê dessas iniciativas que afrontaram tão diretamente a liberdade. A Polícia Federal, o Ministério Público e as comissões do Congresso vieram a reboque de uma investigação conduzida por revistas e jornais, que estão balizando o processo. Neste sentido se pode dizer que a sociedade brasileira está à frente de seu Estado e de seus partidos, sendo o motor da liberdade. Quem não se lembra das declarações, poucos dias atrás, de dirigentes partidários que asseguravam que não havia nada a investigar, que tudo estava devidamente elucidado? Será que

A MORALIDADE SOCOBROU E A PERPLEXIDADE TOMOU CONTA DO PAÍS

a nova elite política, a que está atualmente no poder, pegou os cacoades da antiga? Estranho mimetismo, estranha maneira de se conceber a “mudança”.

Quando das eleições de 2002, a publicidade do partido vencedor foi extremamente bem-feita. Guardamos todos na memória aquelas belas imagens que sugeriam moralidade e competência, como se a esperança fosse concreta e prestes a se realizar. Algumas imagens chegavam a sugerir, em muitos correndo pelos campos, que o reino dos céus estava próximo. A aposta foi muito elevada e a queda, tanto mais abrupta. Poder-se-ia dizer que a irresponsabilidade foi total. Limites morais foram claramente transpostos, pois ao inexecutível foi, agora, acrescentada a desfaçatez. Nada mais se sustenta, tudo periclitado, e os discursos presidenciais mais parecem palavras ao léu condizidas pelo medo que reaparece. O problema, hoje, é se o povo brasileiro fará um saudável exercício de ceticismo, de descrença em relação a promessas vazias e a condutas de fachada, ou se procurará um novo destinatário, um salvador da Pátria, aquele que poderá encarnar a crença perdida. Onde depositar a esperança? ●

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até quando a armadura se manterá intacta? “A couraça de proteção que a sociedade politicamente mais ajuizada, nestes momentos de tensão, cingiu o mandato presidencial, exorcizando o fantasma do *impeachment*, pode ter sido a causa da economia de atitudes mais drásticas que pudessem desaguar nessa indesejável probabilidade”.

O texto acima foi extraído do artigo intitulado “A ética da cueca dos dólares”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, do último dia 17 de julho do corrente. O referido artigo tece considerações sobre o comporta-

mento do Presidente Lula frente o furacão de denúncias que assolou os alicerces do Governo.

Pela oportunidade do assunto, Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ética da cueca dos dólares

MAURÍCIO CORRÊA

Colunista

Percebe-se que o governo mudou a estratégia de ação. Não era para menos. Afinal, depois das últimas baixas sofridas, não dava para se esperar outra atitude. Nada melhor do que refrescar um pouco a memória. Há quase um ano o Palácio do Planalto já anunciava modificações no plantel ministerial. Até mesmo para a redução de seu injustificável tamanho. Há ministros que jogam paciência no computador e fazem palavras cruzadas nas horas de expediente por falta do que fazer. Debita-se a dificuldade na realização desse projeto de mudanças ao estilo pachorrento do presidente, que tem demonstrado inata apatia na hora de decidir. Sobretudo quando se trata de demitir amigos detentores de altos cargos, ainda que sejam incompetentes e incapazes. Uns, inclusive, sob suspeita da prática de atos ilícitos, conforme noticiam inquiridos em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Só mesmo depois do furacão das denúncias formuladas pelo deputado Jefferson e das posteriores evidências comprometedoras vindas a público é que se encorajou o presidente a sair da inércia e promover as primeiras alterações na área. Não fosse isso, é de supor que tudo continuaria no mesmo. A grande preocupação está em saber como ficarão as coisas daqui pra frente, assim que encerradas as alterações em curso nos escalões da cúpula da administração pública, agora interrompidas com mais uma viagem presidencial à França para assistir às comemorações da Queda da Bastilha, festada no dia 14 passado.

Seria o caso de ausentar-se do país no tumultuado momento em que vivemos? Não seriam

por essas e outras façanhas que a sujeira se esparramou pelos domínios íntimos do governo? Se indispensável a presente visita à França, por que viajar tanto? Seriam todas as viagens necessárias? Quanto os cofres públicos já despenderam com a revoada pelos quatro cantos do mundo? Haja dinheiro.

Desde que os arquitetos da política petista, então concentrados na direção partidária, foram afastados de suas funções, um novo panorama pode descortinar-se com visibilidade melhor para o Planalto. Tudo dependerá da ação pessoal de seu titular. Se assumir de fato e com disposição os encargos da administração pública, ampliando e aprimorando as relações com o Congresso Nacional, quem sabe terá condições de pilotar a nau do governo até o porto final de desembarque. O que é duvidoso é se haverá engenho para tanto. Aguardemos que algo de bom possa ocorrer.

A couraça de proteção que a sociedade politicamente mais ajuizada, nestes momentos de tensão, cingiu o mandato presidencial, exorcizando o fantasma do *impeachment*, pode ter sido a causa da economia de atitudes mais drásticas que pudessem desaguar nessa indesejável probabilidade. Nesse cenário da atualidade, incluem-se a cautela da própria mídia nacional na condução e interpretação dos fatos e a equilibrada ação dos parlamentares de oposição no Congresso Nacional. Para tanto, não faltaria combustível à aceleração do processo, se agulhadas as feridas abertas do declínio moral do petismo e suas relações incestuosas com a Presidência da República. Até quando a armadura se manterá intacta?

Primeiramente vieram as mentiras da antiga direção do PT.

Depois, o conluio maldito dos depósitos nas contas das empresas do mercenário testa-de-ferro do jogo financeiro. Em seguida, os avais negados pelos atores do golpe, posteriormente confirmados. De sobra, as confissões do tesoureiro e a história da Telemar com o Lulinha. Enfim, a farsa se rompeu. O resto é a roubalheira escancarada do dinheiro do povo. Precisaria de algo mais?

O vendável que assolou os alicerces do governo parece, todavia, não ter abalado o ânimo do presidente. Suas aparições públicas em meio à tamanha borrasca não lhe modificaram o humor. Comparece a cerimônias, viaja, discursa, sorri, indigna-se, veste bonés, monta arraial, dança o *forró* e assiste a todo o espetáculo como se nada tivesse acontecido ao seu redor. Coloca-se acima do bem e do mal. Acha-se uma entidade bafejada pelas graças do Olimpo. Assegura-se de que dará uma volta por cima da tormenta que se abate sobre o teto do país. Crê haver transposto o Rubicão dos escândalos de seu partido mesclados com seu governo.

Fora tudo o que tem conspurcado o pudor nacional, para no ar, inexplicável, a verdadeira história do estranho transporte de dólares na cueca. Além do grotesco carregamento da grana estrangeira em tão malcheiroso lugar, acompanha-o polpuda soma de reais. No exato momento em que se aperta o cerco contra a trama petista é que o misterioso mensageiro sai do Ceará em busca de tão valiosa carga na distante São Paulo. É plausível? Dá para entender? Bem, desculpe, mas depois de tudo isso, a decantada ética dos fariseus petistas e de seu governo tinha realmente que ser levada numa cueca. Não haveria mais apropriado local.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Foco de tensão”, publicado na seção “Opinião” do jornal **O Globo**, edição de 12 de julho do corrente.

O artigo mostra que o Presidente Lula, ao nomear Luiz Marinho, Presidente da CUT, para ocupar o Ministério do Trabalho, importou mais um foco de tensão para dentro do Governo, abrindo uma nova trincheira de resistência à política do Ministro da Fazenda.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	12	Julho/05	Opinio	A	6

OPINIÃO

Foco de tensão

Ao ceder o Ministério do Trabalho à CUT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comete o mesmo erro do início de governo, quando terceirizou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, entregando-os ao MST — um dos maiores símbolos do aparelhamento da máquina pública na sua gestão.

Com uma diferença, para pior: a terceirização do Ministério do Trabalho implica riscos mais graves. Políticos, por exemplo. Não se deve esquecer que o ministro indicado, Luiz Marinho, presidente da CUT, foi dos primeiros a atenderem a temerária convocação feita por José Dirceu aos tais movimentos sociais para defenderem o governo de uma inexistente conspiração “conservadora” e de “direita” — quando a crise política, que acaba de implodir a cúpula do PT, é de origem ética e criminal.

Nesse sentido, é de se perguntar se o presidente, ao nomear Marinho, pensa em contar com um exército de reserva de militantes para ganhar as ruas caso os ventos da crise mudem de rumo e tomem a direção do Planalto.

Não há dúvida que, ao convidar Luiz Marinho, Lula importou mais

um foco de tensão para dentro do governo. Não passou despercebido que a primeira promessa do ministro escolhido foi a de lutar por um salário-mínimo mais elevado. Nada mais previsível.

Como também é evidente que isso vai contra qualquer esperança de que a Previdência deixe de ser o mais importante fator de desestabilização das contas públicas. Ao contrário, dada a dependência do orçamento previdenciário em relação ao salário-mínimo.

Lula cria problema para seu governo ao ceder pasta à CUT

O presidente Lula executa, mais uma vez, movimentos dúbios: acena positivamente para a proposta de redução do déficit nominal e de mais austeridade nos gastos públicos, mas coloca na equipe de ministros alguém contrário à idéia.

Com o agravante de que, com a escolha de Marinho, ele próprio, Lula, abre uma trincheira de resistência à política do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mais do que nunca a principal viga de sustentação do governo — ao lado do ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça.

Numa visão otimista, pode-se imaginar que Luiz Marinho tenha aceitado o convite apenas para ajudar o amigo de lutas sindicais. Não é uma suposição plausível.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005), que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Relator revisor:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.

Relator revisor:

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre

o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Relator revisor:

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Peço a benção de Deus sobre esta terra e sobre este povo. Que Deus ilumine as Comissões que estão investigando atos que só envergonham o País!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)


Agenda do Presidente do Senado Federal 19-7-2005 – terça-feira

- **11h – Sessão Extraordinária do Senado Federal**
Plenário do Senado Federal
- **16h – Ordem do Dia – Sessão não Deliberativa**
Plenário do Senado Federal
- **16h:30 – Reunião com Líderes de Partidos no Senado**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- **17h – Senhor Antonio Rangel Bandeira, Coordenador do Projeto de Controle de Armas da ONG Viva Rio, para estabelecer o plano da campanha do referendo**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- **18h – Senhor Edgar Antunes Neto, Presidente da União Nordestina dos Produtores de Cana – UNIDA e Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, acompanhado do Senhor Manoel Gregório Maranhão, Secretário Geral; Senhor Fabiano Luiz de França, Diretor Financeiro; Senhor Ricardo Buarque, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco; Senhor Renato Lima Ribeiro, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana do Rio Grande do Norte; Senhor Artileu Afonso dos Santos, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana do Extremo Sul da Bahia; Senhor Marcelo Carvalho de Oliveira, Associação dos Produtores de Cana do Vale do Mucuri; Senhor João da Cruz Gonçalves, Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Bahia; Senhor José Inácio de Moraes Andrade, Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

**Ata da 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 13 de julho de 2005**

Às dez horas e trinta minutos do dia 13 de julho de dois mil e cinco, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e a presença dos Srs. Senadores, Efraim Morais, 1º Secretário, Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, e Aelton Freitas, 4º Suplente de Secretário. Deixam de comparecer por motivo de licenças anteriormente concedidas pelo Plenário os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, João Alberto Souza, 2º Secretário, e deixa de comparecer por motivo justificado o Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, O Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: **1) O Senador Tião Viana apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos de informações nºs: 7, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 118, 134, 135, 176, 177, 494, 497, 503 e 581, de 2005; e relatório favorável, com nova redação ao Requerimento nº 45, de 2005; e favorável com a rejeição dos quesitos 1 e 4, ao Requerimento nº 117, de 2005.** Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **2) O Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes dos relatórios anteriormente encaminhados à Mesa pelo Senador Antero Paes de Barros, favoráveis aos Requerimentos de informações nºs: 92, 200, 222, 285, 352, 438, 447 e 471, de 2005.** Sobre os **Requerimentos nºs 313, 314 e 315, de 2005,** deu conhecimento do teor dos relatórios favoráveis, com restrições, pela supressão de referência de expressões contidas no 4º questionamento. Submetidos à votação,

os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **3)** O Senador Efraim Morais apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos** (de informações) n^{os}: **262, 269, 270, 271, 275, 283, 284, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 489, 491, 495, 496, 527 e 549 de 2005**. Continuando com a palavra o Senador Efraim Morais proferiu relatório favorável ao **Requerimento n^o 159, de 2005**, que deverá ser remetido ao Presidente do Banco Central do Brasil. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **4)** O Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes dos relatórios anteriormente apresentados à Mesa pelo Senador João Alberto Souza favoráveis aos **Requerimentos de informações** n^{os}: **76, 116, 174, 199, 203, 208, 213, 215, 217, 218, 250, 252 e 253 de 2005**. Deu conhecimento ainda dos relatórios favoráveis, com nova redação, aos **Requerimentos de Informações** n^{os} **107 e 251, de 2005**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **5)** O Sr. Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos relatórios do Senador Paulo Octávio, favoráveis aos **Requerimentos de informações** n^{os}: **204, 228, 239, 240, 243, 244, 246, 308, 309, 317, 320, 323, 353, 445, 466, 475, 476, 526, 548 e 555 de 2005**. O Sr. Presidente deu conhecimento, também,

do relatório favorável ao **Requerimento nº 357, de 2005**, que deverá ser encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, com nova formulação; e dos relatórios favoráveis aos **Requerimentos nºs 439 e 440, de 2005**, com a supressão do quesito 3. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 6) Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes dos relatórios do Senador Eduardo Siqueira Campos, encaminhados à Mesa, favoráveis aos **Requerimentos de informações nºs: 81, 128, 129, 132, 194, 195, 196, 611, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 680, 681, 684, 685, 687, 688, 689 e 690, de 2005**. Leu também o relatório oferecido ao **Requerimento nº 131, de 2005**, declinando da competência da Mesa para a CCJ; de relatório favorável, com a supressão do quesito 2, ao **Requerimento nº 80, de 2005**; e, também, relatório favorável, com nova redação, ao **Requerimento nº 603, de 2005**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e vinte e três minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 13 de julho de 2005

Senador Renan Calheiros
Presidente



SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às quatorze horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista** destinada a relatar o **Veto Parcial nº 2, de 2005**, aposto ao PLV 57/2004 (oriundo da MPV 210/2004) , que “Altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da *Administração Pública Federal Autárquica Fundacional*; da Lei no 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da *União, das Autarquias e das fundações públicas federais*, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil; da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA, e da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas *Agências Reguladoras*; e dá outras providências”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), *Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.*

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 03, de 2005**, aposto ao PLV 58/2004 (oriundo da MPV 212/2004), que “Altera dispositivos das Leis nos 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram; 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; 10.874, de 1o de junho de 2004 e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996; institui a *Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal - GEAPF*, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a *Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal - GEAPRF* e a *Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU* e dá outras providências”, com a presença do Deputado Mauro Lopes, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às dezoito horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 04, de 2005, aposto ao PLV 59/2004 (oriundo da Medida Provisória 213/2004), que “Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004, e dá outras providências”, com a presença do Deputado Murilo Zauith, a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às dezoito horas e trinta minutos, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 05, de 2005, aposto ao PLV 60, de 2004 (oriundo da Medida Provisória nº 214/2004), que “Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências”, a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a emitir Relatório sobre o Veto Parcial nº 20 de 2004, aposto ao PLN 03, de 2004, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a emitir Relatório sobre o Veto Parcial nº 22, de 2004, aposto ao PLV 41/2004 (orlundo da MPV 186/2994), que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE e à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências”, com a presença do Senador Jefferson Peres, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às nove horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 25, de 2004, aposto ao PLC 93/2003 (nº 4.295/2001, na Casa de origem)**, que “Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às nove horas e trinta minutos, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Total nº 26, de 2004, aposto ao PLC 103/2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem)**, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às dez horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 27, de 2004, aposto ao PLN nº 28, de 2004, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00, para fins que especifica”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às dez horas e trinta minutos, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, **da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 28, de 2004, aposto ao PLC 58/2004 (nº 2.399/2003, na Casa de origem),** que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS e dá outras providências”, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às onze horas, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 29/2004, aposto ao PLS nº 110, de 1988 (nº 3.803/1989, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências”, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de julho de dois mil e cinco, terça-feira, às onze horas e trinta minutos, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 30, de 2004, aposto ao PLV 63/2004(oriundo da Medida Provisória 219/2004), que “Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Confins não cumulativas e dá outras providências”, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de julho de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u></p> <p style="text-align: center;">PAULO ROCHA PT-PA</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u></p> <p style="text-align: center;">NEY SUASSUNA PMDB-PB</p>
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MINORIA</u></p> <p style="text-align: center;">JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MINORIA</u></p> <p style="text-align: center;">JOSÉ JORGE PFL-PE</p>
<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></p> <p style="text-align: center;">AROLDO CEDRAZ PFL-BA</p>	<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></p> <p style="text-align: center;">CRISTOVAM BUARQUE PT-DF</p>

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



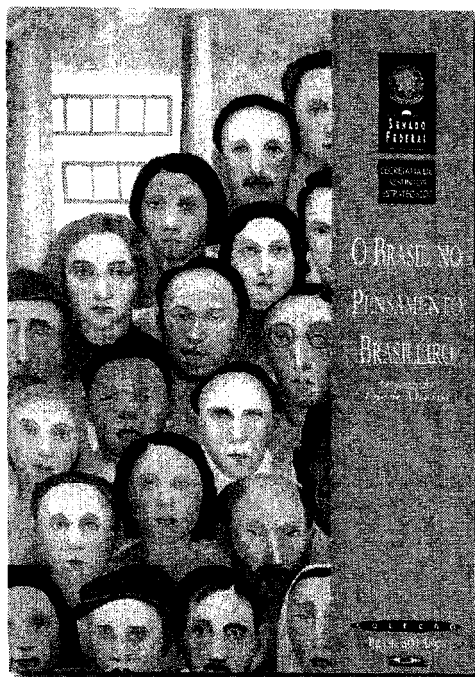
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS